

Este número da Revista do NUFEN, julho/dezembro, é o segundo volume do ano de 2012. Integramos vários pesquisadores da Psicologia e dos programas de pós-graduação da UFPA. Recebemos textos de autores da Universidade de Sidney, na Austrália e de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Cada vez mais, nosso conselho editorial contribui para agilizar o processo de apreciação dos textos que recebemos de modo a manter o periódico atualizado.

Jorge Knijnik produziu um artigo em que analisou a contribuição da mídia esportiva acerca da concepção das masculinidades construídas no mundo do esporte. Particularmente, avaliou o discurso de um programa de rádio que reúne nomes importantes da mídia esportiva do Sudeste brasileiro. Algumas conclusões preliminares apontam que radialistas esportivos estão presos a normas de gênero limitantes, estereotipadas e preconceituosas, que pretendem restringir os jeitos de ser dos atletas em pleno século XXI, com suas regras morais do século XIX.

Alessandra Carla Baia dos Santos, Andrey Ferreira da Silva, Danielle Leal Sampaio, Lidiane Xavier de Sena, Valquiria Rodrigues Gomes & Vera Lúcia de Azevedo Lima realizaram uma antropologia da saúde e da doença, em que apontando os conflitos e intercâmbios entre os saberes da biomedicina e dos terapeutas populares, mostrando a importância da antropologia da saúde/doença neste debate. A análise abordou também o desenvolvimento dessa área do conhecimento, e sua contribuição para a prática mais consciente dos profissionais de saúde.

Márcia Elena Soares Bezerra & Edson do Nascimento Bezerra discutem alguns aspectos humanistas, existenciais e fenomenológicos presentes na abordagem centrada na pessoa interrogando e procurando delimitar respostas às questões o que é o *humanismo*

na perspectiva centrada na pessoa? Quais aspectos derivados da fenomenologia e do existencialismo encontram ressonância com a teoria e o método da referida abordagem. Os autores consideram que as réplicas permitem atualizar a pesquisa e a prática clínica.

Robson Cardoso de Oliveira & Cristina Donza Cancela analisam as representações de masculinidades na propaganda de cervejas, investigando uma o homem como consumidor em potencial e a mulher objetificada: como figuração do prazer e/ou da representação feminina de dona de casa, marcada no ambiente doméstico; configurando em uma associação de assimetria de poder. A análise baseia-se em observações realizadas em anúncios vinculados na TV aberta, além de peças publicitárias colhidas no ciberespaço; de cervejas nacionais e internacionais, a exemplo da "Skol", "Nova Schin", "Heineken", entre outras. Como resultado, mostram que os anúncios de cervejas, atualmente, associam os consumidores de cerveja ao gênero masculino e para isso realizam anúncios valorizando o homem heterossexual, colocando - o como grande protagonista desses contextos.

Ellen Aguiar da Silva; Fernanda Cristine dos Santos Bengio, Klézio Kleber Teixeira dos Reis & Pedro Paulo Freire Piani conjecturam sobre a paternidade em leituras de documentos de domínio público, intitulado "Situação da Infância Brasileira. Desenvolvimento Infantil. Os primeiros seis anos de vida." (UNICEF, 2001). Realizam uma análise usando categorias foucaultianas, por exemplo, a noção de governamentalidade, e, ainda, levam em consideração as classes subjetividade e a linguagem para compreensão da identidade paterna, tendo em vista que o documento expõe prescrições no âmbito do cuidado e participação do pai no desenvolvimento da criança e da família. A meta dos autores foi apresentar uma leitura acerca do debate sobre as rupturas,

mudanças, interrogações em torno da paternidade na contemporaneidade.

Dorotéia Albuquerque de Cristo apresenta um relato de experiência de intervenção realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da região metropolitana de Belém com duração de seis anos - anos de 2005 a 2011, período em que desenvolveu trabalho psicológico de grupo com 10 homens que apresentavam sofrimento mental e comportamento violento. O trabalho, orientado por uma abordagem compreensiva de tratamento ao usuário e modos de prevenir futuros atos de violência ressaltou um olhar para a integralidade da saúde, da pessoa, e privilegiou estabelecer uma forma de relação dialógica do tipo Eu-TU.

Edvalda Ludmilla Cunha de Souza, Fernanda Teixeira de Barros Neta & Emanuel Meireles Vieira, preparam um ensaio em que fazem um breve retrospecto da construção da psicologia clínica contemporânea, e, também discutem como se constituíram e como se constituem as relações dessa prática com as políticas públicas brasileiras, especificamente, as políticas de assistência social, a partir da experiência de atendimentos clínicos, possibilitados pelo serviço de plantão psicológico, como o ofertado pela Clínica-Escola da Universidade Federal do Pará.

Paulo Coelho Castelo Branco organiza um ensaio propondo um diálogo entre a obra de Rogers e Schutz pelo fato de considerar que ambos abordam, com desdobramentos provenientes do pragmatismo, os assuntos da consciência, da realidade e do acesso delas via compreensão empática. Os autores evidenciam distintas concepções de consciência, funcional em Rogers e intencional em Schutz; diferentes entendimentos de realidade, constituída de modo intrasubjetivo em Rogers e

intersubjetivo em Schutz; díspares modelos de empatia, em Rogers, orientada para a compreensão dos conteúdos da personalidade, em Schutz, direcionada para as estruturas da consciência em interação com o mundo-da-vida. O estudo aponta para o desenvolvimento de uma perspectiva pós-rogeriana de abordagem descentrada da pessoa.

Yuri de Nóbrega Sales, André Feitosa de Sousa & Francisco Silva Cavalcante Junior elaboram um texto em que a pesquisa é o objeto. Buscam delinear, em uma perspectiva conceitual três modelos metafórico-imagéticos de ciência que são distintos e que podem ser derivados da teoria de Carl Rogers.

*Adelma Pimentel
Editora Geral*

SOBRE BEBES E HOMENS OU O RADINHO DE PILHA E AS MASCULINIDADES FUTEBOLÍSTICAS

ON BABIES AND MEN OR THE CELL RADIO AND THE MASCULINITIES ON THE FOOTBALL FIELD.

Jorge Knijnik

University of Western Sydney, School of Education (Australia).

Resumo

Ser homem na contemporaneidade tem sido uma tarefa complicada. A profusão de discursos sobre a masculinidade bem como as revoluções Feministas ao longo do último século mexeram profundamente com as relações sociais de gêneros - e portanto com as masculinidades. O esporte, enquanto um fenômeno e um espaço social que promove constantemente a masculinidade hegemônica, não consegue se ver alheio às questões de gênero que diariamente se 'apresentam', se incorporam nos e nas atletas. O objetivo deste trabalho, portanto, foi o de analisar o que a mídia esportiva tem a dizer sobre as masculinidades esportivas. Particularmente, se analisou o discurso de um programa de rádio que reúne nomes importantes da mídia esportiva do Sudeste brasileiro. Conclusões preliminares apontam que radialistas esportivos estão absolutamente presos a normas de gênero limitantes, estereotipadas e preconceituosas, que pretendem restringir os jeitos de ser dos atletas em pleno século XXI, a partir e com suas regras morais do século XIX.

Palavras-chave: masculinidades; rádio esportivo brasileiro; preconceito de gênero.

Abstract

Being a man nowadays has become a difficult task. The multitude of discourses around masculinities as well as the several Feminist revolutions that took place in the last century have shaken up the social gender relationships - therefore the masculinities. Sport, as a phenomenon and a social space that constantly promotes hegemonic masculinity, must be aware of the gender issues that are incorporated by athletes in a daily basis. Though, the aim of this work was to analyse the talks of influential journalists from Brazilian Southeast who meet daily in a nationally broadcasted radio round-table. The preliminary findings of this paper demonstrate that these journalists are still prisoners of 19th century, stereotyped and restrictive gender rules which, in the 21st century, aim to put rigid boundaries on the athletes lifestyle.

Key words: masculinities; Brazilian sports press; gender prejudice.

Resumen

Ser hombre en la contemporaneidad ha sido una tarea complicada. La profusión de discursos sobre la masculinidad, así como, las revoluciones de las feministas en el último siglo agitó profundamente las relaciones sociales de géneros - y, por lo tanto, con las masculinidades. El deporte, mientras un fenómeno y un espacio social que constantemente promueve la masculinidad hegemónica, no puede estar alejado de las cuestiones que, diariamente, se presentan, se incorporan en los y en las atletas. El objetivo de este trabajo, por lo tanto, fue analizar lo que la prensa deportiva tiene que decir acerca de las masculinidades deportes. Particularmente, se ha analizado el discurso de una transmisión de radio reúne a importantes nombres de la prensa deportiva desde el sureste de Brasil. Conclusiones preliminares apuntan que locutores están, absolutamente, atascados a normas limitantes, estereotipadas y prejuicios, que intentan restringir da forma de ser de los atletas en el siglo XXI.

Palabras clave masculinidades; radio deportiva brasileña; prejuicios de género.

a esperança(...) isso é coisa de homem... esse bicho.,
estelar...que sonha..(e luta).

Ferreira Gullar

1. A 1.1. Amídiã e o macho

Virar um homem tem sido algo complicado na contemporaneidade. Há algumas décadas, tanto as relações sociais de géneros como os próprios papéis e expectativas sobre estes eram muito bem definidos, e os meninos tinham muita clareza em como ser e estar no mundo para serem considerados, sem sombra de dúvida, bons meninos - assim como os homens, que tinham um rumo relativamente uniforme, visto como adequado para exercer a sua masculinidade. Entretanto, com o avançar do século XX, e, sobretudo após a Revolução¹ Feminina da década de 1960, as mentalidades mudaram e continuam em plena mudança. Desde o final do século XIX, e durante o século XX, os diversos movimentos feministas foram quebrando paradigmas, até que, com a extensa movimentação social dos anos 60, nunca mais as relações sociais entre os

Emprego aqui o termo "revolução" no sentido que Benevides (2001) utiliza, ou seja, uma forte mudança em estruturas sociais, em um curto período de tempo.

géneros foram as mesmas... As mulheres foram conquistando diversas posições profissionais e sociais, criando novas formas, jeitos e modelos de ser mulher e lidar com seus elementos femininos, inclusive incorporando nestas formas diversos elementos masculinos que anteriormente lhes eram inacessíveis.

Já os homens... Estes ainda se encontram em profunda crise de identidade, aquilo que muitos apontam como "a crise da masculinidade", ou mais cruamente, a "derrocada do macho". Afinal, o que se espera de um homem na contemporaneidade? Ele não pode ser agressivo, nem predador, mas se for muito delicado, as desconfianças e acusações sobre suas supostas "perversões sexuais" acabam por serem redobradas. Este tipo de suspeição moral se enquadra exatamente naquilo que Knijnik (2011) denominou de "polícia do sexo e do género", que seriam pessoas da comunidade dispostas a continuamente fiscalizarem se as normas e condutas sociais não escritas sobre a sexualidade e o género estão em conformidade com certas expectativas sociais (Connell 1995). Esta vigilância vem recaindo com muito mais peso

sobre os homens: se as mulheres acabaram, com muita luta e ainda com dificuldades, por conquistarem espaços em áreas anteriormente muito restritas a elas, como em diversos esportes, para os homens tudo continua muito restrito: meninas lutam, desafiam e terminam por conseguir seu espaço para jogar futebol em escolas; mas os meninos conseguem dançar? Aliás, que menino seria "macho" o suficiente para encampar um movimento reivindicatório pelo direito à dança e às atividades rítmicas? Por outro lado, as mulheres, com muito esforço, participam de modalidades tidas como masculinas (lutas, futebol, handebol, entre outras), mas quais são as notícias sobre homens competindo em ginástica rítmica desportiva, ou em nado sincronizado, para citarmos algumas modalidades cujo ideário é notoriamente associado ao universo feminino?

É exatamente a seara de onde saíram estes exemplos mencionados-isto é, o mundo dos jogos esportivos - a responsável por muitas das mais influentes configurações e reconfigurações de símbolos e representações sociais sobre os gêneros (Anderson, 2008). Os vários esportes, atividades corpóreas por excelência, lançam para a sociedade uma série de imagens, figuras, comportamentos e códigos corporais que acabam por transmitir valores agregados de como ser homem ou mulher na atualidade. E toda esta simbologia e conjunto de valores generificados que se instalam e permeiam a vida cotidiana por meio do esporte, acabam por serem amplificados por todas as mídias da atualidade. Se, conforme Knijnik e Souza (2011, 18) não podemos afirmar que as mídias são responsáveis diretas pela criação de representações sociais - as quais, para os autores, já existem na sociedade, sendo "(...) frutos dos processos interativos e comunicacionais dos grupos sociais", ao mesmo tempo devemos considerar, como inclusive fazem os autores, que o próprio *mass media* freqüentemente afunila, dá ou tira o foco, ou mesmo, como propõe Moscovici (1985), dirige o fluxo das

representações sociais para uma ou outra determinada direção.

Desta forma, se considerarmos a importância que a mídia tem para o esporte, transmitindo diuturnamente seus espetáculos, suas glórias e façanhas, alçando seus protagonistas a heróis nacionais e internacionais; e ao mesmo tempo, se pensarmos na quantidade de programas e espaços que o esporte ocupa nas diversas mídias, percebemos a importância que é estarmos atentos a esta mídia, procurando sempre estudá-la e destrinchar as representações sociais que os seus atores veiculam incessantemente. Assim, é foco deste trabalho pensar e pesquisar como se dão as configurações de masculinidades nesta mídia, estudando particularmente o caso do discurso radiofônico de jornalistas que trabalham com futebol.

O rádio ainda hoje tem uma importância muito grande no contexto do futebol brasileiro. As principais narrativas do esporte acontecem por meio do rádio - muitas transmissões futebolísticas não são televisionadas, e outras tantas acontecem por meio da TV à cabo, o que faz com que uma imensa maioria de torcedores sem recursos não possa acompanhar os jogos (Bellos, 2003). Mas há também outro fator muito interessante na cultura futebolística brasileira, e na sua relação com o rádio: é folclórica e verdadeira a figura do torcedor que acompanha o jogo em pé no estádio, nos piores lugares em termos de conforto e visibilidade, assistindo ao jogo, mas acompanhando a narrativa deste por meio de um pequeno radinho (o rádio "de pilha") colado ao ouvido; os comentaristas inventam histórias, contam dramas, geralmente narram uma história que não é exatamente aquela que está de fato acontecendo no campo, mas sim uma tragédia, com lances épicos, e sempre com grande velocidade - o jogo pode estar modorrento, mas ao ligar o rádio, este parece estar sendo jogado por velocistas entusiasmados (Aquino, 2002). Assim, a presença do rádio no futebol brasileiro é vital, e os comentaristas e radialistas de futebol são

figuras públicas notórias, famosas e queridas, com presença permanente no imaginário social, pois gerações e gerações de crianças, garotos e homens, acompanham estas narrações, discutindo aqueles que mais gostam, ou aqueles que detestam, e imitando, em suas brincadeiras, os estilos de cada um dos locutores. Aprender a escutar, a entender e a visualizar um jogo por meio do rádio, é uma tarefa difícil que os garotos têm que treinar, junto com seus pais. Rádio e futebol no Brasil são, enfim, aliados inseparáveis.

2. Estudando o machismo no rádio futebolístico

O *objetivo geral* deste trabalho foi estudar os discursos das masculinidades presentes em programas futebolísticos difundidos pelo rádio. *Especificamente*, escutei e estudei o programa "momento do esporte", veiculado em cadeia nacional todas as tardes de dias úteis, entre 16h45 e 17h00, por uma das grandes rádios do Brasil, a CBN - "a rádio que toca notícia".

Como se pretendeu aqui analisar os discursos de profissionais da mídia, a *metodologia* eleita para a consecução deste estudo teve um caráter qualitativo, pois as questões que alavancaram este projeto possuem elas próprias natureza qualitativa. Desta maneira, após a escuta, gravação e transcrição de dez dos programas já citados, optou-se neste estudo por se fazer a análise de um deles, o qual trazia textualmente à tona a questão de nosso interesse particular, que são as masculinidades esportivas.

A partir do levantamento e organização destas transcrições, os *procedimentos adotados* foram vinculados ao campo da análise do discurso (BARDIN 2002) e também da abordagem hermenêutica (ROMERO 2004). O encaminhamento da pesquisa teve os seguintes passos:

a) Leitura flutuante dos textos - como trata Bardin (2002, 96), esta leitura é aquela em que se deixa "(...) conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e

orientações (...) por analogia com a atitude do psicanalista".

b) A partir destas primeiras leituras, e utilizando-se do referencial teórico acerca das masculinidades, e ainda empregando - se o aporte metodológico de Bardin (2002), foram elaboradas categorias de conteúdos relacionados aos discursos dos jornalistas, já transcritos, e capazes de dar suporte às inferências pretendidas.

c) A partir de então, os textos, já no interior de cada categoria, foram estudados por meio da *abordagem hermenêutica*, conforme descrita por Romero (2004), em longa análise do material iconográfico produzido por ocasião dos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo (2003). Para a autora, a abordagem hermenêutica, utilizando as várias formas de palavras e textos previamente categorizados, é um processo que consegue trazer os textos à compreensão do leitor para além da mera inteligibilidade. Assim, e partindo da premissa que um texto pode tomar muitas formas e permitir diversas interpretações, a autora procedeu a análise deste material iconográfico, sem, contudo descartar o material escrito. Romero (2004, 230) averiguou "(...) as mensagens que estavam recebendo atenção particular, e aquelas que estavam sendo negligenciadas". Desta forma, a autora conclui que a técnica da abordagem hermenêutica "(...) é particularmente útil quando interpretamos um texto (...) ao qual é dirigida tão valorosa carga de atividade cultural, como o esporte".(ROMERO 2004, 230).

3. No dia 24

O programa "momento do esporte", que como foi dito, é diário, e na verdade é um bloco esportivo no interior de uma programação maior, chamada de "CBN total", a qual é ancorada pelo jornalista Adalberto Piotto vespertinamente nesta rádio. Assim, no horário já citado, todos os dias, o jornalista interrompe os outros assuntos (política, noticiário policial, artes, *fait divers*, enfim) e

faz uma reunião virtual com diversos jornalistas que atuam prioritariamente com esporte, como fora uma daquelas famosas "mesas-redondas" que ocorrem aos domingos à noite na TV. Denominamos a reunião de "virtual" pois oficialmente nela estão presentes jornalistas esportivos de vários estados do Brasil: estes jornalistas representam na verdade os Estados com maior densidade populacional, com maior poderio econômico, e conseqüentemente com a tradição de melhores resultados esportivos. São eles Victor Birner (que comenta jogos e discute futebol em São Paulo), Marcos Guiotti (que faz a cobertura esportiva para a CBN em Belo Horizonte) e Carlos Eduardo Eboli (conhecido comentarista e jornalista esportivo do Rio de Janeiro). Assim, no horário marcado, eles se reúnem para discutir esporte, mas invariavelmente seu assunto é apenas um: futebol.

O tom do programa tem duas marcas registradas: a primeira é a *crítica a técnicos* e cartolas, os primeiros sofrendo julgamentos por suas posturas e escolhas táticas (os jornalistas citados sempre tem outra solução para os problemas de algum time, invariavelmente melhores que aquelas que os treinadores adotaram nos dias anteriores), e os segundos sendo achincalhados em função das políticas errôneas de clubes e entidades esportivas. A segunda marca do programa "momento do esporte" são na verdade as *grandes brincadeiras* que os jornalistas fazem entre si, sempre um tripudiando sobre as opiniões e mesmo a respeito da derrota dos times dos outros; estas "gozações" quase sempre revelam um espírito absolutamente chauvinista e homofóbico, que é o que se pretende revelar e estudar aqui. Exemplo disto são os comentários sobre trejeitos de jogadores que saem um pouco da norma, ou mesmo comemorações nas quais os atletas extravasam muito em seus contatos corporais - todos estes são sempre alvos de críticas pesadas, baseadas em preconceitos que resvalam para a discriminação dos atletas que transgrediram, mesmo que momentaneamente, a norma "oficial".

Nesta pesquisa, me ative especificamente ao programa "momento do esporte" do dia 24 de abril de 2007. Como explicado anteriormente, foram gravados e escutados dez destes programas ao longo de duas semanas; entretanto, para fins de uma análise sobre a questão das masculinidades esportivas, este programa do dia 24²/04 traz muitos exemplos ilustrativos. Neste dia, os jornalistas debatiam e faziam prognósticos sobre o jogo que ocorreria em breve na Inglaterra, entre as equipes do Milan (Itália) e do Manchester (Inglaterra), que iriam disputar a 1- partida da semifinal de um dos maiores campeonatos de futebol do mundo: a *Champions League*, antigamente denominada Copa dos Campeões da UEFA, que reúne os melhores e maiores clubes europeus, certamente os clubes com maior poderio econômico do futebol mundial. Nestes dias, o mundo do futebol girava em torno deste jogo, e era quase obrigação dos jornalistas falarem dele.

Assim foi. O âncora Piotto abriu o programa cumprimentando a todos e já atirando no ar a primeira pergunta: "Senhores, vocês acham que finalmente o Kaká e o Cristiano Ronaldo irão assumir uma grande partida como homens, ou então irão enfiar a cabeça no meio das pernas, e sumir como meninos?" (os jogadores citados são ídolos e estão entre os melhores atletas do mundo e logicamente de suas equipes, respectivamente a italiana e a inglesa).

A esta provocação, o jornalista carioca responde: "Sim, eles terão agora a grande chance de provarem que já não são meninos, mas sim que viraram homens, capazes de assumirem as suas responsabilidades e carregarem seus times nas costas".

Nestas duas frases, as revelações já são surpreendentes: para os jornalistas, existe

A curiosidade e coincidência do programa ser no dia deste número, é que o 24 é sempre associado, em virtude do popular "jogo do bicho", ao veado, o qual, por sua vez, é relacionado ao comportamento homossexual masculino, o que de certa forma, tem interfaces com a discussão das masculinidades aqui proposta.

somente um jeito de ser homem, e os homens têm que mostrar a todo instante este jeito, assumindo responsabilidades, sendo corajosos, e não garotinhos que se escondem atrás de suas pernas, ou de suas mães. Estes discursos mostram que o esporte, notadamente o futebol, é capaz de construir homens, remetendo a uma fala do presidente norte-americano Theodore Roosevelt, no final do século XIX, o qual, preocupado com o "afrouxamento" dos homens americanos, sugeria que somente os esportes agressivos poderiam trazer de volta o verdadeiro espírito de força e camaradagem masculinas (Hult 1994). Note-se, entretanto, que não é qualquer tipo de homem que o esporte mostra e constrói: tanto há dois séculos como nesta final de futebol do século XXI, o homem que deve aparecer é aquele que foi considerado por Connell (1995) como o representante da masculinidade hegemônica, ou seja, um tipo de homem que pressupõe uma masculinidade que pretende subjugar, por meio de comportamentos e atitudes violentas, todas as outras formas de masculinidade que existam ao seu redor. Terret (2004) por sua vez, propõe que existe uma diversidade de formas de masculinidade, coexistindo simultaneamente, quase sempre de forma hierarquizada, com conflitos latentes ou mesmo reais entre elas, mas sim todas frutos de cenários históricos e sociais, e que demonstram o fato de não existir uma única tampouco universal forma de ser homem na contemporaneidade.

Entretanto, é para lá que os jornalistas querem dirigir o pensamento do ouvinte, sempre empregando exemplos dos jogadores em questão, os craques que deveriam provar, naquele evento fatídico, que já cresceram e assumiram a condição de homens; este estado, segundo os radialistas, possui até uma expressão física manifesta no rosto. Não é outra a idéia que o jornalista paulista, Vitor Birner, aponta quando comenta que "Eu gosto do Cristiano Ronaldo, é um bom jogador, mas ele tem cara de bebê!". Ao que o outro responde: "Isso mesmo, ele e o Kaká deveriam deixar crescer a barba, fazerem cara

de mau". E Vitor Birner continua na mesma toada: "Eu não agüento quando eles erram e fazem cara de chorões; só vou confiar em ambos, quando, perdendo ou ganhando, fizerem cara de homens, ficarem parecidos com o Nigel Mansell, ou o Nelson Piquet!".

Ou seja, para os jornalistas, não basta jogar bem; tampouco, carregar os times nas costas. O bom jogador de futebol, aquele que não é mais menino e sim um verdadeiro homem, estampa em seu rosto esta qualidade. O que vem ao encontro do que Rial (2000), ao estudar lutas e o rúgbi, percebeu: que o esporte para os homens é um *locus* que decididamente mostra a face e o *habitus* masculino, ou ao menos um tipo de *habitus*, isto é, deixa na carne as marcas para o herói, sejam ferimentos que serão mostrados como troféus da batalha, ou mesmo uma "cara" diferente, má, de "verdadeiro homem" como querem os jornalistas do "momento do esporte".

Loland (1999), estudando corpos de homens atletas, também percebeu que existe, no corpo esportivo masculinizado, uma espécie de modelação em direção ao culturalmente aceito como hegemônico, ou o "verdadeiro homem", que supera o menino, como querem os radialistas da CBN. E este modelo, para a autora, traduz a bravura, a juventude e a força que se querem ideais, quase uma unanimidade para o corpo masculino no esporte.

4. Conclusões preliminares

Este estudo, de caráter preliminar, certamente precisa ser ampliado, por meio de análises de novas gravações, ampliação da amostra, estudos comparativos entre novos programas, e outras propostas procedimentais. Entretanto, mesmo esta pequena amostra sugere e indica algumas direções para a reflexão.

A primeira delas é que os radialistas esportivos, ou ao menos estes participantes do "momento do esporte" da CBN, estão absolutamente presos a normas de gênero limitantes, estereotipadas e preconceituosas,

que pretendem restringir os jeitos de ser dos atletas em pleno século XXI, a partir e com suas regras morais do século XIX! E que os seus preconceitos muitas vezes resvalam para a discriminação, pois podem se tornar poderosos meios para dificultar ou impedir a vida de um atleta que não esteja de acordo com o que estes jornalistas pensam que é um "verdadeiro homem". E esta discriminação com certeza é amplificada em função do poder de penetração e difusão que o veículo pelo qual eles se comunicam - o rádio - possui, sobretudo no futebol, modalidade em que a transmissão radiofônica permanece muito viva e presente para os amantes e torcedores dela (basta ver o número de torcedores que vai ao estádio, assiste aos jogos, mas com o radinho no ouvido, para acompanhar melhor a partida - ou mesmo aqueles que vêem os jogos na televisão, mas abaixam o som desta e ligam o rádio, pois preferem a narração e a informação deste veículo).

A segunda reflexão, talvez aquela que possa trazer mais efeitos e luzes para a área da Educação Física, é como, a partir destes dados, um educador pode se relacionar com a mídia esportiva na atualidade, e qual o papel da educação física neste contexto. Para nós, é fundamental que o educador tenha claro que ele mesmo deve perceber que possui um forte papel no que tange a ser mediador entre seus alunos e esta mídia - aliás, a parte esportiva da mídia mereceu, recentemente, por parte do professor Jocimar Daolio, a denominação de "pior parte de toda a mídia, aquela mais preconceituosa e desonesta"³.

Ou seja, é preciso primeiro que a educação física, e os cursos de formação, tanto inicial quanto permanente, tenham sempre em seus conteúdos noções e tópicos sobre as questões de gênero, mostrando o quanto estas são importantes para a constituição da identidade pessoal e social de

todas as pessoas, e que as atividades próprias da educação física são um elemento central na constituição desta identidade de gênero. E os cursos precisam também, a partir destas reflexões, apresentar para os alunos como a mídia pode repercutir noções e preconceitos, baseados em conceitos individuais e estereotipados de seus membros, que acabam por influenciar as representações de toda uma gama de leitores, ouvintes e telespectadores. Assim, é preciso mostrar a todos atuantes na área de educação física que se deve ter uma relação de eterna vigilância com a mídia, ajudando os alunos a desmistificarem o que é dito e veiculado por jornalistas, mostrando que aquilo não é uma verdade em si, mas que é passível de críticas e novas abordagens.

Isto que este trabalho pretendeu mostrar, mesmo que a partir de sua pequena amostra: que é possível se refletir e criticar o que jornalistas "consagrados" pelo seu meio de alta expressão falam, para que não se congelem as representações sobre o que é ser homem na atualidade, e como se pode representar a masculinidade no esporte de diversas maneiras, e não somente uma que estaria de acordo com uma norma hegemônica, mas nem por isso melhor ou mais correta que as outras.

Que o esporte na atualidade possa ser uma forma de expressão livre e alegre para meninos e homens, sem que o peso de "ser homem com H" lhes tire esta felicidade e liberdade que a atividade esportiva pode proporcionar!

Referências

- ANDERSON, E. 2008. Inclusive Masculinity in a Fraternal Setting. *Men and Masculinities*, 10(5), 604-620.
- AQUI NO, R. 2002. *Futebol, uma paixão nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BARDIN, L. 2002 *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

Informação obtida em comentário feito pelo Prof. Dr. Jocimar Daolio na condição de debatedor em mesa-redonda sobre a participação das mulheres no esporte realizada no em março de 2007 no Sesc/Taubaté (SP)

BENEVIDES, M. V. M. 2001. *Cidadania e direitos humanos*. Texto revisto de palestra proferida aos alunos do curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo, outubro de 2001.

BELLOS, A. 2002. *Futebol: The Brazilian way of life*. London: Bloomsbury.

CONNEL, R.W. 1995. Políticas de masculinidade. *Educação & Realidade*, 20 (2), jul-dez/185-206.

HULT, J.S. 1994 The story of women's athletics: manipulating a dream. 1890 - 1985. In: COSTA, M.; GUTHRIE, S., eds. *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign, Human Kinetics, .83-106.

KNIJNIK, J. 2011. From the Cradle to Athens: The Silver-Coated Story of a Warrior in Brazilian Soccer. *Sporting Traditions*, 28(1), 63-83.

KNIJNIK, J.; Souza, J. 2011. Brazilian women in the sports press: a case study. *Journal of Human Sport & Exercise*, 6(1), 12-26.

LOLAND, N. W. 1999. Some contradictions and tensions in elite sportsmen's attitudes towards their bodies. *International Review for the Sociology of Sport*, 34 (3), 291-302.

MOSCOVICI, S. 1985. On social representation. In: FORGAS, J. P. (orgs). *Social cognition*. London, Academic Press.

RIAL, C. S. M. Rúgbi e judô: esporte e masculinidade. 2000. In: Pedro, J.M.; GROSSI, M. P. (orgs). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Editora Mulheres, 229-58.

ROMERO, E. A. 2004. (in) visibilidade da mulher atleta no jornalismo esportivo do Rio de Janeiro. In: SIMÕES, A C. & KNIJNIK, J.D. (orgs). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo, Aleph, 213-252.

TERRET, T. Sport et Masculinité: une revue de questions. 2004. *Revue Internationale des sciences du sport et de l'éducation physique (Spécial Activités Physiques et Genre)*, 66, Automne, 209-225.

Recebidoem: 15/03/2012
Aceito para publicação: 02/14/2012

ANTROPOLOGIA DA SAÚDE E DA DOENÇA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS EM SAÚDE

ANTHROPOLOGY OF HEALTH AND DISEASE: CONTRIBUTIONS TO THE CONSTRUCTION OF A NEW PRACTICE IN HEALTH

Alessandra Carla Baia dos Santos

Andrey Ferreira da Silva

Danielle Leal Sampaio

Lidian e Xavier de Sena

Valquiria Rodrigues Gomes

Vera Lúcia de Azevedo Lima

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as contribuições da antropologia da saúde e da doença para a construção de novas práticas em saúde. Para tal, apontamos os conflitos e intercâmbios entre os saberes da biomedicina e dos terapeutas populares, mostrando a importância da antropologia da saúde/doença neste debate. A análise aborda também o desenvolvimento dessa área do conhecimento, e sua contribuição para a prática mais consciente dos profissionais de saúde, a partir do reconhecimento da saúde e doença enquanto processos socioculturais. Portanto, a antropologia da saúde e da doença apresenta possibilidades de se repensar em políticas de saúde mais humanitárias, além de possibilitar a ressignificação das atividades cotidianas dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: antropologia; profissionais de saúde; política de saúde.

Abstract

This article analyzes the contributions of anthropology of health and disease for the construction of new health practices. To this end, we point out the conflicts and exchanges between the knowledge of biomedicine and popular therapists, showing the importance of the anthropology of health / disease in this debate. The analysis also addresses the development of this area of knowledge, and its contribution to practice more conscious of health, from the recognition of health and disease as sociocultural processes. Therefore, the anthropology of health and disease can bring new possibilities to rethink one health policy more human, besides enabling a new meaning to the everyday activities of health professionals.

Keywords: anthropology; health professionals; health care policy.

Resumen

Este artículo presenta una reflexión de las contribuciones de la antropología de la salud y la enfermedad para la construcción de nuevas prácticas en salud. Para eso, hemos señalado los conflictos y intercâmbios entre lo conocimiento de la biomedicina y de los terapeutas populares, mostrando la importância de la antropología de la salud/enfermedad en este debate. El análisis se centra también el desarrollo en esta área del conocimiento, y su contribución para la práctica más conciente de los profesionales sanitários, a partir de lo reconocimiento de la salud y enfermedad mientras procesos socioculturales. Por lo tanto, la antropología de la salud y enfermedad, presenta oportunidades para repensar en políticas de salud más humano, además para la redefinición de las actividades cotidianas de los profesionales de la salud.

Palabras clave: antropología; profesionales de la salud; políticas de la salud.

Introdução

Durante décadas e até à atualidade, a medicina científica conviveu do lado de práticas populares de cura, tentando impor seu saber como o único capaz de explicar a etiologia e cura para as enfermidades. Portanto, médicos, intelectuais e cientistas, conviviam muitas vezes, de forma pouco harmoniosa com práticas populares dos pajés, benzedeiros, homeopatas, boticários, feiticeiros, barbeiros, parteiras, sangradores, espíritas, práticas estas consideradas como "charlatanismo"¹ pelos médicos.

A medicina acadêmica de tradição europeia que se constrói a partir de meados do século XVIII, e que se baseia no racionalismo e na observação, era algo bastante "novo" se comparado às outras práticas de cura, as quais se baseavam nas tradições culturais e na experiência empírica da população (WITTER, 2001).

No Brasil, a monopolização das artes de curar foi empreendimento do início do século XIX a partir da fundação da Sociedade de

Medicina do Rio de Janeiro (1829), e da implantação do ensino médico pelo governo imperial em 1832 (PIMENTA, 2004).

No oitocentos, o Grão-Pará foi um dos vários cenários onde se observou os embates entre agentes de cura que se desvelaram em meio a epidemias como o da cólera e da lepra. De acordo com Ferreira (2003), ao analisar a ciência dos médicos e a medicina popular no início do século XIX no Brasil, aponta que durante o oitocentos a disputa entre a medicina acadêmica e as práticas de cura popular se tornou cada vez mais evidente, sobretudo em determinados contextos, como o do combate às epidemias, quando a gravidade da situação expunha a incapacidade da ciência médica de deter a propagação das doenças.

Todavia, apesar de médicos diplomados e terapeutas populares se afirmarem como saberes opostos, na prática, seus limites não eram claros, ou seja, o conhecimento desses agentes de cura se aproximavam e interagiam. Para Almeida (<http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br>), há trocas culturais entre as práticas de cura dos médicos formados e dos terapeutas populares, e que, portanto, há a simbiose de conhecimento de diferentes origens e tradições.

¹O conceito de charlatão não está apenas associado aos agentes de cura populares, mas é usado também no interior da classe médica, contra qualquer um que demonstrasse uma séria concorrência, o que evidencia as divergências entre os tipos de terapêutica médica.

Em outras palavras, durante o século XIX, nem as práticas de cura populares nem a medicina acadêmica eram conhecimentos fechados em si, mas tinham uma dinâmica que foi capaz de possibilitar uma constante recriação através dos contatos estabelecidos no cotidiano.

Atualmente, apesar da biomedicina ainda se justificar como saber hegemônico, foi com o fortalecimento da antropologia da saúde e da doença nas últimas duas décadas no Brasil que se passou a defender um relativismo relacionado ao processo saúde/doença e às práticas de saúde, onde os saberes e práticas de qualquer sistema médico são percebidos como construções socioculturais (LANGDON, 2009).

Em outras palavras, o fenômeno saúde-doença não pode ser entendido à luz unicamente de instrumentos anátomo-fisiológicos da medicina (MINAYO, 1991), mas deve considerar a visão de mundo dos diferentes segmentos da sociedade, bem como suas crenças e cultura. Significa dizer que nenhum ser humano deve ser observado apenas pelo lado biológico, mas percebido em seu contexto sociocultural.

Por isto, o presente artigo apresenta este debate com o intuito de refletir de que forma a antropologia da saúde e da doença pode contribuir para a construção de novas práticas em saúde. Tendo em vista que boa parte dos profissionais de saúde nos dias de hoje - seja pela dinâmica nos serviços de saúde, seja pela falta de capacitação ou mesmo pelo descaso com o usuário - ainda reproduzem um ideal positivista, impondo um modelo teórico fechado, onde o usuário do serviço não participa ativamente do processo, além de dissociar a saúde e a doença dos aspectos e dimensões históricas, sociais e culturais dos indivíduos.

Isso não quer dizer que médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais da saúde, tenham que abandonar os modelos teóricos que os orienta em seus trabalhos, mas precisam

ouvir o outro, possibilitando através da comunicação, o conhecimento das reais necessidades do indivíduo, considerando que eles são sujeitos de sua própria história, e que, portanto, exercem agência sobre suas próprias vidas, percebendo e agindo segundo suas experiências na vida coletiva (LANGDON, 2009).

Os agentes de cura

No tocante ao fenômeno saúde/doença, atualmente muitos estudiosos acreditam que não se pode separar as noções e práticas de saúde dos outros aspectos da cultura dos indivíduos. O modelo biomédico, apesar de possuir ainda muitos adeptos, atua lado a lado com um sistema cultural de saúde que inclui especialistas não reconhecidos pela biomedicina (LANGDON; WIIK, 2010), como por exemplo, benzedeiros, curandeiros, xamãs, pajés, pastores, padres, pais de santo, dentre outros, cujas terapêuticas de cura são produtos de variados tipos de *bricolage* que têm raízes em práticas milenares de diferentes tradições filosóficas, teóricas, mágicas e de misticismo (MAUÉS, 2009, p. 125).

Atualmente, apesar dessas práticas populares de cura ainda não serem aceitas pela biomedicina, acredita-se que estes embates já foram bem maiores no passado, quando agentes populares de cura eram proibidos de exercer suas terapêuticas. Segundo Almeida (<http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br>), o nascimento das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador em 1832, bem como a transformação da então Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em Academia Imperial de Medicina, foram processos decisivos para a institucionalização e fortalecimento da medicina acadêmica, enquanto saber hegemônico.

Nesse contexto, era necessário desautorizar qualquer prática de cura realizada por terapeutas populares, os quais não possuíam nenhuma formação científica, e

por isso, não poderiam atuar como os médicos letrados.

Um aspecto interessante destacado por Witter (2005) aponta para a inferioridade do trabalho manual em relação às chamadas artes liberais. Nos oitocentos, as atividades dos terapeutas populares como os barbeiros e cirurgiões estavam associadas com o sangue, o corpo e as suas partes "suja", o que sempre depreciava o ofício deles. Ao contrário dos médicos que se identificavam com as artes liberais, as quais exigiam maior estudo e menor grau de trabalho manual.

Segundo Francisca Santos (2001), ao tratar sobre o discurso médico-higienista em Belém do Pará no início do século XX, os médicos acreditavam ter a verdade, e por isso, deveriam ensinar tanto ao governo quanto à população ignorante, guiando-os "sob as luzes da razão", orientando-os para terem uma conduta que os levem a alcançar o progresso da civilização. Nesse sentido, a política médica vem para efetivar o controle, intervindo na sociedade, policiando todas as possíveis causas de doenças, destruindo os espaços sociais perigosos.

Além de reivindicações ao governo sobre as restrições e a regulamentação do ofício de curandeiros, os médicos diplomados também contavam com o apoio da igreja católica e das Ordenações do Reino. "A igreja estabelecia a fronteira cultural entre o universo demoníaco e a cura médica associada aos saberes universitários. A medicina procurava desvalorizar o conhecimento terapêutico popular, distinguindo os procedimentos 'científicos' das crenças consideradas 'supersticiosas'" (EDLER, 2010, p. 21).

Segundo Beltrão (2004, p. 319), até mesmo os médicos, com o auxílio da igreja católica, de certa forma defendiam a concepção da doença enquanto punição. Eles acusavam as pessoas de serem "insalubres e imorigeradas", e atraíam para si as enfermidades quando não seguiam as prescrições médicas. A lógica da concepção seria a seguinte: caso as pessoas observassem

as regras morais vigentes teriam uma vida saudável, sem enfermidades. Enquanto a fala dos médicos indicava preceitos, a fala dos padres indicava a graça alcançada, contudo, ambos tinham o objetivo de desautorizar as práticas terapêuticas realizadas por agentes populares.

Entretanto, apesar de todos os esforços, os médicos diplomados não conseguiram proibir a atuação dos terapeutas populares, pois nos contextos de epidemias como a cólera e a lepra, a prática médica necessitou dialogar com terapêuticas populares de cura, pois a etiologia e cura para as enfermidades eram desconhecidas, e, portanto, causavam medo e insegurança.

Foi neste contexto que o processo de popularização da medicina acadêmica se intensificou e se destacou após a divulgação do Dicionário de Medicina Popular em 1842, do médico polonês Napoleão Czerniewicz, ou simplesmente, Dr. Chernoviz (seu nome abreviado), no qual há referências a inúmeros vegetais e seus respectivos usos no tratamento de várias enfermidades, além de difundir saberes sobre higiene, que estava tão em voga naquele momento (CHERNOVIZ *apud* FERREIRA, 2003). Portanto, concomitante a um conflito social, existe a necessidade de dialogar com as práticas populares de saúde.

Acredita-se que este processo de popularização da medicina acadêmica perdura até os dias de hoje quando se observa médicos utilizando determinadas ervas, ou indicando ao usuário um tratamento espiritual, enfim, as fronteiras entre os dois saberes é, e sempre foi bastante tênue no sentido de que seus conhecimentos combinam-se e recriam novos saberes e novas práticas em saúde.

Um trabalho interessante desenvolvido por Maués (2009) exemplifica essa realidade. Segundo ele, um renomado cirurgião no campo da biomedicina dizia que ao realizar suas cirurgias, além de toda tecnologia que tinha a seu alcance, contava com o auxílio de um "espírito de luz". O que demonstra que, apesar de existirem às vezes tensões entre o

saber da biomedicina e as práticas de cura religiosas e espirituais, elas não se anulam, mas reinventam-se de acordo com as necessidades do sujeito.

Antropologia da saúde e da doença

Neste contexto, os estudos que vêm sendo desenvolvidos no campo da antropologia da saúde e da doença, e que se intensificaram no Brasil nas últimas duas décadas, trouxeram e trazem contribuições inimagináveis e novos olhares sobre representações e práticas em saúde/doença. Para Alves e Rabelo (1998, p. 107), estes trabalhos,

Têm ampliado nosso entendimento das matizes culturais sobre as quais se erguem os conjuntos de significados e ações relativos a saúde e doença, característicos de diferentes grupos sociais, e tem servido, em grande medida, de contraponto aos estudos epidemiológicos que tendem a tratar o tema "doença e cultura" em termos de uma relação externa, passível de formulação na linguagem de "fatores condicionantes".

Conforme Canesqui (1998), a antropologia feita no Brasil, especialmente na década de 80 tem produzido conhecimentos sobre os temas alimentação, saúde, doença, que afligem principalmente as classes trabalhadoras ou outras minorias. Isto é, são estudos preocupados em investigar e analisar de forma mais conscienciosa os distintos saberes e práticas de cura, bem como suas instituições e especialistas, além da preocupação em refletir sobre os confrontos e/ou complementaridade dos cuidados médicos com outras práticas de cura.

Estes estudos são fundamentais para se começar a pensar em práticas de saúde mais humanas, e por isso, a antropologia da saúde e da doença não pode ficar desvinculada de outras disciplinas que compõe a grade curricular, em especial dos cursos que formam profissionais de saúde, pois trás

inúmeras contribuições que envolvem as reflexões em torno do processo saúde/doença, cultura e sociedade, bem como são fundamentais para se repensar em formulação de políticas públicas e planejamento dos serviços de saúde.

Todavia, esta realidade não foi sempre assim. Segundo Ibáñez-Novión (1982, p. 18), antes da década de 70 a produção científica no Brasil relacionada à antropologia médica, ficava por conta dos chamados folcloristas, os quais quando falavam sobre a saúde/doença analisavam de forma dispersa e acrítica, além disso, ao tratarem das crenças e práticas médicas em sociedades rurais e urbanas relacionavam-nas ao atraso cultural, à ignorância e/ou de "sobrevivência" de formas arcaicas de pensamento e comportamento.

Do ponto de vista dos folcloristas, a medicina científica se depararia com o estágio positivo ou naturalístico, influenciada pelos princípios da razão e da ciência, características dos estágios mais desenvolvidos da civilização. Ao contrário das práticas populares de cura, as quais eram consideradas como uma sobrevivência de um estágio historicamente menos desenvolvido da medicina erudita (QUEIROZ, 1980, p. 243).

Segundo apontamentos de Oliveira (1985, p. 12), esta visão preconceituosa, em que a medicina popular é vista como uma prática feita por ignorantes, nega qualquer contribuição desta para construção de novas formas de pensar as doenças e as curas. Para a autora, quando a medicina popular é estudada deste modo, não está se levando em consideração nem os conhecimentos, muito menos as necessidades sociais e estratégias de cura criadas pelas pessoas do povo.

Lévi-strauss (1970), ao estudar os povos ditos primitivos, contestando o racismo e a noção de primitivo, contribuiu veementemente para que a ideia de que os chamados selvagens são atrasados e "menos evoluídos". Para ele, esses povos apenas operam com o pensamento mítico (magia), que em termos de operações mentais é

comparável ao pensamento científico, diferindo quanto a questões do determinismo causal, global e integral para o primeiro e em níveis distintos, não aplicáveis uns aos outros, no pensamento científico (p. 31-32).

Esta mesma ideia de selvagem enquanto primitivos e atrasados, a qual Lévi-strauss contesta, é aplicada aos agentes de cura populares por meio dos relatos dos folcloristas. Porém, não se pode desconsiderar o fato de que são trabalhos pensados em uma época e em um contexto histórico bem diferente de hoje, cujos discursos no meio científico, pelo menos boa parte deles, estavam voltados a uma ideologia de valorização negativa dos saberes e práticas populares, mas que apesar disso, não se tornam menos importantes, pois nos deixaram um rico legado de registros e inúmeros dados que, sujeitos a cuidados, podem ajudar em estudos sobre fontes bibliográficas (IBÁÑEZ-NOVIÓN, 1982).

No Brasil, nos últimos vinte anos, os estudos e pesquisa sobre saúde, cultura e sociedade têm se multiplicado, e na última década, a antropologia da saúde/doença vem se consolidando como espaço de reflexão, formação acadêmica e profissional de médicos, enfermeiros e outros profissionais da área da saúde no país (GARNELO; LANGDON, 2005).

Nesta perspectiva, os profissionais de saúde começam a desenvolver concepções menos preconceituosas em relação às práticas de cura popular, dirigindo cuidados mais responsáveis às pessoas e suas famílias, levando em consideração que a atenção à saúde é um sistema social e cultural², em sua origem, estrutura, função e significados (OLIVEIRA, 2002, p. 68).

Neste sentido, as práticas de cura populares não podem ser vistas isoladamente de outros fenômenos que se estruturam na

A cultura oferece uma visão do mundo, ou seja, uma explicação sobre como o mundo é organizado, de como atuar (...) é a cultura de um grupo que provê aos atores sociais definir técnicas, classificar e organizar as coisas de um modo geral. Ver: LANGDON; WIIK, 2010.

sociedade brasileira. Como aponta Oliveira (1985), elas devem ser compreendidas juntamente com outras práticas sociais cujas determinações são construídas historicamente e socialmente.

Acredita-se, contudo, que não existem práticas genuinamente médicas ou genuinamente mágico-religiosas, mas, no máximo, recursos distintos que se complementam. De acordo com Laplantine (1986, p. 220),

Enquanto a intervenção médica oficial pretende apenas fornecer uma explicação experimental dos mecanismos químico-biológicos da morbidez e dos meios eficazes para controlá-los, as medicinas populares associam uma resposta integral a uma série de insatisfações (não apenas somáticas, mais psicológicas, sociais, espirituais para alguns, e existenciais para todos) que o racionalismo social não se mostra, sem dúvida, disposto a eliminar.

Conforme Buchillet (1991), as interpretações que os agentes populares de cura fazem no tocante às desordens corporais, o fazem sempre em referência às regras sociais e culturais, ou seja, cada indivíduo, no tocante ao processo saúde/doença leva em consideração uma organização social, religiosa ou simbólica específica da qual faz parte. O que não significa dizer que há a ausência de um saber elaborado.

Em estudo desenvolvido por Wawzyniak (2009) com agentes comunitários de saúde (ACS) no Tapajós (Pará), observou-se que esses profissionais de saúde lidam com comunidades ribeirinhas cujas concepções de saúde/doença se relacionam com crenças e imaginários como o "assombro de olhada de bicho"³, em que um "bicho" ou "assombro de

"Também conhecido como o "mau olhado de bicho", afeta tanto o indivíduo quanto o grupo, uma vez que existe a possibilidade de o "mau-olhado atacar" outros membros da família ou da comunidade. Frequentemente, é consequência de um comportamento considerado condenável em relação ao uso dos recursos naturais ou da quebra da

bicho" tem a capacidade de causar doenças nas pessoas. Neste trabalho o autor mostra a importância da atuação do ACS nessas comunidades, cujo trabalho transita entre o modelo biomédico e o sistema terapêutico tradicional.

A enfermagem transcultural de Leininger

A enfermagem como ciência e arte do cuidado assume papel fundamental na vida do ser humano, afinal a história da humanidade mostra, desde os seus primórdios, que os seres humanos precisam de cuidado para sobreviver, para viver com saúde, felicidade e bem estar, e para curar-se em situações de doenças (PIRES, 2009).

Sabe-se que esse cuidar em enfermagem tem o sentido de promover a vida, o potencial vital, o bem estar dos seres humanos na sua individualidade, complexidade e integralidade. Abrange um encontro entre pessoas com o objetivo terapêutico, de conforto, de cura quando isso é possível, mas também de preparo para a morte quando inevitável (PIRES, 2009).

Para tanto, esse profissional enfermeiro deve ser capaz de considerar os aspectos socioculturais como imprescindível ao cuidado humanístico, além de compreender que o processo saúde-doença é subjetivo e que está inserido em diferentes contextos culturais, isto é, a forma que cada indivíduo experimenta esse processo está enraizada nos valores, nas crenças, nas práticas, nas representações sociais e simbólicas, no imaginário, nos significados, enfim, no jeito próprio de cada cultura explicar e interpretar esse fenômeno (MELO; CABRAL; SANTOS JÚNIOR, 2009).

Nesse sentido, estudos realizados por Madeleine Leininger, enfermeira norte-americana, foram essenciais para empoderar o corpo da enfermagem no sentido de valorizar as crenças, valores e práticas dos mais diversos povos durante sua prática

reciprocidade dos humanos entre si ou com os não-humanos" (WAWZYNIAK, 2008, p. 32).

profissional, a partir da teoria transcultural do cuidado. Esta teoria provê uma estrutura holística e compreensiva para examinar sistematicamente diferentes dimensões da cultura, dentro de uma perspectiva de Enfermagem (BRAGA, 1997), e foi desenvolvida a partir da antropologia a qual trouxe contribuições significativas para o aprimoramento do cuidar em enfermagem.

Para Leininger (1985), há diversidade no cuidado humano, com características que são identificáveis e que podem explicar a necessidade do cuidado transcultural de enfermagem. Assim, o profissional enfermeiro deve tentar ajustar sua prática cotidiana do cuidar levando em consideração as crenças, valores e modos das culturas para que se possa oferecer um cuidado eficaz e significativo para os indivíduos.

O cuidado transcultural se torna ainda mais importante quando nos deparamos com regiões, como a Amazônia, que apresenta um complexo e diversificado contingente populacional e sua diversidade sociocultural. São populações tradicionais como, por exemplo, os indígenas, as populações caboclas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e imigrantes recentes das várias partes do país (CONFALONIERI, 2005). Essa singularidade faz com que essa região se constitua num excelente campo para as mais variadas práticas de cura, que incluem práticas de terapeutas populares, médicos, intelectuais e cientistas.

Por isso, é de fundamental importância que os profissionais enfermeiros, os quais lidam diariamente com essas populações, possam adotar em suas práticas de saúde um cuidado cultural que seja congruente com as crenças e padrões de comportamento relacionados à saúde e doença do cliente e famílias, conhecendo, compreendendo e prevendo o cuidado terapêutico popular, sem se prender a um modelo eminentemente biomédico. Leininger, citada por Gualda e Hoga (1992),

Acredita que a teoria transcultural seja capaz de prever e explicar os padrões de cuidado humano das diversas culturas, bem como possibilitar a identificação de valores, crenças e práticas populares pelos profissionais de enfermagem. Acredita ainda que por meio deste conhecimento, as decisões e ações de enfermagem podem tornar-se congruentes e benéficas para aqueles que são assistidos (p. 70).

Guarda e Hoga (1992), a fim de facilitar a compreensão do conjunto de elementos que estruturam a teoria de Leininger, fizeram a tradução desses conceitos que foram elaborados por Leininger. O primeiro deles é a ideia de cultura que envolve valores, crenças, normas de comportamento e práticas relativas ao estilo de vida, aprendidos, compartilhados e transmitidos por um grupo específico, que orientam o pensamento, as decisões e ações dos elementos pertencentes ao grupo.

O outro conceito fala da visão de mundo que se caracteriza pelo modo como os indivíduos percebem seu mundo e universo, e nele inserem sua perspectiva de vida. E a estrutura social que representa um processo dinâmico e de natureza interdependente, compreendendo elementos estruturais ou organizacionais da sociedade e o modo como esses interatuam e funcionam. Incluem os sistemas religioso, familiar, político, econômico, educacional, tecnológico e cultural, delimitados pelo contexto linguístico e ambiental.

Acredita-se que os conceitos e proposições trazidas por Leininger, reafirmam o compromisso social que a enfermagem deve assumir a cada dia. Portanto, nós, profissionais da saúde, precisamos compreender os contextos sociais e culturais em que os usuários estão envolvidos, para tanto, não é necessário desconsiderar nossa formação acadêmica, mas tentar transitar nestes diferentes contextos (biomedicina e medicina popular), valorizando o saber das pessoas e atentando para suas subjetividades,

enquanto atores históricos de sua realidade cultural.

Considerações finais

A história como filha de seu tempo vêm nos mostrando quão complexo é o fenômeno saúde/doença, o qual deve ser entendido não de forma isolada, mas agregando aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como necessita do olhar de diferentes atores sociais em torno de um bem comum: assegurar a saúde das pessoas.

A medicina científica sempre se apresentou como detentora do monopólio do saber médico, tentando desautorizar práticas populares de agentes como benzedeiras, parteiras, curandeiros, feiticeiras, dentre outros. Todavia, médicos diplomados e agentes de cura popular apesar de conviverem de forma pouco harmoniosa - cada um dentro de suas limitações - também interagem enquanto saber e prática.

Atualmente, apesar da grande intolerância por parte de muitos profissionais da saúde os quais ainda conservam o modelo biomédico no exercício de suas atividades cotidianas, as terapêuticas populares, mágico-religiosas, permanecem vivas nas raízes dos mais variados povos, afinal quem nunca recorreu ao chá de erva-doce ou do boldo a fim de aliviar problemas digestivos ou intestinais? Ou quem nunca recorre à espiritualidade quando têm algum problema seja de ordem física, psíquica ou emocional? Claramente, vivemos e recriamos crenças e tradições milenares de acordo com o contexto cultural e social em que estamos inseridos.

Nesse sentido, a antropologia da saúde e da doença contribui profundamente para nossa formação enquanto profissionais da saúde, uma vez que, proporciona reflexões em torno do fenômeno saúde/doença, bem como sua relação com aspectos sociais e culturais dos povos, ressaltando que o conhecimento biológico, por si só, não é

suficiente para entender a complexidade desse fenômeno.

Portanto, o culto dos santos, a fé nos espíritos das florestas e dos rios, nos pajés e nas parteiras, a confiança nas orações e nos encantamentos, o conhecimento e fé nos remédios caseiros, enfim, todas as crenças sobre a saúde e doença mantidas por diferentes povos no mundo, devem ser consideradas pelos profissionais de saúde que, dentro de suas possíveis limitações, precisam recriar sua prática cotidiana, aproximando-se da linguagem e realidade simbólica dos indivíduos.

Além disso, a antropologia da saúde e da doença oferece possibilidades de se repensar em políticas de saúde menos segregacionistas e voltadas particularmente, às necessidades das classes mais desprovidas. Para tanto, é essencial compreender o contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido, considerando que estes usuários transitam de forma tranquila entre os diferentes setores de atenção à saúde, seja a biomédica ou a medicina popular.

No mais, é essencial resgatar a cultura para o centro da relação entre indivíduo e profissionais de saúde, observando que é preciso entender e valorizar as práticas populares de cura dentro de seu contexto. Não se trata de desconsiderar a prática da biomedicina, mas de agregar as contribuições dos dois saberes em prol de programas e políticas de saúde mais eficazes.

Referências

- Alves, P. C.; Rabello, M. C. (1998) Repensando os estudos sobre representações e práticas em saúde/doença. Em Alves, Paulo César; Rabello, M. C. (orgs.). *Antropologia da saúde: traçando identidades e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Relume Dumará, 107-121.
- Beltrão, J. F. (2004). *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará.
- Braga, C.G. (1997). Enfermagem transcultural e as crenças, valores e práticas do povo cigano. *Rev.Esc.Enf.USP*, 31(3), 498-516.
- Bloch, M. (2001). *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Buchillet, D. ((1991). A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde. Em *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: MPEG/Edições Cejup/UEP, 21-44.
- Canesqui, A. M. (1998). Notas sobre a produção acadêmica de antropologia e saúde na década de 80. Em Alves, P. C.; Minayo, M. C. S. (orgs.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 13-32.
- Confalonieri, U. E. C. (2005). Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estudos Avançados*, 53 (19), São Paulo.
- Chernoviz, P. L. N. (1878). *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias*. Paris, em casa do autor, vol I, A-F, 5- edição.
- Edler, F. C. (2010). Remédios de Comadre. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 56 (5), 21-23.
- Ferreira, L. O. (2003). Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). Em Chalhoub, Sidney et. al. (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil..* Capítulos de História Social. Campinas: UNICAMP.
- Garnelo, L; Langdon, E. J. (2005). A antropologia e a reformulação das práticas sanitárias na atenção à saúde. Em Minayo, M. C. S.; Coimbra, C. (orgs.). *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 136-56.
- Gualda, D.; Hoga, L. (1992). Estudo sobre teoria transcultural de Leininger. *Rev.Esc.Enf. USP*, 26 (1), 65-73.
- Ibáñez-Novión, M. A. Prefácio. (1982). Antropologia e Medicina: algumas considerações. Em Ibáñez-Novión, M. A.; Ott,

- A. M. T. *Adaptação à enfermidade e sua distribuição entre grupos indígenas da Bacia Amazônica*. Caderno CEPAM, n. 1. Belém: CNPQ/MPEG, 9-36.
- Laplantine, F. (1986). A doença e o sagrado, a medicina e a religião, a cura e a salvação: da antropologia médica à antropologia religiosa. Em *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 213-251.
- Langdon, E. J. (2009). Dialogando sobre o processo saúde/doença com a Antropologia: entrevista com Esther Jean Langdon. *Rev Bras Enferm*, 62 (2), 323-6.
- Langdon, E. J; Wiik, F. B. (2010). Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 18 (3).
- Leininger, M. (1985). *A Relevant nursing theory: transcultural care diversity and universality*. Em Simpósio brasileiro de teorias de enfermagem. Florianópolis, UFSC, 232-54.
- Lévi-Strauss, C. (1970). A ciência do concreto. Em *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 19-55.
- Maués, R. H. (2009). Cura e Religião: pajés, carismáticos e médicos. Em Fleischer, S.; Tornquist, C. S.; Medeiros, B. F. de. *Saber cuidar, saber contar: ensaios de antropologia e saúde popular*. Florianópolis: UDESC.
- Melo, L. P.; Cabral, E. R. M; Santos Júnior, J. A. (2009). The health-disease process: a reflection based on medical anthropology. *Revista de Enfermagem UFPE online*, 4 (3), 426-32.
- Melo, L. P. (2010). A contemporaneidade da teoria do cuidado cultural de Madeleine Leininger: uma perspectiva geo-histórica. *Ensaio e ciência: ciências biológicas, agrárias e da saúde*, 14 (2).
- Minayo, M. C. de S. (1991). Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 25 (3), 233-8.
- Oliveira, E. R. (1985). *O que é medicina popular*. São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 7-39.
- Oliveira, F. A. (2002). Antropologia nos serviços de saúde: integralidade, cultura e com um icação. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, 10 (6), 63-74.
- Pimenta, T. S. (2004). Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 11 (1), 67-92.
- Pires, D. (2009). A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. *Rev Bras Enferm*, 62(5), 739-44.
- Queiroz, M. de S. (1980). Estudos sobre medicina popular no Brasil. *Religião e Sociedade*, 5, 241-250.
- Santos, F. H. da S. (2001). *O Discurso Médico-Higienista em Belém do Pará (1900-1912): algumas reflexões*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, apresentado ao Departamento de História/UFPa, Belém-Pará, Pa.
- Wawzyniak, J. V. (2009). Agentes Comunitários de Saúde: transitando e atuando entre diferentes racionalidades no rio Tapajós, Pará, Brasil. *Campos (UFPR)*, 10 (2), 59-81.
- _____. (2008). *Assombro de olhada de bicho*. In: WAWZYNIAC, J. V. *Assombro de olhada de bicho: uma etnografia das concepções e ações em saúde entre os ribeirinhos do baixo Tapajós*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 28-53.
- Witter, N. A. (2001). *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- _____. (2005). Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo Revista do Departamento de História da UFF*, 19 (1), 13-25.

Recebido em: 13/06/2012
Aceito em: 14/09/2012

ASPECTOS HUMANISTAS, EXISTENCIAIS E FENOMENOLÓGICOS PRESENTES NA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

HUMANISTIC, EXISTENCIAL AND PHENOMENOLOGICAL ASPECTS IN PERSON CENTERED APPROACH

Márcia Elena Soares Bezerra
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Edson do nascimento Bezerra
Universidade da Amazônia (UNAMA)

Resumo

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é considerada uma das correntes identificadas com a Terceira Força em Psicologia ou Psicologia Humanista. Há aspectos significativos que correlacionam o pensamento do seu fundador, Carl Rogers, com alguns pressupostos da psicologia humanista e da filosofia existencialista. Mesmo que seu trabalho não tenha sido orientado pela fenomenologia, percebe-se em sua obra, desdobrada em várias fases, a prática de uma atitude desta natureza. Considerar, portanto, a ACP como uma abordagem humanista, existencial e fenomenológica remete-nos a uma série de questões relacionadas: 1) o que se entende por *humanista*? 2) Por consequência, o que é *ser humano* nesta perspectiva? 3) Como pensar o *humanismo* na psicologia? 4) Quais aspectos derivados da fenomenologia e do existencialismo encontram ressonância com a teoria e o método da ACP? Este artigo tem como objetivo contribuir na reflexão sobre as possíveis correlações entre essas perspectivas filosóficas e a Abordagem Centrada na Pessoa, tema ainda controverso no contexto brasileiro mesmo diante da diversidade teórica e de perspectivas que esta abordagem vem assumindo na atualidade.

Palavras ~~chave~~ **chave** humanismo; existencialismo; fenomenologia; abordagem centrada na pessoa.

Abstract

Person Centered Approach (PCA) is considered one of the theories identified as the Third Force in Psychology or Humanistic Psychology. There are some significant aspects that establish a relationship between the thought of its founder, Carl Rogers, and some purposes of the humanistic psychology and the existential philosophy. Even though Rogers's work has not been based on phenomenology, it is possible to realize on his writings, through its several phases, the practice of an attitude like the phenomenological one. Therefore, to consider PCA as a humanistic, existential and phenomenological take us to some connected issues: 1) What is understood as *humanistic*? 2) By consequence, what is being human in this theoretical point of view? 3) How to think humanism on psychology? 4) What aspects from phenomenology and existentialism can establish

relationship with theory and method of PCA? This article aims to contribute on the reflexion about possible relationships between these philosophical theories and Person Centered Approach, a very controversial theme at brazilian context even though there is theoretical diversity and a lot of pionts of view about this approach currently.

Keywords: humanism; existentialism; phenomenology; person centered approach.

Resumen

El Enfoque Centrado en la Persona (ECP) se considera una de las corrientes identificadas con la tercera fuerza en psicología o Psicología Humanista. Hay aspectos importantes que se relacionan el pensamiento de su fundador, Carl Rogers, con algunos supuestos de la psicología humanista y de la filosofía existencialista. Aunque su trabajo no haya sido orientado por la fenomenología, percibe en su obra, dividida en varias fases, la práctica de una actitud esta naturaleza. Considerar, por lo tanto, el ECP, como un enfoque humanístico, existencial y fenomenológico nos lleva a uma serie de preguntas relacionadas: 1) ¿qué se entiende por *humanista*? 2) Por consiguiente, ¿qué es *ser humano* en este enfoque? 3) ¿Cómo pensar *humanismo* en la psicología? 4) ¿Cuáles aspectos derivados de la fenomenología y de lo existencialismo encuentran resonancia con la teoría y el metodo del ECP? Este artículo tiene como objetivo contribuir en la reflexión sobre las posibles correlaciones entre las perspectivas filosoficas y el Enfoque Centrado en la Persona, tema aún polémico en el contexto brasileño mismo ante la diversidad teórica y de perspectivas que este enfoque ha asumido hoy.

Palabras clave: humanismo; existencialismo; fenomenologia; enfoque centrado en la persona.

Introdução

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é fruto do trabalho desenvolvido por Carl Rogers ao longo de toda a sua vida produtiva em Psicologia. No percurso do desenvolvimento de seu pensamento, ele sempre demonstrou preocupação com as bases filosóficas da Psicologia, no entanto, a ACP surge a partir de sua experiência clínica e de pesquisas científicas dela decorrente. Poucos são os pensadores mencionados por ele que o influenciaram diretamente neste sentido.

A perspectiva filosófica constitui-se em um modo de pensar a realidade, de questioná-la e de nortear a práxis do ser humano (Holanda, 1998). Este processo de inquirição e elaboração conceitual dá-se sobre construtos derivados da história da filosofia. Na prática psicológica não deve ocorrer a mera transposição de categorias filosóficas ao plano empírico do trabalho cotidiano do profissional da psicologia. Há o duplo risco de, por um lado, descontextualizar-se, e, por conseguinte, distorcer-se determinado conceito filosófico de sua acepção original, e por outro lado, desconsiderar-se a produção conceitual

existente na própria psicologia. É necessário, portanto, que ocorram as devidas apropriações, para que assim as abordagens psicológicas, em seu corpo teórico e técnico, possam ser enriquecidas na compreensão e reflexão da experiência humana por meio de conceitos filosóficos.

Quanto às perspectivas filosóficas presentes na Abordagem Centrada na Pessoa, Messias (2001) aponta que a ligação existente entre a psicologia de Rogers e o movimento humanista e existencial é significativa. Não se pode, no entanto, afirmar que o seu trabalho foi direcionado pela fenomenologia, pois Rogers só descobriu tardiamente esta filosofia. Ele próprio afirma que nunca estudou filosofia existencial. Seu contato com a obra de Soeren Kierkegaard e de Martin Buber, por exemplo, deveu-se à insistência de alguns de seus estudantes de teologia em Chicago. Apesar disso, encontramos convergências entre seu pensamento e desses autores.

É o que leva Puenté (1978) a afirmar que Rogers, mesmo não sendo filósofo, "se encontra na orientação da fenomenologia ao reconhecer neste pensamento o seu estilo de trabalho, que se caracteriza pelo esforço de se aproximar até aquelas camadas do subjetivo que estão mais próximas do objetivo, as experiências pessoais" (p.55).

Ao tomar a experiência prática, vivida, como ponto de partida para formular sua teoria e método psicoterapêutico, ao incluir a subjetividade do terapeuta e do cientista e ao se interessar pela compreensão dos significados atribuídos pela própria pessoa às suas vivências e pelos modos de experiência dos mesmos, Rogers assume, em seu modo de trabalho, a prática de uma atitude humanista e fenomenológica.

Mesmo com tais intenções, não há como negar que a construção da sua teoria ainda mantinha-se vinculada ao modelo positivista e à matriz científicista que dominava o projeto de constituição da psicologia da época, em que a noção de verdade e o conhecimento representacional

estavam muito presentes, daí, o seu extremo interesse com a comprovação científica dos dados observados na prática clínica (Barreto, 1999).

Por ter tido uma formação pragmática e determinista, Rogers considerava a ciência como algo externo, como um "corpo de conhecimento" sistemático e organizado em fatos observáveis; somente quando conheceu outros paradigmas e modelos de ciência tentou integrar esses dois aspectos, o cientista e o vivencial.

A ciência apenas existe nas pessoas. Qualquer projeto científico tem o seu impulso criativo, o seu processo, a sua conclusão provisória, numa pessoa ou em várias pessoas. O conhecimento - mesmo o conhecimento científico - é aquele que é subjetivamente aceitável. O conhecimento científico só pode ser comunicado àqueles que estão subjetivamente preparados para receber a sua comunicação. A utilização da ciência apenas se dá através de pessoas que procuram valores que significam alguma coisa para elas (Rogers, 1991, p.195).

Portanto, reconheceu que a ciência, como a terapia e outros aspectos da vida, baseiam-se na experiência imediata das pessoas, que é comunicável apenas em parte e de forma limitada. Para ele, ao se estabelecer uma relação terapêutica, por exemplo, os sentimentos e o conhecimento se fundem numa experiência que é vivida ao invés de ser analisada, em que o terapeuta, no momento da relação, é mais um participante do que um observador. Atua como observador quando se interessa pela ordenação e pelo processo que ocorre nesta relação. Deve para tal utilizar-se dos recursos científicos, não de forma impessoal, mas vivendo subjetivamente outra fase de si mesmo. Tentou resolver seu impasse, colocando a pessoa, com seus próprios valores, como a base da relação terapêutica e da relação científica.

Considerar, então, a ACP como uma abordagem que possui aspectos humanistas, existenciais e fenomenológicos remete-nos a

uma série de questões relacionadas: 1) O que se entende por humanista? 2) Por consequência, o que é ser humano nesta perspectiva? 3) Como pensar o humanismo na psicologia? 4) Quais aspectos derivados da fenomenologia e do existencialismo encontram ressonância com a teoria e o método da Abordagem Centrada na Pessoa?

Com base nestes questionamentos, mesmo que reconhecendo a abrangência dos mesmos, apresentaremos a seguir algumas reflexões sobre possíveis correlações entre essas perspectivas filosóficas e a Abordagem Centrada na Pessoa com o objetivo de trazer subsídios que possam fomentar discussão e contribuir para uma melhor compreensão desta abordagem psicológica.

ACP e Psicologia Humanista--Existencial Norte--Americana

Têm-se vários conceitos acerca do que venha a ser Humanismo (ver AmatuZZi, 2001; Nogare, 1994). Etimologicamente, significa tudo aquilo que se volta para o humano. O humanismo toma o Homem como foco de qualquer preocupação filosófica; é uma interrogação sobre o ser, que surge desde os filósofos gregos

O humanismo, em sentido mais estreito, pode ser definido como um movimento de retorno à cultura greco-latina clássica, surgido no período do Renascimento, nos séculos XV e XVI (Gobbi, Missel & Holanda, 2002). O humano concebido como fim último de uma determinada teoria de conhecimento, abordagem ou postura ética é um denominador comum presente nas diversas acepções sobre o *humanismo*. Ele "... surge então como um questionamento, uma procura pelo sentido de ser deste homem. É um esforço contínuo pela compreensão de sua totalidade, pela sua consideração integral" (Holanda, 1998, p.21).

Rogers sempre enfatizou a relação com a pessoa humana como fator primordial na estruturação de qualquer conhecimento sobre o fenômeno psicológico. Fez questão de colocar em xeque a validade de teorias ou

técnicas psicoterápicas construídas *a priori*, descoladas da experiência, antes de se estabelecer o contato com a pessoa ou grupo em sua concretude.

A Abordagem Centrada na Pessoa é considerada uma das correntes identificadas com a Terceira Força em Psicologia ou Psicologia Humanista. Tal identificação justifica-se por sua advocacia pela dignidade e valor da pessoa na sua busca pelo crescimento (Rogers, 1983).

A psicologia humanista surgiu no final da década de 1950 e início da de 1960, nos Estados Unidos, num período de pós-guerra, marcado pela desesperança, crise moral e de valores. AmatuZZi (2001) esclarece que a designação 'psicologia humanista' não se refere, pois, "a uma teoria específica, ou mesmo a uma escola, mas sim ao lugar comum onde se encontram (ainda que com pensamentos diferentes) todos aqueles psicólogos, insatisfeitos com a visão de homem implícita nas psicologias oficiais disponíveis" (p.19).

Surgiu, portanto, como uma reação, a partir da insatisfação sentida face às duas correntes predominantes, o behaviorismo e a psicanálise clássica. Mesmo considerando as descobertas e contribuições dessas duas correntes, o sentimento prevalecente entre os psicólogos humanistas era de que essas vertentes, permanecendo em suas perspectivas originais, com seus pressupostos reducionistas e deterministas, não traziam respostas aos anseios humanos, às questões de sentido, naquele momento histórico.

A seguir analisaremos algumas perspectivas da psicologia humanista, de um modo geral, que se identificam com a proposta da Abordagem Centrada na Pessoa:

1. *Uma visão do sujeito capaz de autorealizar-se e autoatualizar-se*, com capacidade para "atuar seguindo convicções e princípios pessoais, que em si mesmo, são geradores de subjetivação, e não expressão de forças ocultas" (González Rey, 2003, p.59).

Cabe refletir que esta concepção, apesar de incluir uma noção de sujeito ativo no mundo, portador de vontade própria e

possibilidades de escolha, ainda relaciona-se a um sujeito soberano e epistêmico pleno que dominou o pensamento moderno. A este respeito, Moreira (2007) ressalta a importância de ampliarmos a visão de ser humano, a partir de uma concepção dialética da ACP. Isso implicaria em olhar o homem concreto, inserido na realidade; em conceber a pessoa, além da dimensão subjetiva individual, enfatizando a dialética entre o meio humano subjetivo e o meio objetivo, ou seja, a pessoa é, concomitantemente, um sujeito individual e transindividual. É necessário, então, considerar as expressões singulares e os sentidos subjetivos próprios, mas igualmente considerar as múltiplas influências recebidas do meio no processo contínuo de produção de subjetividade. O ser humano é concebido enquanto uma totalidade complexa, em processo, em devir, um ser implicado e configurado em seu ambiente, seja este físico, fenomenológico-experiencial, relacional ou sócio-histórico-cultural.

2. Uma maior ênfase à consciência, à subjetividade e à saúde psicológica.

A consciência é concebida enquanto vivência ativa, intencional, criadora de sentidos, que gera novos processos de subjetivação no curso de sua expressão pessoal. De acordo com González Rey (2003), a consciência humana organiza-se, expressa-se e desenvolve-se "na contínua processualidade do sujeito, que em suas complexas operações reflexivas (...) logra articular elementos de sentidos muito diversos nos diferentes momentos de sua expressão" (p.60).

A subjetividade, portanto, desenvolve-se num processo contínuo, não sendo, algo enclausurado no interior do indivíduo, uma vez que o ser individual se forma a partir das relações estabelecidas com os outros e com o mundo.

3. Uma perspectiva positiva quanto às potencialidades e possibilidades.

Esta característica pode ser facilmente confundida como um olhar ingênuo ou deveras "otimista" sobre a condição humana.

Mas é um princípio norteador de uma prática psicológica que ratifica a vida e as inúmeras possibilidades que o ser humano tem de operar mudanças em seu autoconceito, em seu comportamento e em suas atitudes diante das situações vividas, uma vez dadas as condições necessárias para tal.

Amatuzzi (2010) possibilita-nos refletir sobre a atualidade e a amplitude desta prerrogativa quando enfatiza que o pressuposto humanista é um pressuposto de autonomia, em que o ser humano é concebido como detentor de algum poder sobre as determinações que o afetam. Com base nisso, engendram-se práticas psicológicas alicerçadas na autonomia crescente da pessoa e numa relação intersubjetiva e dialógica. O autor afirma que esta concepção é "uma visão ética e tem repercussões práticas na vida das relações pessoais, sociais e até políticas" (p.19).

A ética aqui enfatizada refere-se a uma postura em que o ser humano é tratado não de um modo utilitário, mas como possuidor de um valor próprio e inalienável. Segundo Amatuzzi (2010), "a abordagem centrada na pessoa é muito mais uma ética do que uma técnica" (p.21).

Evidenciam-se, dessa forma, diversos aspectos humanistas presentes na Abordagem Centrada na Pessoa, uma vez que ela busca resgatar o respeito e a ênfase no ser humano, destacando o papel dos sentimentos e da experiência como fator de crescimento. Busca centrar-se na relação interpessoal, construindo condições psicológicas adequadas ao desenvolvimento do potencial de mudança daquele que recorre a uma relação de ajuda.

Quanto à noção de pessoa, há duas características norteadoras, aparentemente contraditórias: a primeira é que esta pessoa, única em sua concretude existencial (daí a aproximação da ACP com o Existencialismo), é um ser em processo, em movimento, dinâmico, em construção, nunca passível de ser esquematizado reductivamente; por outro lado, ela (pessoa) é concebida originalmente como possuidora de recursos próprios que

lhes permitem superar as condições existenciais adversas.

Ainda que esta concepção de ser humano seja questionada, principalmente devido à ausência nas obras de Rogers de uma leitura mais aprofundada sobre a influência sócio-histórica e política na constituição da subjetividade humana, é notória a sua preocupação em priorizar o humano em sua psicologia. Se compreendermos que a Psicologia, enquanto Ciência Aplicada, foi utilizada por muitas décadas no Brasil, por exemplo, para justificar e manter um alto grau de desigualdade social que relega grande parte da população à condições sub-humanas de existência, percebe-se a relevância efetiva de um humanismo engajado de Rogers na valorização da pessoa em sua inteireza - e aí pode-se ampliar esta inteireza a níveis sociais, políticos e transcendentais, por exemplo - ainda em nossos dias. Proporcionar o espírito crítico e libertário, como apregoado pela Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, ou suscitar o debate e a participação política da pessoa em sociedade, no sentido pleno de cidadania democrática, é algo profundamente identificado com a ACP.

A estruturação dos pilares principais desta abordagem deu-se no contexto de afloramento da Psicologia Humanista na sociedade norte-americana do pós-guerra. No entanto, não se pode dizer que Rogers derivou os princípios básicos da ACP desta rede de relações. Pelo contrário, os seus estudos, já provenientes da década de 1930 e bastante influenciados pela Terapia da Relação de Otto Rank, dentre outros, serviram de referência e inspiração para esta reação coletiva ao reducionismo das abordagens psicanalíticas e comportamentais de Psicologia, tão valorizado pela cientificidade do meio acadêmico norte-americano desta época.

Percebe-se que, pelo próprio desenvolvimento e ampliação de perspectivas ocorridas no meio psicanalítico e comportamental, as críticas da chamada Psicologia Humanista ou Terceira Força não

mais se sustentam na atualidade (Rosa & Kahhale, 2002). No entanto, deste movimento pontual ocorrido na História da Psicologia derivaram a valorização das relações pautadas no vivido (Amatuzzi, 2001) ou no experiencial (Rogers & Stevens, 1992), a legitimação da capacidade criativa e inovadora do ser humano e a consideração do humano como valor absoluto da existência.

Vale ressaltar, que segundo Amatuzzi (2001), o rótulo específico de psicologia humanista é apenas um episódio momentâneo de algo que tem um sentido maior: a presença de uma atitude humanista no interior da psicologia. O humanismo na psicologia aponta para uma atitude fenomenológica, uma postura diferente que se revela o homem no que ele tem de próprio, onde o ser humano tem que ser captado em seu movimento e para isso é necessário nos colocarmos na postura do atual, do presente, do atuante, do em curso. O que está na raiz do humanismo não é, pois, apenas um postulado teórico, ou uma hipótese, mas uma atitude concreta em favor de homens e mulheres, sujeitos de ação no mundo.

O caráter existencial presente em algumas psicologias humanistas é decorrente do encontro com vertentes da filosofia europeia no solo norte-americano entre 1940 a 1970. Conforme aponta Fonseca (s.d.), as perspectivas fenomenológico-existenciais no âmbito da psicologia foram recebidas nos Estados Unidos com certa polêmica, de um lado, e com bastante entusiasmo, por outro, uma vez que elas configuravam uma alternativa válida para contrapor a dicotomia existente entre as abordagens psicanalítica e comportamental.

A identificação com alguns referenciais existencialistas, por exemplo, deve-se ao seu compromisso pela primazia da atitude em detrimento da teorização abstrata da realidade, numa espécie de efetivação da máxima sartriana de que *a existência precede a essência*. Segundo Rollo May (1980), maior representante das idéias existencialistas entre os chamados psicólogos humanistas, tal

identificação encontra sua origem em William James (1841-1910), considerado um dos principais precursores da psicologia norte-americana. Conforme o autor verifica-se em James a ênfase dada ao imediatismo da experiência, à importância da vontade como elemento de decisão e ao compromisso com a construção da verdade, esta pensada não de forma teórica, mas eminentemente existencial e vivida. Concebia também a realidade como algo indeterminante em termos lógicos, porém dependente do mundo da experiência.

De um modo geral, o Existencialismo pode ser definido como uma ampla corrente filosófica contemporânea, nascida na Europa pós-primeira guerra mundial. Este movimento prioriza a existência concreta do homem no mundo e teve suas raízes históricas no pensamento do filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855). Seu pensamento reporta-se à existência em seu aspecto singular e concreto, contrapondo-se às tradicionais correntes filosóficas modernas na sua tendência universalista, em especial a hegeliana, bastante valorizada na primeira metade do século XIX.

O movimento existencialista configurou-se enquanto tal na Alemanha da década de 1920, período de muito sofrimento, desespero e angústias. É na década de 1950, entretanto, que ocorre maior divulgação desse movimento, inclusive no contexto norte-americano (Penha, 1982).

Dentre os diversos pensadores que difundiram o existencialismo, destacam-se: Jean-Paul Sartre, Martin Buber, Karl Jaspers, Gabriel Marcel, Emmanuel Levinas. Cada um, da sua forma, utilizou o método fenomenológico para elaborar a sua filosofia da existência, unindo assim os dois conceitos - fenomenologia e existencialismo (Gobbi e outros, 2002).

A corrente existencialista concebe o ser humano comprometido com o mundo, cuja existência é instável e contraditória. É um conjunto de possibilidades em constante atualização. É capaz de criar condições para adquirir a sua liberdade, o que não lhe

garante tranquilidade e bem estar, ao contrário, obriga-lhe a ser mais cuidadoso consigo, já que passa a ter diversas opções existenciais. Esta filosofia convoca-nos a atuarmos como protagonistas de nossa própria vida, assumindo nossas escolhas no mundo e, por conseguinte, sendo responsáveis por suas consequências.

Rogers (1980) expressa a identificação com esse modo de fazer em seu artigo "Duas tendências divergentes". Se, tradicionalmente, há uma *tendência objetiva*, própria de práticas fundamentadas em teorias reducionistas, definições operacionais e procedimentos experimentais, por outro lado, a esta contrapõe a *tendência existencial*. Relata que, no decorrer de sua experiência profissional, partiu de uma perspectiva objetiva para, gradualmente, assumir um viés existencialista. Sob esta referência afirma,

(...) A essência da terapia... é um encontro de duas *peçoas*, no qual o terapeuta é aberta e livremente ele próprio e evidencia isto talvez mais completamente, quando ele pode livre e com receptividade entrar no mundo da outra. (...) O cliente sente-se confirmado (para usar o termo de Buber) não somente no que ele é, mas em suas potencialidades. Pode afirmar-se, temerosamente de estar certo, como uma pessoa única, separada. Pode tornar-se o arquiteto de seu próprio futuro através do funcionamento de sua consciência. O que isso quer dizer é que já que ele está mais aberto à sua experiência, pode permitir-se viver simbolicamente em função de todas as possibilidades. Pode consentidamente dar vida, em seus pensamentos e sentimentos, aos impulsos criativos dentro de si mesmo, às tendências destrutivas que ele descobre dentro de si, ao desafio do crescimento, ao desafio da morte. Pode fazer face, em seu consciente, ao que para ele significa *ser*, e o que lhe significa *não ser*. Torna-se uma pessoa humana autônoma capaz de ser o que é e de escolher seu caminho. Este é o resultado da *terapia*, vista por esta segunda tendência (Rogers, 1980, p. 100-101).

As duas tendências apresentadas acima correspondem às duas atitudes que o ser humano assume em suas diferentes relações interpessoais e com a própria existência, segundo a filosofia dialógica de Martin Buber (1878-1965): a relação EU-ISSO, que fundamenta a tendência objetiva pela sua natureza objetual, exclusivamente cognoscitiva e utilitária; e a relação EU-TU, que expressa a tendência existencial, pelo seu modo baseado na relação pessoal, "... do encontro de mulheres e homens que se dirigem entre si enquanto realidades pessoais, dimensões existenciais, num duplo movimento recíproco de aceitação e confirmação, sendo através desse que ambos acolhem o mundo como celeiro da alteridade" (Valente, 2006, p.56).

Rogers (1991) assinala diversos pontos de convergência das suas idéias com as de Buber. Para ele, nos momentos profundos do processo psicoterápico dá-se uma verdadeira relação Eu-Tu, um encontro dialógico permeado de reciprocidade, como uma espécie de vivência atemporal que envolve intensamente terapeuta e cliente.

Aspectos fenomenológicos presentes na ACP

Ao nos referirmos sobre os aspectos fenomenológicos presentes na ACP é importante refletir sobre a inserção desta perspectiva na psicologia brasileira e latino-americana. Para Fonseca (s.d.), a ACP que recebemos no Brasil é fruto da vertente pragmática e empirista norte-americana e da fenomenológico-existencial europeia, que, inicialmente, foi recebida de modo acrítico e impessoal e, gradualmente, desenvolveu-se enquanto uma abordagem singular e com perspectivas próprias a partir da década de 1980.

De acordo com Gomes, Holanda & Gauer (2004), no cenário internacional, os pressupostos fenomenológicos se expandiram rapidamente da filosofia para o campo da saúde: na psiquiatria, a primeira área de influência da fenomenologia, é representada

pelos trabalhos de Ludwing Binswanger (1881-1966) e Karl Jaspers (1833-1969). No que se refere à psicologia, a década de 1970 é um marco quanto à produção de conhecimento. Impulsionada pelos estudos do grupo liderado por Amadeo Giorgi, na Universidade de Duquesne, Pensilvânia, EUA, a fenomenologia transformou-se em método de pesquisas empíricas. É importante ressaltar que o trabalho de Giorgi foi precedido pelo de dois psicólogos ligados a Carl Rogers: Adrian L. Van Kaam (1959), fundador de um programa de psicologia dedicado à fenomenologia em Duquesne e Eugene Gendlin (1962), que formulou um modelo de psicoterapia considerado de inspiração fenomenológica.

Ainda que existam concepções distintas de fenomenologia, este conceito ainda permanece bastante associado a Edmund Husserl (1859-1938). O caráter formal de uma nova epistemologia surgiu ao final do século XIX, na Alemanha.

Fenomenologia advém de duas palavras gregas: *phainomenon* e *logos*. *Phainomenon* (fenômeno) corresponde a tudo aquilo que aparece, que se manifesta e que pode ser percebido, captado pelos sentidos ou pela consciência. *Logos* é entendido como o discurso esclarecedor. Assim, etimologicamente, fenomenologia significa o discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo. De um modo geral, é compreendida como o estudo ou a ciência do fenômeno.

De acordo com Zilles (2002), a fenomenologia husserliana, "é, em primeiro lugar, uma *atitude* ou *postura* filosófica e, em segundo lugar, um movimento de idéias com *método* próprio, visando sempre o rigor radical do conhecimento" (p.13). Husserl, atento aos problemas do conhecimento, busca encontrar um método e um ponto de partida para a Filosofia enquanto 'ciência do rigor'.

O desenvolvimento das idéias de Husserl foi precedido por um acontecimento histórico que ocorreu ao final do século XIX: declínio dos grandes sistemas filosóficos

tradicionais e ascensão das Ciências, em particular a Matemática e a Psicologia, que se converteram na chave das explicações da teoria do conhecimento e da lógica. Husserl questionou a pretensão da Psicologia da época submeter o modo de conhecer aos seus princípios, dedicando-se a encontrar um método de conhecimento rigoroso que servisse de fundamento às demais Ciências (Capalbo, 1987).

Dentre os principais conceitos desenvolvidos por Husserl, destacam-se: essência, redução e intencionalidade. Entende-se *essências* ou *eidos* como a estrutura invariante cuja presença permanente define o que é o objeto, ou seja, *essências* são as maneiras características do aparecer dos fenômenos; são conceitos, objetos ideais que nos permitem distinguir e classificar os fatos. Referem-se ao sentido do ser do fenômeno; independem da experiência sensível, muito embora se dando através dela (Zilles, 2002). Segundo Dartigues (1992), essência é o "ser da coisa ou da qualidade, isto é, um puro possível; em consequência, poderá haver tantas essências quantas significações nosso espírito é capaz de produzir" (p.16).

Quanto à *redução* ou *epoque*, ela aparece sob diversas formas, acompanhando a evolução do pensamento de Husserl. Num primeiro momento, quando acreditava que a existência era separável do sentido das coisas, entendia a redução como a colocação entre parênteses, o colocar de lado a existência factual das coisas para se evidenciar a essência. Tal concepção estava compatível com um contexto, racionalista, que considerava a consciência enquanto interioridade, fechada em si mesmo, que representa um "exterior". Um segundo aspecto da redução manifesta-se no lema "voltar às coisas mesmas", tais como aparecem antes de qualquer apreensão, uma espécie de retorno ao elemento puro como fundamento do conhecimento. Com o tempo, esta visão de consciência enquanto representação se tornará superada a partir da

noção de *intencionalidade* (Martins & Dichtchekenian, 1984).

Para Husserl (s.d), "a propriedade fundamental dos modos de consciência [...] é a chamada intencionalidade, é sempre ter consciência de alguma coisa" (p.21). Zilles (2002) explica que a intencionalidade fenomenológica é "visada de consciência e produção de um sentido que permite perceber os fenômenos em seu teor vivido" (p.31). É o que Husserl denomina de análise intencional.

Como nosso intuito neste artigo não é explanar de forma detalhada sobre a fenomenologia enquanto filosofia e sim apontar alguns conceitos que convergem com a psicologia e a ACP, apresentaremos agora alguns aspectos considerados significativos da fenomenologia heideggeriana.

Martin Heidegger, discípulo de Husserl, é tido como um dos poucos filósofos contemporâneos cuja produção apresenta singular crescimento póstumo, uma vez que ele morreu deixando uma grande quantidade de inéditos que começaram a ser editados a partir de 1978, o que gerou uma terceira fase de seu pensamento (Nunes, 2002).

Heidegger reinterpreto o método oriundo da fenomenologia de Husserl, na busca do sentido das coisas, em íntima relação com a hermenêutica. Para ele, existir é interpretar-se. O recurso hermenêutico faz-se necessário para o aparecer e o desvelar do fenômeno (Nunes, 2002; Bruns & Trindade, 2001).

Na elaboração de *Ser e Tempo*, para viabilizar o objetivo de questionamento do sentido do ser, o autor estrutura, de modo original, conceitos que posteriormente despertaram interesse em teóricos e profissionais de diferentes áreas das ciências humanas. Evidenciaremos àqueles que mais frequentemente têm sido referenciados por psicólogos: *ser-no-mundo*, *angústia*, *abertura e cuidado*.

Heidegger buscou romper com a concepção do ser como conceito vazio e universal. Na sua investigação, distinguiu a estrutura do ser da do ente. Para este autor,

"[...] Ente é tudo de que falamos, tudo que entendemos [...] ente é também o que e como nós mesmos somos." (Heidegger, 2005. p.32)

Na perspectiva heideggeriana esse ente que cada um de nós somos e que possui em seu ser a possibilidade de questionar, é designado como *Dasein*, expressão alemã que significa "ser-aí". A edição brasileira traduz o *dasein* como *pre-sença*.

O *dasein* sempre se relaciona de formas distintas com os entes, em virtude do seu caráter dinâmico, em constante movimento, que está *sendo*, numa espécie de acontecendo contínuo conforme a possibilidade existencial vivenciada. Esse caráter pré-ontológico, determinação original e constitutiva do próprio *dasein*, permite que venha a se expressar com relação aos entes de múltiplas maneiras, com várias possibilidades. Essa amplitude de modos de ação corresponde ao caráter de existência, característico do *dasein*.

Belém (2004) esclarece que o *dasein* "se identifica com o homem, mas não é o homem. É dizer o mais originário do homem, que, ontologicamente é a sua existência" (p.95). O ser-aí diz de um "ser lançado em um mundo cujo estar presente implica na possibilidade da existência".

Para Heidegger (2005) "o estar-lançado, porém, é o modo de ser de um ente que sempre é suas próprias possibilidades e isso de tal maneira que ele se compreende nessas possibilidades e a partir delas (projeta-se para elas)" (p.244).

Com isso, pode-se dizer que o *dasein* é possibilidade lançada ao mundo. A esta estrutura do *dasein* de ser lançado, Heidegger nomeou de facticidade da existência. "O *dasein* se entrega à responsabilidade de assumir o seu próprio ser e, sendo se relaciona com ele e se comporta com o seu ser como possibilidade mais própria" (Belém, 2004, p.97).

Desta forma, pelo seu caráter existencial e promotor de sentido, o *dasein* é principalmente *ser-no-mundo*. O acesso do ente à existência tem como condição

primária o mundo, estrutura fundamental pertencente exclusivamente ao *dasein*, onde se dá o ingresso dos entes diferentes de nós.

A existência humana, então, não teria uma vida privada, precedente, que depois, se relacionaria com o mundo exterior; ela existe no mundo. É o que nos diz Nunes (2004), "o *Dasein* (enquanto Ser-no-mundo) não está para o mundo como uma coisa encaixada dentro de outra maior, mas sim que ao mundo se liga sob forma de um engajamento pré-reflexivo, integrante da constituição mesma desse ente que somos" (p.126).

Em lugar da consciência pura do 'eu transcendental', Heidegger partiu da facticidade no mundo, da vida que é histórica e se compreende historicamente. A essência da existência humana é existir em pluralidade, e não em si mesma, uma vez que ela pertence a um mundo circundante, com sua estrutura referencial de utensílios e com a co-presença dos outros. O homem, enquanto, ser-no-mundo, é compreendido no seu próprio existir, pois o existente só pode se compreender em sua relação com o mundo (Lanteri-Laura, 1965).

A expressão ser-no-mundo refere-se a um fenômeno de unidade que abrange os seguintes momentos estruturais: a) *ser-em*, que não indica uma coisa, um ser simplesmente dado, dentro do mundo, mas se refere a uma constituição existencial, a um habitar em, estar familiarizado com; b) *ser-junto* ao mundo, no sentido de empenhar-se no mundo e não dar-se em conjunto de coisas que ocorrem; c) *ser-com*, em que a co-presença dos outros constitui existencialmente o ser-no-mundo, pois, conforme afirma Heidegger (2005): "na base desse ser-no-mundo determinado pelo com, o mundo é sempre o mundo compartilhado com os outros" (p.170); d) *ser-próprio cotidiano* e o *impessoal* significa que o ser-no-mundo é sempre em função de si próprio, porém o *próprio* do cotidiano, habitual é o impróprio ou *próprio impessoal* caracterizado pela dispersão e impessoalidade, em que o *si-mesmo* é aprendido como *próprio*, uma vez que " de início, "eu" não "sou" no sentido

do propriamente si mesmo e sim os outros nos moldes do impessoal. É a partir deste e como este que, de início, eu "sou dado" a mim mesmo (Heidegger, 2005, p.182).

Ao procedermos uma leitura psicológica deste conceito eminentemente filosófico, podemos abstrair que quando o *dasein* descobre o mundo, isto é, quando ocorre uma abertura para si mesmo, este "descobrimento de mundo" e esta abertura se cumpre e se realiza como uma "eliminação das obstruções, encobrimentos, obscurecimentos, como um romper das deturpações em que a pre-sença se tranca contra si mesma" (Heidegger, 2005, p.182).

Outro aspecto importante refere-se ao que Heidegger denomina de *decaída*, também traduzida por decadência, ou seja, o desvio de si, o de-cair no mundo das ocupações, a fuga da existência que está fundada na *angústia*. Heidegger, inspirado em Kierkegaard, não conceitua a angústia como uma experiência disfuncional, um estado ou uma propensão, mas a concebe enquanto uma disposição fundamental da existência; como aquilo que se teme, mas, que, ao mesmo tempo, se deseja. É na angústia que a existência abre-se a si mesmo.

O *dasein* por apresentar diversas possibilidades de concretizar-se, oscila entre fechamento para si e abertura, entre o próprio impessoal e o próprio pessoal; possui um modo de ser em que já se põe diante de si mesmo e se abre para si em seu estar-lançado. A angústia, como disposição constitutiva, é que irá propiciar a abertura para si do *dasein*, uma saída da cotidianidade, uma independência dos outros, uma ruptura consigo, com o que se é cotidianamente, com a estabilidade. Esta disposição para a abertura não significa um voltar-se para si subjetivo, mas caracteriza-se pelo ser a si mesmo, com as coisas e com os outros. Como é uma disposição não se equivale à abertura; ela é um *entre* fechamento e abertura, porém, ainda que permeado de cotidianidade, está voltado para o não-cotidiano. Por sermos ser-no-mundo nos voltamos para as coisas, para algo

que nos escapa. Essa ausência da coisa é o *nada*, que se revela em parte alguma, com que a angústia se angustia. Daí porque estamos sempre tendendo à cotidianidade, nos voltando aos entes, para compensar o mal-estar.

A angústia não é somente angústia com... mas, enquanto disposição, é também *angústia por...* O por quê a angústia se angustia não é um modo *determinado* de ser e uma possibilidade da pre-sença [...] Na angústia o que se encontra à mão no mundo circundante, ou seja, o ente intramundano em geral, se perde [...] na angústia se está "*estranho*" [...] Mas, estranheza significa igualmente "não se sentir em casa" (Heidegger, 2005, p.251-252, grifos do autor).

Este "não se sentir em casa", enquanto fenômeno mais originário, faz com que o *dasein* abra-se como ser-possível. Segundo Heidegger (2005, p.255) só na angústia subsiste a possibilidade de uma *abertura* privilegiada na medida em que ela "retira a pre-sença de sua de-cadência e lhe revela a propriedade e impropriedade como possibilidades de ser". Através da angústia lhe é aberto um horizonte de possibilidades, em que se pode viver no mundo partindo de si mesmo. Este é o *ser-si-mesmo*. Sobre essa dinâmica existencial, Critelli (1996) afirma: "por mais que se tente arquitetar uma sociedade em que se logre o controle da angústia, da inospitalidade do mundo, da fluidez e liberdade humanas, da transmutação incessante dos sentidos de se ser, a empreitada é, de saída, irrealizável" (p.22).

Como a abertura se refere à constituição estrutural do *dasein*, este ente, em sua totalidade, é explicitado e determinado pelo conceito de *cuidado* (*sorge*), como ser do *dasein*. O ingresso ao cuidado se dá por meio da angústia, que se refere explicitamente ao *dasein* como ser-no-mundo que de fato existe. Desta forma, este aspecto de já ser lançado em um mundo, como ser junto aos outros entes que lhe vêm ao encontro dentro do mundo, pressupõe o caráter do *dasein* estar destinado a projetar-

se ao seu poder-ser mais próprio, como uma possibilidade de si mesmo, determinado por esse sentido originariamente libertário.

É no preceder a si mesma, enquanto ser para o poder-ser mais próprio, que subsiste a condição ontológico-existencial de possibilidades de *ser livre para* as possibilidades propriamente existenciárias. O poder-ser é aquilo em função de que a pre-sença é sempre tal como ela é de fato. (Heidegger, 2005, p.258, grifos do autor).

Assim, Feijoo (2000) ressalta que "o cuidado não se refere a um determinado modo de relação, e sim à condição de ser aberto às possibilidades de relação nas suas diferentes modalidades" (p.83). Considera que Heidegger ao se referir à dimensão do cuidado rompe com uma concepção tradicional de subjetividade enclausurada uma vez que o *dasein* põe-se diante de si e abre-se para si em seu estar lançado, a sua constituição é abertura. Para Heidegger (2005), o cuidado não significa uma atitude especial para consigo, pois em virtude de sua determinação ontológica, nele também se acham colocados os dois outros momentos estruturais: o *ser-em* e o *ser-junto a*, articulados estruturalmente entre si.

Reportando-nos, mais especificamente, a apropriação pela psicologia de alguns dos conceitos apresentados, destacamos Bruns (2001) quando afirma que a inspiração fenomenológica se presentifica quando o psicólogo parte do princípio de que não há um ser "escondido", uma realidade "em si mesma", objetiva e neutra atrás das aparências. A premissa em que sustenta a argumentação é que o ser humano é sujeito e objeto do conhecimento e que vivencia intencionalmente sua existência, atribuindo-lhe sentido e significado.

A fenomenologia possibilitou à psicologia uma nova postura para inquirir os fenômenos psicológicos: a de não se ater somente ao estudo de comportamentos observáveis e controláveis, mas procurar interrogar as experiências vividas e os

significados que o sujeito lhes atribui, ou seja, o de não priorizar o objeto e/ou sujeito, mas centrar-se na relação sujeito-objeto-mundo (Bruns, 2001, p.63).

Forghieri (1993) assevera que o objetivo da aplicação do método fenomenológico para o campo da Psicologia, passa a ser o de procurar captar o sentido ou o significado da vivência para a pessoa em determinadas situações, por ela experienciadas em seu existir cotidiano.

Não é interesse da Psicologia e da Psiquiatria, "[...] chegar a um esclarecimento filosófico-fenomenológico da estrutura transcendental do ser humano enquanto ser-no-mundo, mas sim, empreender uma análise existencial ou empírico-fenomenológica de formas concretas de existência" (Binswanger citado por Forghieri, 1993, p.59).

Amatuzzi (2001, 1996) afiança que o vivido, para o qual a pesquisa fenomenológica está voltada, não se manifesta sozinho, ou puro. Ele sempre se mostra por meio de concepções, percepções, construções da consciência. Para o autor, o vivido que "vemos" não é mais o puro vivido, mas o vivido "visto", e, portanto, já formulado, composto por palavras. O acesso do pesquisador ao vivido se dá, então, através de versões de sentido. Considera, portanto, que o vivido é polissêmico, pois contém um significado potencial imediato, relacionado ao contexto da ação ou situação do sujeito, e também outros significados menos imediatos, relacionados com outros contextos. Aqui, o autor amplia a compreensão a respeito dos significados da vivência ao considerá-la portadora de múltiplos sentidos relacionados a diversos contextos, ou seja, não só ao contexto da ação imediata. O esforço de compreensão da significação do vivido pode, portanto, sofrer interferências e distorções pela pressão de padrões sociais ou mesmo do autoconceito.

Nesta mesma direção, Dutra (2004), ao considerar o sujeito como um ser-no-mundo e um ser-com, de relação, cuja subjetividade não se encontra separada do mundo,

argumenta não ser possível, se pensar num homem no qual se identifiquem lugares, essências ou estruturas que determinem um dado modo-de-ser no mundo. A compreensão do ser humano passa então pela interpretação das suas possibilidades de ser-no-mundo, indo além das palavras e do texto, mas de todo o seu universo psicológico, social e histórico. Esta é uma contribuição heideggeriana que possibilita um olhar mais amplo aos fenômenos psicológicos, tanto no sentido interpretativo das relações da pessoa no mundo, quanto na compreensão dos modos de estar e atuar neste mundo.

Quanto às possibilidades de correlacionarmos algumas concepções fenomenológicas, em especial a heideggeriana, com a prática clínica, vale atentar para o fato de que a compreensão da existência enquanto fenômeno é captada indiretamente, não por um mundo interno desconhecido, mas pelo seu modo próprio de mostrar-se ou seja, o fenômeno é apreendido através de perspectivas, na medida em que se desvela. Assim sendo, focaliza-se a forma de se mostrar, podendo inclusive mostrar-se como não é: aparência ou através de indicações de coisas que em si mesmas não se mostram, apenas se anunciam: manifestação ou ainda mostrar-se e ao mesmo tempo esconder-se: entulhamento (Feijoo, 2000),

Esta autora ressalta, ainda, que, "[...] cabe ao psicoterapeuta a tarefa de trazer à tona a expressão inautêntica e autêntica do cliente, mobilizando-o de forma a possibilitar o reconhecer-se - bem como, uma vez lançado em sua liberdade e sua responsabilidade, escolher suas possibilidades" (Feijoo, 2000, p.105).

Com base em tais premissas, é possível lançar um olhar contemporâneo sobre a Abordagem Centrada na Pessoa e refletir sobre algumas propostas de reconfiguração de alguns conceitos da matriz epistemológica desta abordagem. O sentido de reconfiguração, desconstrução ou re-leitura aqui empregado não significa, necessariamente, destruição ou negação da teoria rogeriana, mas acima de tudo, um

convite à atualização, ao redimensionamento ou como nos refere Dutra (2004) "desconstruir, no nosso entender, significa, antes de tudo, uma mudança no campo epistemológico" (p.38).

Bezerra (2007), ao correlacionar as perspectivas rogeriana e heideggeriana, destacou as seguintes categorias para análise: *centralidade*, *angústia* e *autenticidade* que serão brevemente comentadas a seguir.

A teoria de Rogers foi construída a partir da noção de *centralidade*, em que a definição de pessoa ancorou-se no projeto da modernidade, como um ser indiviso, unitário, centrado, livre, com primazia da ordem subjetiva. Na perspectiva heideggeriana, ao invés da centralidade, evidencia-se a noção de *abertura*, conceito vinculado ao projeto pós-moderno que valoriza a disposição para a descoberta e a existência (*dasein*) enquanto mera possibilidade, abertura de ser; apropriação de si que é também abertura ao outro e ao mundo. Como possibilidade de atualização, e considerando o cenário contemporâneo e os múltiplos modos de existência, é válido uma reinterpretação da teoria de Rogers em uma perspectiva descentrada ou centrada nas relações, que vá além da pessoa-indivíduo, com abertura à complexidade em que o sujeito constitui e é constituído pelo mundo, de modo ininterrupto.

Quanto ao conceito de *angústia*, na teoria da personalidade formulada por Rogers, ela aparece enquanto uma resposta funcional ao alto grau de incongruência entre *self* e experiência orgânica. Já em Heidegger, é vista como uma disposição fundamental da existência, fenômeno constitutivo da condição humana, que possibilita desvelamento da existência, sair da cotidianidade e uma apropriação de si. Por um viés psicológico, esta categoria pode ser apropriada pela teoria e método da ACP, devendo esta abordagem também abrir-se ao estranho, à falta, como condição de possibilidade da existência.

Articulando-se o conceito de *autenticidade* em Rogers, entendido como

acordo interno, simbolização acurada da experiência na consciência, abertura à experiência com a concepção de *cuidado* na fenomenologia de Heidegger, vista como um projetar-se ao seu poder-ser mais próprio, propiciado pela angústia, ou seja, o cuidado já é abertura enquanto tal, acontecendo, pode-se refletir sobre a função terapêutica, que a partir desta noção seria desvelar as várias possibilidades de existir e devolver o cliente ao seu *cuidado*, facilitando à assunção de si e não mais 'libertar as capacidades já presentes em estado latente'.

Rogers, já em sua última fase, expandiu suas concepções deixando indicativos de mudanças e ampliação de sua abordagem. Fonseca (1998) considera que Rogers contribuiu, de forma significativa e diferenciada, com a constituição de um modelo fenomenológico-existencial de psicologia e de psicoterapia. Alerta-nos sobre a importância de uma compreensão efetiva, experimentação e desdobramento deste modelo.

Assim, no que se refere à ACP, detentora de um corpo teórico próprio, sistematizado e consistente, aberta à permanente atualização, conclui-se que, antes de tudo, é uma *abordagem psicológica singular*, com sólida fundamentação em pesquisas acadêmicas estabelecidas a partir de atendimentos psicoterápicos, ampliada posteriormente para diferentes tipos de relação de ajuda. Possui, além disso, caracteres significativos de natureza humanista, existencial e fenomenológica que lhe permitem dialogar proficuamente e estabelecer permanentes correlações com todo modo de pensamento estabelecido sobre parâmetros não-positivistas, contrários a qualquer forma de objetivismo causal, utilitarista, universal e reducionista da complexa e dinâmica condição humana de existência.

Referências

Amatuzzi, M.M. (2001). *Por uma psicologia humana*. Campinas: Alínea.

Amatuzzi, M.M. (2010). *Rogers: ética humanista e psicoterapia*. Campinas: Alínea.

Barreto, C.(1999). A compreensão e o lugar da abordagem centrada na pessoa no espaço científico-sociocultural contemporâneo. *Revista symposium*, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, ano 3, p. 34-40.

Belém, D. M. (2004). *Abordagem centrada na pessoa: um olhar contemporâneo*. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Bezerra, M. E. (2007). *Um estudo crítico das psicoterapias fenomenológico-existenciais: terapia centrada na pessoa e gestalt-terapia*. 125f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Social). Departamento de Psicologia Clínica, Universidade Federal do Pará.

Bruns, M. A. (2001). A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses na dicotomia subjetividade e a objetividade. Em: Bruns, M. A.; Holanda, A.F. (Org.) *Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Ômega.

Bruns, M. A & Trindade, E. (2001). Metodologia fenomenológica: a contribuição da ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger. Em: Bruns, M. A.; Holanda, A. F. (org.) *Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Ômega.

Capalbo, C. (1987). *Fenomenologia e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Âmbito.

Critelli, D. M. (1996). *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC: Brasiliense.

Dartigues, A. (1992). *O que é a fenomenologia?* São Paulo: Editora Moraes.

- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 9, n.2, p.381-387.
- Feijoo, A. M. (2000). *A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológica-existencial*. São Paulo: Vetor.
- Fonseca, A, H. (2010). *Apontamentos para uma história da psicologia e psicoterapia fenomenológico existencial organísmica - dita humanista*. Recuperado em 15 agosto, 2010, de <http://www.rogeriana.com/fonseca/apontam.htm>.
- Fonseca, A. H. (1998). *Trabalhando o legado de Carl Rogers. Sobre os fundamentos fenomenológicos existenciais*. Maceió: Gráfica Editora Bom Conselho Ltda.
- Forghieri, Y. C. (1993). *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo: Pioneira.
- Gobbi, S., Missel, M. & Holanda, A. (2002). *Vocabulário e noções da abordagem centrada na pessoa*. São Paulo: Vetor.
- Gomes, W. & Holanda, A. & Gauer, G. (2004). Psicologia Humanista no Brasil. Em: Massimi, M. (org.). *História da psicologia no Brasil do séculoXX*. São Paulo: EPU.
- González-Rey, F. L. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes/Universidade São Francisco.
- Holanda, A. F. (1998). *Diálogo e psicoterapia: correlações entre Carl Rogers e Martin Buber*. São Paulo: Lemos Editorial.
- Husserl, E. (s.d). *A Conferência de Paris*. Lisboa: Edições 70.
- Lanteri-Laura, G. (1965). *Psiquiatria fenomenológica: fundamentos filosóficos*. Buenos Aires: Traguél.
- Martins, J. & Dichtchkenian, M.F. (1984). *Temas fundamentais de fenomenologia*. São Paulo: Editora Moraes.
- May, R. (Org.) *Psicologia existencial*. Porto Alegre: Ed. Globo.
- Messias, J. C. (2001). *Psicoterapia centrada na pessoa e o impacto do conceito de experiência*. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia, Pontífice Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Nogare, P. D. (1994). *Humanismo e anti-humanismo*. Petrópolis: Vozes.
- Nunes, B. (2002). *Heidegger & ser e tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nunes, B. (2004). *Filosofia contemporânea*. Belém: EDUFPA.
- Penha, J. (1982). *O que é o Existencialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Puente, M. L.(1978). *O ensino centrado no estudante: renovação e crítica das teorias de Carl R. Rogers*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Rogers, C. (1983). *Um jeito de ser*. São Paulo: EPU.
- Rogers, C. (1991). *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rogers, C. (1980). Duas tendências divergentes. Em: May, R. (Org.). *Psicologia existencial*. Porto Alegre: Ed. Globo.
- Rogers, C. & Stevens, B. (1992). *De pessoa para pessoa*. São Paulo: Pioneira.

Rosa, E. & Kahhale, E. M. (2002). Psicologia humanista: uma tentativa de sistematização da denominada terceira força em psicologia. Em: Kahhale, E. M. (Org.). *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez.

Valente, M. B. (2006). Martin Buber: uma breve história do filósofo diálogo. *Revista Lato & Sensu*, Universidade da Amazônia, Belém, v.7, n.2, p.55-63.

Zilles, U. (2002). A fenomenologia husserliana como método radical. Em: Husserl, E. *A Crise da humanidade européia e a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Nota sobre os autores

Márcia Elena Soares Bezerra: Professora Assistente da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Psicologia Clínica e Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora Técnica da Clínica de Psicologia da UFPA. Email: marciasoares@ufpa.br

Edson do Nascimento Bezerra: Professor Assistente da Universidade da Amazônia (UNAMA). Formação em Filosofia e em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: en.bezerra@gmail.com

Recebido em: 12/07/2012

Aceito em: 30/11/2012

HIERARQUIA EM EVIDÊNCIA: UM RETRATO DA DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA DE MASCULINIDADES NA PROPAGANDA DE CERVEJA

HIERARCHY IN EVIDENCE: A PICTURE OF DOMINATION HEGEMONIC OF THE MASCULITIES IN ADVERTISING BEER

*Robson Cardoso de Oliveira
Cristina Donza Cancela*
Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

Este trabalho analisa as representações de masculinidades na propaganda de cervejas, investigando uma abordagem em apresentar o homem como consumidor em potencial: ratificada por uma masculinidade hegemônica; e a mulher objetificada: como figuração do prazer e/ou da representação feminina de dona de casa, marcada no ambiente doméstico; configurando em uma associação de assimetria de poder. Para tanto, são discutidos como o papel da masculinidade vem sendo construídos, significados e ressignificados na propaganda brasileira de cervejas. A análise baseia-se em observações realizadas em anúncios vinculados na TV aberta, além de peças publicitárias colhidas no ciberespaço; de cervejas nacionais e internacionais, a exemplo da "Skol", "Nova Schin", "Heineken", entre outras. Como resultado, percebe-se que os anúncios de cervejas, atualmente, associam os consumidores de cerveja ao gênero masculino e para isso realizam anúncios valorizando o homem heterossexual, colocando - o como grande protagonista desses contextos.

Palavras Chave: masculinidades; feminilidades; cerveja; anúncio; hierarquia.

Abstract:

This work examines the representations of masculinity in advertising beer, investigating an approach in presenting the man as a potential consumer: ratified by a hegemonic masculinity, and the objectified woman: as pleasure figuration and/or female representation of housewife, marked in the household; setting in a pool of power asymmetry. To this end, we discuss how masculinity role are being built, and ressignified meanings in Brazilian advertising of beers. The analysis is based on observations made in open linked ads on TV, and advertising harvested in cyberspace, national and international beers, such as the "Skol", "Nova Schin", "Heineken", among others. As a result, one realizes that the listings of beers currently associate beer drinkers to males and to realize that ads valuing heterosexual man, putting - like the great protagonist of these contexts.

Keywords: masculinities, femininities; beer; advertising; hierarchy

Resumen

En este trabajo se ha analizado las representaciones de masculinidades en el anuncio de cerveza, investigando un enfoque en la presentación del hombre como consumidor potencial: ratificado por una masculinidad hegemônica; y la mujer objetivada como figuración del placer y/o de la representación femenino de ama de casa, marcada en el hogar; resultando en la creación de una combinación de asimetría de poder. Para eso, se discutió como el papel de la masculinidad ha sido construído, significado y reformulado en los anuncios de cerveza em Brasil. El análisis esta basado en observaciones realizadas en anuncios de la televisión abierta, además piezas de publicidad logradas en el ciberespacio; de cervezas nacionales y internacionales, por ejemplo "Skol", "Nova Schin", "Heineken", entre otras. Como resultado, se ha notado que los anuncios de cervezas, hoy en día, asocian los bebedores de cerveza a los varones y para llevar a cabo hay la valorización del hombre heterossexual como el gran protagonista de este contexto.

Palabras clave masculinidades; feminidades; cerveza; anuncio; jerarquia.

Introdução

Nosso objetivo, com esse artigo, é propiciar uma discussão sobre o papel que homens vêm recebendo na mídia, especificamente, na propaganda brasileira de cervejas. Marcando, com isso, um espaço, dentro dos Estudos de Gênero, para a problematização de masculinidades.

Essa problematização da masculinidade dentro da perspectiva dos Estudos de Gênero ganhou força na década de 1980 (MEDRADO, 1997), com pesquisas engendradas considerando os estudos de masculinidades com base no Feminismo ou como um posicionamento autônomo à esse movimento. Atualmente, os *Masculinities Studies* vêm ganhando espaço na academia, consideravelmente.

Marcando esse tema, com um viés antropológico, na propaganda brasileira, entra em cena um grande debate: o modo como as representações heteronormativas de gêneros são exibidas nos anúncios publicitários. Por que os carros esportivos são sempre focados para os homens? E os carros grandes, espaços são direcionados ao público feminino que estão sempre acompanhadas dos filhos no banco traseiro? Como se a

relação de as crianças fosse apenas com a mãe e não com o pai.

A exemplificação desse debate é observada em campanhas publicitárias de cervejas, as quais os homens são exibidos como os consumidores em potencial. Eles também são os que dirigem os carros com um *design* mais esportivo ou são o alvo em comerciais de concessionárias de automóveis.

Como metodologia, realizou-se uma análise de discurso das representações imagéticas dos anúncios vinculados na TV aberta. Foram reunidas algumas peças publicitárias de cervejas, de forma a contribuir como exemplificação deste trabalho.

Foram analisados, neste trabalho, 08 anúncios de cerveja (1 da *Skol*, 1 da *CERPA*, 1 da *Sol*, 1 da *Kaiser*, 1 da *Nova Schin*, 01 da *Tuborg* e 02 da *Heineken*).

Como instrumentos de investigação da pesquisa, também, está uma entrevista semiestruturada realizada com o então Diretor de *Marketing* da *CERPA* (Cervejaria Paraense), Ibrahim Dahás, em janeiro de 2010.

A realização de uma relação e diálogo entre o *marketing*, a publicidade e a antropologia foi necessária e interessante como modo de facilitar as argumentações,

bem como a importância de elucidar a interdisciplinaridade que vem sendo cada vez mais evocada em trabalhos acadêmicos.

O artigo está estruturado na discussão de masculinidades na propaganda brasileira, problematizando questões como a publicidade e a dominação de poder masculina. Na sequência consta a análise dos anúncios publicitários de cerveja, no que tange a participação de homens heterossexuais nessas campanhas.

Masculinidades na Propaganda

Ao longo dos anos, a publicidade desenvolveu um papel importante no processo de desenvolvimento do mercado, ganhando cada vez mais importância por parte dos profissionais de *marketing*.

A publicidade é a uma maneira de comunicação entre a empresa e o cliente. Neste caso, ela é o meio que transmitirá a mensagem da organização para o consumidor. O termo publicidade deriva do latim *publicus* que quer dizer público, ou seja, trata-se de informar ideias, socializando-as a todos e todas.

A publicidade é uma técnica de comunicação de massa, paga, com a finalidade precípua de fornecer informações, desenvolver atitudes e provocar ações benéficas para os anunciantes, geralmente para vender produtos ou serviços. Ela serve para realizar as tarefas de comunicação de massa com economia, velocidade e volume maiores que os obtidos com quaisquer outros meios (SANT'ANNA, 2009, p.60).

A partir da veiculação das peças publicitárias, os profissionais de *marketing* esperam despertar o interesse do consumidor, demonstrando nos anúncios um mundo perfeito, sem maldades e doenças, e sim com a presença de sorrisos e conquistas. Evidenciando, também, os possíveis sonhos dos clientes, aquilo que realmente desejam, o que poderiam obter em um mundo imaginário, não real, mas de um sonho

prazeroso no qual possuiriam aquilo que almejam.

A publicidade coloca em evidência o sonho dos clientes, mas, além disso, ela própria é retratada como um mundo mágico, de perfeição, de sonhos. Ou seja, em um anúncio publicitário tudo é possível: carros podem voar, podem virar robôs, objetos se personificam desejando algo, animais ganham vida, homens podem sonhar em possuir mulheres "perfeitas" e vice-versa. Enfim, para haver a transmissão da mensagem publicitária não importa o modo como será transmitida essa comunicação para o receptor, mas o que interessa é que esta mensagem chegue ao público-alvo e este a absorva e possa ser persuadido. Para tanto, a utilização dos sonhos do consumidor é uma maneira de chamar atenção e ao mesmo tempo tornar o anúncio publicitário mais criativo.

Rocha (1990) destaca:

Nasce, pois, uma enorme curiosidade e um grande fascínio pelo mundo da publicidade. Pelo mundo que nos é mostrado dentro de cada e todo anúncio. Mundo onde produtos são sentimentos e a morte não existe. Que é parecido com a vida e, no entanto, completamente diferente, posto que sempre bem-sucedido. Onde o cotidiano se forma em pequenos quadros de felicidade absoluta e impossível. Onde não habitam a dor, a miséria, a angústia, a questão. Mundo onde existem seres vivos e, paradoxalmente, dele se ausenta a fragilidade humana. Lá, no mundo do anúncio, a criança é sempre sorriso, a mulher desejo, o homem plenitude, a velhice beatificação. Sempre a mesa farta, a sagrada família, a sedução. Mundo nem enganoso nem verdadeiro, simplesmente porque seu registro é o da mágica (p.25).

Segundo Beleli (2005):

Publicidade, propaganda e *marketing* (re)inventam possibilidades de consumo com suas formas criativas de transformar velhos ou novos produtos em algo imprescindível na vida de pessoas, tornando-se peça-chave na ativação da

produção, através da (inter)mediação entre produtos e consumidor (p. 05).

A propaganda é relacionada à propagação de princípios, teorias e ideologias. O termo foi traduzido pelo papa Clemente VII, em 1557, com a função de propagar a doutrina da religião católica. Daí a relação do termo em questão com a difusão de princípios e ideologias. (SANT'ANNA, 2009).

Beleli (2005) classifica a publicidade como a promoção social de consumo de bens, enquanto que a propaganda ligada à política, ideologia e religião. A mesma autora lembra que a partir da segunda metade do século XX política e religião passaram a ser vistas também em um sentido comercial, aumentando assim a dificuldade na determinação dos dois conceitos.

Hodiernamente, os termos publicidade e propaganda têm sido utilizados no Brasil como sinônimos. É comum encontrarmos pessoas denominando publicidade ao que é propaganda ou vice-versa. Então, apesar da realização da diferenciação dos termos, trabalharemos, neste artigo, essas duas modalidades de comunicação como sinônimos.

A publicidade é o meio de ligação entre os domínios da produção e do consumo. Ela atua como um operador totêmico. Em vista disso, notamos ao meio publicitário um grande poder de persuasão. A publicidade não apenas informa, ela procura persuadir o cliente o que Baudrillard (1968) conceitua como um imperativo publicitário:

A publicidade tem por tarefa divulgar as características deste ou daquele produto e promover-lhe a venda. Esta função 'objetiva' permanece em princípio em sua função primordial... da informação a publicidade passou à persuasão. (BAUDRILLARD, 1968, p. 174).

A publicidade nada mais é do que a vivência, o retrato da sociedade. Afinal, esse é um dos objetivos do meio publicitário: retratar o modo de viver e pensar da sociedade, mas, ao mesmo tempo, criar

modos de viver e pensar para imbuir ao meio social. Iara Beleli (2005) constatou em sua tese, através de entrevistas exploratórias, que a publicidade é como se fosse mera descrição da realidade, segundo a visão dos profissionais de *marketing* entrevistados.

Nesse contexto, problematizamos a representação de masculinidades na propaganda brasileira, destacando a exibição de personagens másculos, viris, heterossexuais, dominadores de mulheres e de masculinidades subalternas (VALE DE ALMEIDA, 1996).

Homens e mulheres vivenciam relações assimétricas. A masculinidade hegemônica se apoia no patriarcado como forma de perpetuar essa posição de dominação.

A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível - na prática e de forma consistente e inalterada - por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial. Um paradoxo deve, desde já, ser elucidado: se masculinidade e feminilidade são, ao nível da gramática dos símbolos, conceptualizadas como simétricas e complementares na arena do poder são discursadas como assimétricas. (VALE DE ALMEIDA, 1996, p. 163).

Por patriarcado entende-se como uma ordem de gênero, na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade da mulher, bem como das masculinidades subordinadas. (VALE DE ALMEIDA, 1996). Por este último sujeito, compreende-se como representações masculinas que não se enquadram no perfil de dominador, efeitos perversos engendrados deste modelo central de masculinidade¹.

Para ter um maior aprofundamento sobre o assunto ver: Vale de Almeida, M. (1996) Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 95, 161-190. Welzer-Lang, D. (2001) A construção do masculino: dominação das mulheres e

O modelo central de masculinidade determinará como efeitos perversos deste sistema os que vivenciam a homossexualidade, sendo estes estigmatizados e subordinados. Homens que não vivem a conduta heterossexual são considerados "passivos", são comparados às mulheres, para tanto esses dois sujeitos são colocados em uma situação de submissão engendrada pela lógica da dominação masculina. Então, a masculinidade hegemônica atua como relação de poder entre os gêneros, privilegiando masculinidades em detrimento de feminilidades, e na submissão de masculinos que fogem à esse padrão de poder.

A dominação masculina ocorre tanto no ambiente público como no doméstico (WELZER-LANG, 2001). Os homens dominam as mulheres no espaço público ao receberem maiores poderes políticos e econômicos do que as representações femininas. Já no ambiente doméstico, a figura do "marido" ainda exerce grande autoridade dentro do lar².

Pela lógica da dominação masculina, homens devem ser fortes, valentes, terem virilidade, potentes. Enquanto a mulher é delegado o papel de submissa, frágil, delicadas. Porém, as características positivas masculinas geram alguns problemas, no qual Bourdieu (1999) infere que os dominantes são "dominados" por sua própria dominação, haja vista a preocupação com a força física, virilidade, potência e tamanho do pênis.

A representação do homem másculo, viril, foi explorada nos anúncios publicitários de cigarro. A propaganda de cigarros impõe representações e modelos de identificação e posição do sujeito (KELLNER, 2001). A partir

homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 9 (2), 460-482.

Quanto a estas afirmações, não há uma generalização, haja vista que dependerá das culturas que vivenciam esta situação social. Em alguns espaços de trabalhos, atualmente, a mulher possui maiores poderes políticos e econômicos, bem como em muitas famílias, a "esposa/ mãe" tem mais autoridade do que o marido e é ela quem cuida das finanças.

de 1950, a marca Marlboro passou a associar seus anúncios à masculinidade, demonstrando o ser "homem de verdade". A utilização da figura do caubói, combinado ao sucesso dos anúncios, fez com que, culturalmente, se associa-se o "homem de verdade" como o "homem Marlboro".



Figura 1 - Divulgação do "homem Marlboro"³

Para Ibrahim Dahás, ex-Diretor de *Marketing* da CERPA, essa é uma tendência que não ocorre apenas para o cigarro, mas também para a cerveja como forma de relacionar o cliente à força, virilidade e charme. Consumindo o produto, o consumidor pensaria em ser aquilo que é mostrado, "o homem Marlboro", "o homem de verdade".

Os anúncios publicitários de cervejas, nos dias de hoje, associam os consumidores de cerveja ao gênero masculino e para isso realizam anúncios valorizando o homem heterossexual, colocando-o como o grande protagonista desses contextos.

A utilização do masculino heterossexual, na propaganda de cervejas, é a do "homem tradicional". Segundo Ruth Sabat (2001), essa representatividade de masculinidade é ligada à virilidade e à força, diferentemente da visão de "homem da nova era" que expressa maneiras mais suaves, carinhosas, é mais humano nos gestos e ações, divide a responsabilidade com a família e podem chorar.

³ Recuperado em 15 de junho, 2012 de <http://happybatatinha.files.wordpress.com/2007/10/marlboro.jpg>

Além da utilização de homens que demonstram sua virilidade, a exibição ao lado de mulheres "perfeitas", como nos anúncios publicitários de cerveja, representa aquele modelo que Daniel Welzer-Lang (2001) chamou de "grandes homens".

A partir desta evidência, notamos uma profunda relação na apresentação dos anúncios de cervejas de necessidades dos homens, bem como *status* que eles gostariam de obter. Neste sentido, a mensagem que a *Kaiser* emitiu, por meio da publicidade, como forma de contra-atacar a *Brahma*, quando a primeira, exibiu comerciais utilizando animais como tartaruga e siri, comprovam que aquela marca valoriza um único público: masculinos heterossexuais. Na mensagem era informado: "o brasileiro não gosta de bichinhos esquisitos, gosta mesmo é de mulher" (COBRA, 2001, p. 92). A mulher passou a ser usada como "isca" para atrair consumidores (homens) a beber cervejas.

As campanhas seguem uma ordem estabelecida no que se evidencia como um tripé comercial, o qual podemos visualizar em suas "pontas" a mulher, o futebol e a cerveja. Todas essas ramificações estão interligadas e são direcionadas ao público masculino heterossexual (COBRA, 2001).



Figura 2 - Tripé Comercial

É visível que as campanhas publicitárias de cervejas são voltadas quase que exclusivamente ao público masculino, sendo sempre os protagonistas e são os que consomem. Há argumentos, nos comerciais, que levam apenas os homens a consumirem, como o tripé comercial, pois as ramificações desse tripé são, geralmente, voltadas ao público masculino heterossexual. Segundo Cobra (2001): "Costuma-se dizer que o macho

brasileiro curte três paixões: cerveja - quase como um refrigerante, futebol - como um fanático e viciado, e mulher - como objeto de prazer" (p. 24).

Então, com esse modelo de anúncio publicitário de cerveja, o homem ratifica o seu poder no mundo, possuindo à mulher e à cerveja. O homem é exposto como o consumidor em potencial, pois para as marcas de cervejas, ele é aquele que pode comprar o "líquido precioso", já as mulheres ficam em segundo plano, pois na regra da abordagem publicitária heteronormativa, ela é aquela que nasceu para ser a dona de casa e não consumidora de cerveja.

Analisando as imagens (Figura 3), a da esquerda reforça a fala de Berenice Bento (2007) quanto ao homem consumir além da cerveja a própria mulher. Nesta representação imagética uma moça está parada em frente a um balcão e através do copo posto em uma mesa a sua frente podemos observar de um ângulo que a mulher está dentro da taça, como se ela fosse a própria bebida. É interessante notar, também, no vestido da modelo, que possui a cor amarela, semelhante a da cerveja, bem como a parte superior é branca o que representaria o "colarinho" da bebida.



Figura 3 - Cartaz de divulgação da cerveja Kaiser⁴

A imagem da direita foi alterada, substituindo o símbolo da *Kaiser* (a letra "k")

A imagem da direita foi criada pelo administrador, Lucas Soares Monteiro. A da esquerda foi recuperada em 15 de junho, 2012 de <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://images.paraorkut.com/img/>

pelo símbolo masculino, em uma referência ao indicativo de que aquela bebida só deve ser consumida por homens, é para o público masculino que a comunicação publicitária está agindo.

As mensagens publicitárias são dirigidas a um público masculino heterossexual que por meio de uma construção de patriarcado e de masculinidade hegemônica consegue encontrar meios de serem dominadores.

Masculinidades nos anúncios publicitários de cerveja

Os modelos de propaganda das marcas de cervejas apresentadas nas veiculações comerciais de TV aberta são bastante semelhantes. Na sua maioria, há um bar como cenário, predomínio de homens no espaço, presença de mulheres com seus corpos "perfeitos", sendo que podem ser as garçonetes do bar ou estarem ao lado dos atores principais desse anúncio, como meras coadjuvantes.

A representação masculina tem sido utilizada como consumidores em potencial de cervejas, bem como possuidores das mulheres com corpos "perfeitos" exibidos nos anúncios. Com a exposição na propaganda marcada por uma posição binária combinada a uma masculinidade hegemônica reforça as falas de Bento (2007) e Vale de Almeida (1996). Bem como a exibição de corpos femininos "perfeitos" que ratifica os argumentos de Miriam Goldenberg (2005) e Marcel Mauss (2003) sobre as noções de corporeidade.

A exposição dos anúncios serve como modo de exemplificar todo o contexto apresentado neste trabalho. Para tanto, segue abaixo a exposição de 08 peças publicitárias que dialogam com o que já foi demonstrado.

Em um anúncio, intitulado "aliança" da *Skol*, um homem está bebendo em um bar com os amigos. A cena é agitada, dinâmica e com uma música simulando uma festa, até que sua namorada chega. A agitação do comercial muda para um clima de

romantismo, com um fundo musical romântico. O homem pega de seu bolso um objeto e logo mostra os detalhes de algo circular, brilhante. A moça imagina ser uma aliança e que o namorado vai lhe pedir em casamento. Ele vai colocando o objeto no dedo dela. Até que para a surpresa da mulher, ela observa que o objeto circular se trata do chaveiro do carro dele, como pelo fato de ele ter bebido bastante, ela teria de dirigir o veículo. Mas aí fica a pergunta, por que não ocorreu o inverso? Por que o anúncio não emitiu a mensagem da moça bebendo, enquanto o namorado ficava responsável por dirigir o carro. A hierarquia entre os gêneros reforça essa exposição para colocar o homem como o consumidor de cerveja, enquanto a mulher fica com a função de dirigir o veículo.

Em um anúncio da *CERPA*, um homem está andando por uma praia. A impressão que se tem é que ele está perdido. Até que ele avista pessoas. Ao chegar próximo acaba desmaiando. Um homem ao ver a cena, acaba pedindo uma *CERPA* para dar de beber ao desmaiado. Então se aproxima, em câmera lenta, uma salva-vidas, loira, bonita, corpo escultural, trajando uma blusa vermelha com o símbolo de salva-vidas e biquíni. A moça traz uma *CERPA* e dar de beber ao desmaiado que logo acorda e fica observando admirado a mulher. Os outros homens na praia também ao verem a cena fingem desmaiar. É importante observar que somente os homens desmaiam, as mulheres na praia ficam revoltadas. Ou seja, o desmaio não serve apenas para beber aquela marca de cerveja, mas sim para receberem a atenção da salva-vidas.

Em um anúncio publicitário da cerveja "*Sol*", intitulado "mudança", exibido em julho de 2007, a personagem principal é um homem que aparece "no bar do Zeca" sozinho, o dono do bar chega e oferece uma cerveja "a de sempre" e o cliente decide mudar e pede uma *Sol*. Observa-se que tudo está preto e branco e que próximo à mesa dele está uma mulher gorda e com roupas grandes. Ao cliente decidir pela mudança, o dono grita: "mudança", e tudo muda: o bar

vira "bar da Sol", chega um caminhão da Sol e o anúncio deixa de ser preto e branco e passa a ficar colorido. A garçonete antes gorda e com roupas grandes, tira a roupa grande e surge uma mulher bonita e com roupa justa e curta. Surgem seus amigos do futebol (todos homens), mulheres bonitas e sensuais saem de dentro do caminhão de cerveja como se fossem o próprio produto. Há uma televisão no cenário em que está sendo exibida uma partida de futebol - a relação com o tripé comercial é evidente neste anúncio. O cliente começa a enumerar coisas positivas dando-lhes ponto como a garçonete nova, os amigos do futebol que vão beber Sol com ele, e a "mulherada" como ele mesmo diz. Ao final da peça publicitária, acaba se sentando ao lado do personagem principal uma mulher no estilo daquelas que desciam do caminhão, no que se conclui em um duplo sentido de companhia para aquele homem: está ali a mulher e a própria cerveja, o que ratifica a fala de BENTO (2007) mostrada anteriormente.

Com a análise dos anúncios estrangeiros, verificamos uma peça publicitária da cerveja *Heineken*. Uma mulher apresenta às amigas sua casa, cada cômodo. Até que chega ao seu *closet* e o abre. As amigas gritam ao verem a quantidade de roupas e sapatos da anfitriã. Elas param de gritar ao ouvirem gritos mais altos do que os dela. Então elas procuram de onde vêm os gritos até que veem o que aparenta serem os seus maridos gritando ao verem um "closet refrigerado" cheio de cervejas *Heineken*. Como se as cervejas fossem exclusivas ao público masculino, enquanto mulheres só ligam para sapatos e roupas.

Em outra peça da cerveja *Heineken*, um homem observa uma mulher tentando pegar um produto no alto de uma prateleira. Ao se aproximar para ajudá-la, ele reconhece que ela é a atriz Jennifer Aniston e fica surpreso. Ela, então, faz um gesto a ele para que pegue o produto (aí o anúncio mostra qual era o produto: duas últimas garrafas da cerveja *Heineken* na prateleira). Ele pega as garrafas, mas ao invés de dar a atriz ele fica com elas.

Na peça da cerveja estrangeira "*Tuborg*", exibida no Brasil, um homem está em um bar, bebendo cerveja e observa uma mulher tomando um chá. A mulher é representada como feia, com cabelos presos, vestindo roupas longas e largas. Quando o homem toma um gole da cerveja, ele vê a mulher de cabelo Solto. Ao tomar outro gole, ele a observa como se ela estivesse se insinuando para ele. E ele continua bebendo, e ela continua fazendo charme. A cerveja acaba. Ele então fecha os olhos e depois reabre para ver se está acontecendo isso: quando ele a vê da maneira como ela estava quando ele chegou ao bar, "feia", tomando chá. O homem pede uma nova cerveja, como se só a bebida não o completasse, mas ele necessita da visualização da mulher da maneira a qual ele a via enquanto bebia, como se além de consumir a bebida, ele precisasse consumir, também, a mulher.

Outra peça publicitária analisada é uma campanha da "*Kaiser*", do início de 2001, em que estão presentes os atores Murilo Benício e Marcos Palmeira. Nesse anúncio, os dois estão sentados em uma praia que parece deserta, o primeiro ator está lendo uma revista, enquanto o outro pega uma cerveja, ao mesmo tempo sai uma moça das águas do mar, trajando apenas um biquíni de cor vermelha, tonalidade da marca referida. Então, todo o movimento os quais, o ator realiza com a garrafa a moça em seguida o faz: deitar, virar etc. O outro que estava lendo o jornal percebe todo o contexto e deixa a revista de lado. Até que o ator Marcos Palmeira tenta retirar o rótulo da garrafa, idealizando que em seguida a moça retiraria o seu biquíni. Ele retira o rótulo, porém ela não retira sua roupa de banho, fazendo um sinal negativo com a cabeça e sorri e os dois também acabam rindo da situação e o comercial se encerra.

O que se pode analisar dessa última peça publicitária analisada é o poder do homem sobre a mulher, ele brinca, simbolicamente, com a garrafa como se estivesse brincando com ela mesma, e está. Ele realiza movimentos para o seu bel prazer,

há uma satisfação individual masculina em evidência (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011).

No comercial que lançou o conceito da *Nova Schin* de "cervejão", um homem (Pedrão) chega a um bar, senta-se com seus amigos e pede uma "cervejinha". Um de seus amigos questiona-o se ele assiste a um "joguinho" ou "jogão", se gosta de "mulherzinha" ou de "mulherão". Pedrão, então, responde que gosta de "jogão" e "mulherão" e, portanto pede ao garçom um "cervejão". Evidencia-se nesse anúncio, o tripé comercial problematizado por Cobra (2001).

Dentro do contexto das peças publicitárias analisadas, podemos traçar papéis dessas representações de masculinidades nos anúncios de cerveja verificados. Dos oito anúncios, identificamos quatro personagens: o belo heterossexual, o homem praiano, o cliente do bar e os amantes de cerveja.

O que esses personagens têm em comum? O poder engendrado por uma masculinidade hegemônica. Todos eles possuem uma postura de superioridade perante as mulheres e masculinidades identificadas como subalternas. Além disso, todos eles são heterossexuais, as peças publicitárias deixam implícita a sexualidade de os personagens, seja mostrando à namorada, esposas ou o simples interesse dos personagens por mulheres. Outra semelhança

entre os personagens, trata-se de que todos estão consumindo cervejas nos anúncios, marcando-os como os consumidores em potencial. (Tabela 1).

Nem sempre na propaganda de cervejas a beleza é utilizada como algo essencial, normatizado, uma regra dos anúncios. Essa regra é válida para mulheres, porém aos homens isso não é uma máxima. Segundo Ibrahim Dahás, esta é uma técnica bastante utilizada na publicidade como nos anúncios da *CERPA* do personagem "Alfredo" que sempre ficava interessado nas mulheres bonitas, perfeitas e sempre era "perseguido" por sua esposa, uma mulher feia e gorda. Além da objetificação feminina da associação da mulher à cerveja, a representação de mulheres bonitas, sensuais, "perfeitas" é recorrente nos anúncios. A mulher feia é representada como a "concorrência", algo indesejado pelos clientes (homens heterossexuais).

No entanto, a apresentação de homens que não possuem um "padrão" de beleza não é algo questionado. Os personagens clientes do bar no comercial "cervejão" da *Nova Schin* são exemplos disso, além do "baixinho da *Kaiser*" e do próprio supracitado, Alfredo da *CERPA*. Os casos do "baixinho" e "Alfredo" são emblemáticos, pois eles sempre estão acompanhados de belas mulheres e elas os desejam.

Tabela 1 - Exposição de papéis de masculinidades nos anúncios de cerveja

TÍTULO DO ANÚNCIO	CERVEJA	PAPÉIS	IMAGEM	CARACTERÍSTICAS
Aliança	Skol	Belo Heterossexual		<ul style="list-style-type: none">- Homem heterossexual;- Bonito;- Demonstra ter boa instrução;- Consumidor de cervejas;- Gosta de festas;- Tem namorada;- No anúncio, ele consome a cerveja, porém a namorada dele não.

Salva Vidas	<i>CERPA</i>	Homem Praiano		<ul style="list-style-type: none"> - Homem heterossexual; - Consumidor de cervejas; - No anúncio, ele consome a cerveja e "fingi" passar mal para estar próximo da "loira da CERPA".
Mudança	<i>Sol</i>	Cliente do bar		<ul style="list-style-type: none"> - Homem heterossexual; - Bonito; - Consumidor de cervejas; - Gosta de estar no bar na companhia dos amigos do futebol e de belas mulheres.
Euforia	<i>Heineken</i>	Amantes de Cervejas		<ul style="list-style-type: none"> - Homens heterossexuais; - Consumidores de cervejas; - O anúncio deixa implícito que eles são casados.
Jennifer Aniston	<i>Heineken</i>	Amantes de Cerveja		<ul style="list-style-type: none"> - Homem heterossexual; - Consumidor de cerveja; - Não é "cavalheiro".
Chá	<i>Tuborg</i>	Cliente do bar		<ul style="list-style-type: none"> - Homem heterossexual; - Consumidor de cervejas; - Gosta de beber em bar; - O anúncio apresenta a embriaguez do personagem.
Praia	<i>Kaiser</i>	Homem Praiano		<ul style="list-style-type: none"> - Homens heterossexuais; - Consumidores de cervejas; - Idealizam a mulher como um objeto, controlam a garrafa como se fosse um "controle remoto" para "controlar" a mulher,
Cervejão	<i>Nova Schin</i>	Cliente do bar		<ul style="list-style-type: none"> - Homens heterossexuais; - Não apresentam um padrão de beleza representado na propaganda brasileira; - Consumidores de cervejas.



Figura 4- Baixinho da Kaiser, sempre acompanhado de belas mulheres¹

Considerações Finais

Encontramos argumentos, através de entrevista com o então Diretor de *Marketing* da *CERPA*, que o homem representando na publicidade de cerveja é aquele que "homens normais" gostariam de ser: fortes, viris, jogadores de futebol (geralmente, o sonho de qualquer criança é ser jogador de futebol), possuidores de mulheres bonitas.

E é essa a representação de masculinidade que vem sendo construída na propaganda brasileira: o homem forte, viril, heterossexual, que se relaciona, amigavelmente, com outros homens de mesma característica; desejam mulheres "perfeitas", sempre são os consumidores em potencial de cervejas.

A masculinidade hegemônica atua no campo dos anúncios diretamente, como podemos observar no anúncio "cervejão" em que um homem intimida o outro quando esse pede uma "cervejinha", há um padrão, uma normatização de como a masculinidade deve ser representada no anúncio.

O homem normal é o heterossexual, as masculinidades subalternas problematizadas por Vale de Almeida (1996) e Kimmel (1998) quase não aparecem nos anúncios, e quando aparecem são estigmatizadas, inferiorizadas e ridicularizadas. Apesar de Kimmel (1998)

argumentar que a masculinidade hegemônica é invisível para aqueles que a procuram no cotidiano de suas práticas, percebemos que ela é visível no "mundo dos anúncios", há um ideal de masculinidade bem definido na propaganda de cervejas.

Ratificando, esse campo do definido como um ideal de masculinidade nos anúncios de cervejas é o do homem heterossexual, que possui namorada, é casado ou está na companhia de belas mulheres; são consumidores de cervejas (quase que exclusivos). E a beleza não é um fator de valorização ou desvalorização. Contudo, as mulheres são sempre pensadas como coadjuvantes, e não consumidoras em potencial. Estão nos comerciais para serem vistas, desejadas e consumidas em espaços de sociabilidade masculina. As feminilidades são subsumidas aos ideais e práticas de masculinidade hegemônicas atualizadas nas peças publicitárias.

Referências

- Almeida, H. B. (2002). Melodrama comercial - reflexões sobre a feminilização da telenovela. *Cadernos de Pagu*, Campinas, 19, 171-194.
- Baudrillard, J. (1968) *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Ed. Perspectiva
- Bel el i, I. (2005) *Marcas da diferença da propaganda brasileira*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas, SP.
- Bento, B. (2007, 03, jan.) A cerveja e o assassinato do feminino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, s/n.
- Bourdieu, P. (1999) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cardoso de Oliveira, R. (2011) A Heteronormatividade e a Propaganda: A Reificação da Mulher em Campanhas Publicitárias de Cervejas. Em M. A. Motta-

Recuperada em 15 de junho, 2012 de <http://flashbak7080.blogspot.com.br/2011/07/personalidades.html>

- Maués, M. L. M. Álvares, & E. F. Santos (Orgs.). *Mulheres Amazônicas: imagens - cenários - histórias* (pp. 207-228). Belém: GEPEM.
- Cobra, M. (2002) *Sexo & marketing*. São Paulo: Cobra Editora.
- Goldenberg, M. (2005) Gênero e corpo na cultura brasileira. *Psicologia clínica* 17 (3), 65-80
- Grossi, M. (1995) Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social UFSC*, 1, 4-37.
- Harris, M. (1977) *Canibais e reis*. s/l: edições 70.
- Kellner, D. (2001) *A Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC.
- KIMMEL, Michael S. (1998) A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 9, 103-118.
- Mauss, M. (2003) As técnicas do corpo. Em Mauss, M. *Sociologia e Antropologia* (pp. 401-422). São Paulo: Cosac&Naif.
- Medrado Dantas, B. (1997) *O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Rocha, E. P. G. (1990) *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Sabat, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista de Estudos Feministas*, 9, 9-21. Recuperado em 17 de setembro, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>.
- Sant'Anna, A. (2009) *Propaganda: teoria, técnica e prática*. São Paulo: Cengage Learning.
- Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Vale de Almeida, M. (1996) Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 95, 161-190.
- Welzer-Lang, D. (2001) A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 9 (2), 460-482.

Sobreos autores

Robson Cardoso de Oliveira: Bacharel em Administração pela UFPA, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA-UFPA). Bolsista da CAPES. Membro do Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual - Grupo Orquídeas. robson.cardosodeoliveira@gmail.com

Cristina Donza Cancela: Doutora em História pela Universidade de São Paulo-USP, possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, sendo graduada em História pela UFPA. Atualmente é professora da Faculdade de História do IFCH/UFPA, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA-UFPA). donza@ufpa.br

Recebido em: 22/08/2012

Aceito em: 17/11/2012

A NOÇÃO DE PATERNIDADE NO DOCUMENTO "SITUAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA. DESENVOLVIMENTO INFANTIL: OS PRIMEIROS SEIS ANOS DE VIDA", DA UNICEF

THE NOTION OF PATERNITY IN DOCUMENT "BRAZILIAN STATE OF CHILDHOOD. CHILD DEVELOPMENT: THE FIRST SIX YEARS OF LIFE OF UNICEF.

*Ellen Aguiar da Silva
Fernanda Cristine dos Santos Bengio
Klézio Kleber Teixeira dos Reis
Pedro Paulo Freire Piani*
Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a paternidade no documento de domínio público, enquanto prática discursiva, intitulado "Situação da Infância Brasileira. Desenvolvimento Infantil. Os primeiros seis anos de vida.". Tal análise procederá inicialmente a partir da noção de governamentalidade em Michael Foucault e do uso dos repertórios linguísticos ancorado em Mary Jane Spink, levando-se também em consideração a subjetividade e a linguagem como um viés para compreensão dessa identidade paterna, tendo em vista que o documento expõe prescrições no âmbito do cuidado e participação do pai no desenvolvimento da criança e da família e contribui para o debate sobre as rupturas, mudanças, interrogações em torno da paternidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: paternidade; pai; homem; documento; UNICEF.

Abstract

The aim of this paper is to reflect on fatherhood in the public domain document, entitled "Situation of Brazilian Children. Child Development. The first six years of life. Initially, analysis will proceed from Michel Foucault's conception of governmentality, and the use of linguistic repertoires based on Mary Jane Spink, taking into account subjectivity and language as bias for understanding this paternal identity once the document sets out requirements under the care and participation of the father in child development and family, besides contributing to the debate on the breaks, changes, questions regarding paternity nowadays.

Key words: fatherhood; father; man; document; UNICEF.

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo reflejar acerca de la paternidad en el documento de dominio público, como práctica discursiva, intitulada "Situación de los niños brasileños. Desarrollo infantil. Los primeros seis años de vida". Este va a empezar con la noción de *governamentalidade* en Michel Foucault y el uso de los repertorios lingüísticos anclados en Mary Jane Spink, teniendo en cuenta también la subjetividad y el lenguaje como un sesgo de entender esta paternidad, teniendo en cuenta que el documento haz recetas bajo el cuidado y participación del padre en el desarrollo de los niños y de la familia y contribuye al debate acerca de las rupturas, câmbios, interrogaciones en torno a la paternidad contemporánea.

Palabras clave: paternidad; padre; hombre; documento; UNICEF.

Introdução

A publicação de documentos de domínio público de forma seriada e regular, como revistas, periódicos ou relatórios anuais de organismos internacionais refletem práticas discursivas que remetem a "momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade" (Spink, 2004, p. 45).

Os documentos tornados públicos inter cruzam formas de pensamentos, posicionamentos, polissemia de termos, saberes e fazeres e temporalidades distintas que compõem sua intersubjetividade e historicidade.

A processualidade destes documentos instiga a produção dos sentidos como construção social que se sedimenta em um contexto, em uma matriz demarcada por questões e interações históricas e sociais.

O uso de documentos públicos como práticas discursivas e objeto de pesquisa envolve a produção de subjetividade, condições de possibilidade de relações de forças, poder, resistências, negociações, enfrentamentos, endereçamentos e finalidades.

São instrumentos que podem produzir direta ou indiretamente formas de governar no âmbito das práticas sociais e individuais. Promovem reflexões como estratégias de governamentalidade, com efeitos na

construção de regimes de personalidade destinados ao controle da conduta dos indivíduos e a circulação dos repertórios lingüísticos que transitam na análise dos documentos.

A produção deste estudo possui como finalidade precípua interrogar como têm sido realizadas as diferentes interlocuções entre o *Pai* nos dois principais modelos de família descritos por Jurandir Freire Costa (1989), cotejando esta análise ao documento de domínio público intitulado "Situação da Infância Brasileira. Desenvolvimento infantil. Os primeiros seis anos de vida." (UNICEF, 2001).

Enfatizamos que este documento é alvo de análise por demarcar novos atravessamentos na produção do *Homem-Pai* contemporâneo, uma vez que as posições que o pai/homem/menino vem assumindo, no contexto das políticas públicas, estão sendo entendidas como modos de governar a população que produzem determinada forma de subjetividade paterna.

O documento e noção de governamentalidade

Segundo Ferreri (2011), a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, com fim supranacional de institucionalizar a orientação de ações políticas no campo das relações internacionais entre os países,

produz em 1946 o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) como órgão auxiliar que demarca suas orientações de cunho assistencial, universalista e compensatório, instituindo diretrizes voltadas para o escopo dos direitos e garantia da criança e adolescente, incluindo o Brasil e demais países no plano global, nacional e local, com o intuito de buscar tentativas de possíveis resoluções dos problemas sociais. Seu primeiro escritório foi inaugurado no Brasil em 1950, e se estende por quase todo território nacional.

Suas ações englobam publicações de livros, periódicos, relatórios anuais, financiamentos de projetos e promoção de eventos sobre os direitos para as crianças e adolescentes, como, por exemplo, os documentos de domínio público disponibilizados em versão de relatórios. Dentre eles podemos citar os relatórios da UNICEF, de 2001, "Situação da Infância Brasileira: Desenvolvimento Infantil. Os seis primeiros anos de vida." (2001). Este documento focaliza a primeira fase de vida da criança, ou seja, da gestação aos primeiros seis anos de vida de meninas e meninos, incluindo proposições de investimentos, políticas e programas, cuidados e atenções especiais destinados a este ciclo de vida e no qual centralizaremos nossa análise.

O plano de ações e intervenções demarcadas nos documentos nos induz à reflexividade sobre a noção de governamentalidade de Foucault (1997), alusiva à arte de governar, pela qual prima todo Ocidente, de modo incisivo, ao notabilizar o governo das condutas, isto é, sobre todos os outros, que são objetivados e circulam no espaço/território, com a finalidade de produzir segurança e ampliação da vida através do controle e disciplinaridade dos corpos. A ação de governar por meio dos documentos da UNICEF ocorre de maneira prescritiva quanto aos modos de cuidar das crianças. Tais prescrições acontecem na gestão da norma, a qual sustenta a produção de saberes de uma economia política direcionada para orientar a condução da

população. Em nome da saúde, qualidade de vida e do bem-estar físico e social, é justificada a governamentalidade da população. Tal perspectiva traduz o que Spink (2010) chama de "regime de pessoalidade", que se vincula à diversidade de programas, propostas, diretrizes circunscritos nos documentos de organismos internacionais tornados públicos e que apontam o controle da conduta dos indivíduos, não somente para assujeitá-los, mas para internalizar propostas positivadas que levam ao empoderamento e à autorrealização.

O governo das condutas acontece, por exemplo, nas relações familiares, nas relações entre crianças, entre homens, mulheres. O governo de si e dos outros agencia um leque de situações diferenciadas que podem compor determinada força de sujeição. Uma mulher branca rica pode sujeitar outra mulher branca, pelo fato de esta última trabalhar como empregada doméstica na casa da primeira; e esta empregada doméstica, por sua vez, pode sujeitar outra mulher branca analfabeta (neste caso, além do componente econômico, existe também o social).

Para Foucault (2007), os modos de governar não se restringem às práticas políticas institucionais, mas ocorrem de maneiras ramificadas em situações diversas por meio de relações de poder móveis e intercambiáveis que, por sua vez, apresentam composições múltiplas.

Este autor destaca o biopoder como a grande tecnologia de poder do século XIX, que seria uma composição da disciplina, a qual incide sobre o indivíduo, sobre o corpo, por meio de prescrições normalizantes; e da Biopolítica, que se inscreve como governo das populações, produzindo modos de fazer viver e deixar morrer.

Deste modo, situaremos nossa análise no sujeito *Pai*, o qual tem ocupado diferentes posições de sujeitos na história da família em decorrência da produção constante de saber sobre estes objetos, destacando-se o saber denominado *científico*.

Pai, chefe de família? interrogando as descon tin uidades

O homem-pai vem ocupando diferentes posições dentro da instituição família e essas mudanças atravessam e/ou são atravessadas por determinadas racionalidades de governo.

Costa (1989) problematiza as transformações ocorridas na sociedade brasileira referentes ao modelo de família predominante no período colonial e republicano, respectivamente. Ele questiona as estratégias médicas e higienistas¹ utilizadas na desqualificação da família "colonial", demarcada pelo patriarcalismo e pela emergência da família "colonizada", caracterizada pela distinção do modelo de família burguesa que se destaca no período republicano.

Donzelot (1989), ao se debruçar sobre os modos de assistência à infância e à juventude na Europa, afirma que a família, no Antigo Regime, tem no *pai-homem* o "chefe de família", o qual era respeitado e/ou temido por seus familiares, no sentido de que estes deviam obrigações a ele; assim, o "chefe de família" era a intersecção entre os seus e a sociedade de modo geral. Após o Antigo Regime, este modelo de família se tornou insustentável, pois uma nova configuração de governo emerge com a formação dos Estados Nacionais.

Costa (1989) assevera que o modelo de família central do período colonial brasileiro se situava como instituição altamente independente, mas não desarticulada do

regime de governo que vigorava naquela época. Sua insustentabilidade derivou, sobretudo, da emergência do Estado-Nação, o qual precisava ser construído sob práticas tutelares, de modo que a independência da instituição familiar precisou ser quebrada para que o Estado pudesse intervir nos modos de governo dessa família.

Neste processo, o *homem-pai*, chefe de família, perde a centralidade na posição em que ocupava e a *mulher-mãe*, mediante alianças com saberes, como o da medicina higienista e, também, alianças com o Estado, destaca-se como figura de importância singular para o bom desenvolvimento da criança, futuro da nação, e do cultivo de um *lar* que seja propício a este bom desenvolvimento.

O período republicano brasileiro é um recorte histórico da emergência de um modelo de família aos moldes burgueses. Toda uma economia social se configura mediante interesses políticos e econômicos que estavam em jogo. Assim, o cuidado com a criança se articula a um projeto de Nação que estava sendo construído.

Esse modelo burguês quebra com o domínio patriarcal sobre os membros desta instituição, delegando à mãe diferentes responsabilidades dentro desta nova configuração. A aliança entre o médico e a mulher não proporcionou apenas outro olhar sobre a função feminina na família, mas também o homem foi afetado.

Surge, então, a produção de novas subjetividades concomitantes à produção de um modelo familiar mais intimista. A conversão do homem ao papel de pai e da mulher ao papel de mãe, aos moldes higiênicos, foi possível, dentre outras coisas, graças ao saber médico que tinha muito a dizer sobre os modos de ser homem e mulher, pai e mãe, e suas correlações com a produção de uma infância saudável. Neste arranjo familiar higienista, o pátrio poder deixa de ser exclusivo do pai.

O homem passa a ocupar uma nova posição de sujeito não apenas na família, mas

¹ O higienismo, segundo Lúcia Cecília da Silva (2003), é uma herança da medicina social que se apropriou de diversas áreas de saberes, inclusive da psicologia, mostrando que houve trocas entre estes discursos. "(...) o Higienismo revestia-se de ciência social integrando a Medicina, a Psicologia, a Estatística, a Geografia, a Demografia, a Topografia" (p.138). A prática higienista deu novo impulso ao processo de normalização e disciplinarização da sociedade, gerando uma nova ordem discursiva de poder-saber que desqualifica uns como loucos, anormais, degenerados. Podemos afirmar que o higienismo se destaca a partir do aparecimento da população como problema político (Foucault, 1979), enfatizando uma profilaxia social.

na sociedade. As prescrições de como ser um bom pai se tornaram bastante assépticas.

O objetivo higienista de converter o homem à personagem do pai de família teve três figuras "opositoras": o libertino, o celibatário e o homossexual. Essas três figuras não respeitavam a ordem e a moral social estabelecida, apesar de, no caso da homossexualidade, ela já ser uma prática condenada desde o Brasil colônia.

O libertino, por meio de seus atos imorais, expunha-se às moléstias decorrentes da luxúria e contaminava a esposa, comprometendo a qualidade da prole, além de ser um mau exemplo aos filhos. O celibatário também se expunha às doenças venéreas e, quando resolvia se casar, geralmente estava velho demais e escolhia uma mulher mais jovem, que se deixava corromper pela riqueza do homem. Mas os homossexuais eram a pior espécie, pois não faziam mal às famílias pelas doenças ou casamentos tardios; eles negavam sua condição natural de homens (Costa, 1989). Esses são alguns exemplos de homens que o higienismo combateu, pois representavam desvios que precisavam ser anulados.

As mudanças dos modelos de família "supracitadas acima" expressam modos de arranjos e rearranjos que se estruturam em multiplicidade na formação e condições históricas dos sujeitos. Inclui-se também a legitimação de dispositivos legais que operam sobre o lugar do pai na família e o exercício da paternidade, pois não é correto afirmar que a figura do homem perdeu força na relação que compõe a família e o jogo de tutela estatal.

O interesse em destaque sobre o homem-pai como uma estratificação do biopoder dá-se ao fato de o corpo ser uma realidade biopolítica. Dentro do campo legal, já temos algumas leis que jogam luz sobre esta questão. Como exemplo, podemos citar o projeto "Pai presente", programa coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) e que objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro (Conselho Nacional de Justiça, 2012).

Outro exemplo é a Lei nº 1164 de 2007, a qual foi aprovada no Congresso Nacional, que obriga aos órgãos responsáveis a comunicação dos registros de nascimento lavrados sem o nome do pai à Defensoria Pública.

A partir da análise das rupturas existentes na instituição família, inquieta-nos o fato de o direito à paternidade se tornar matéria de disputas de modo flagrante apenas recentemente. A nível de exemplo, podemos citar o direito à licença-paternidade, promulgado na Constituição Federal de 1988. O direito à paternidade foi garantido pelo artigo 226, §7^o :

Art. 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 7^o Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (pp.237-238).

As estratégias de governo da população se materializam de maneiras diversas. Estamos enfatizando os modos de governo que têm como discurso a produção de uma infância saudável, tendo como alvo a família e a criança, produzindo modos corretos de ser pai e mãe.

Estes acontecimentos demonstram alguns aspectos da construção do modelo de pai higiênico que emerge durante o período republicano. Algumas dessas prescrições de modos de ser pai estão sendo atualizadas pela UNICEF, organismo internacional com importante papel político nas políticas para a infância em vários países do ocidente, como o Brasil. No próximo tópico, vamos explicitar como a UNICEF, por meio do relatório "*Situação da Infância Brasileira 2001*", tem atualizado práticas prescritivas de cuidado com a criança, destacando o papel do homem no desenvolvimento infantil.

UNICEF e o pai contemporâneo

A interface das mudanças dos modelos de família e os múltiplos arranjos atuais permitem analisar como são prescritos os modos de ser *homem-pai* de acordo com a avaliação da UNICEF, enquanto sujeito responsivo e como uma estratificação do biopoder, pois este corpo é uma realidade biopolítica.

As prescrições de como ser pai na atualidade, conforme a UNICEF, estão relacionadas ao uso do termo "Desenvolvimento Infantil", o qual está associado à realização de tarefas conjuntas que devem contemplar a participação efetiva da família, da comunidade, das organizações sociais e dos governos sociais, bem como a participação do pai, a qual assume novas nuances no âmbito da sobrevivência, da saúde e cuidado da criança.

O posicionamento de ser homem-pai, visualizado no documento analisado, tem como pressuposto básico a ênfase na análise do discurso e a circulação dos repertórios linguísticos que se estruturam pela produção de conteúdos e processos que vão produzindo sentidos e políticas na sociedade. Os repertórios indicam interpretações, tipificações de papel que mobilizam trocas simbólicas no campo da intersubjetividade e da interpessoalidade.

O modelo colonial de família sofreu transformações e rearticulou os papéis da mulher e do homem. "(...) a higiene desfojava a importância de velhos e adultos e fazia brilhar a infância. Realçando o papel da mulher, recalava o poder do marido" (Costa, 1989, p.73).

A partir dos repertórios expressos no documento abaixo, observamos que este "recalque do marido" deixa de ser útil às estratégias de governo da população, denotando que a face produtiva da normalização que acusava negativamente os pais, elege o homem-pai como figura essencial para produção de uma infância

homem no exercício da paternidade, nesse documento, podemos notar diversos fatores que perpassam a subjetividade dos sujeitos envolvidos - nesse contexto,

saudável, prescrevendo outros novos modos de se comportar, concomitantemente à crescente importância que a infância passa a ter neste processo. O relatório "Situação da Infância Brasileira. Desenvolvimento Infantil. Os primeiros seis anos de vida" (2001) aponta:

(...) O importante papel dos pais muitas vezes é esquecido. Entretanto, morando ou não com a mãe e o bebê, o homem precisa participar nos cuidados com a criança. Além de prover apoio à mãe para que ela possa ser mãe e cuidar de si, os homens devem envolver-se das mais diferentes formas no desenvolvimento da criança. Ainda no útero ou nos primeiros dias de vida, os bebês reagem de maneira diferente à voz da mãe e à voz do pai [...] Portanto, as únicas tarefas exclusivas da mãe são a gestação e a amamentação (em ambas o pai pode ajudar). Todas as outras - cuidar, alimentar, limpar, dar banho, levar ao médico, brincar, colocar para dormir, contar histórias, levar à creche ou à escola, passear com a criança - o pai pode desempenhar da mesma maneira que a mãe. O papel do homem é essencial para que a família esteja centrada na criança, colocando os direitos de meninas e meninos no centro de suas decisões e promovendo o crescimento e o desenvolvimento da criança (p.10).

Segundo Staudt e Wagner (2008), "Essa nova expressão do papel masculino aparece como uma das transformações importantes nas relações parentais da família contemporânea, e o exercício da paternidade tem acontecido de maneira cada vez mais participativa" (p. 175). Onde este homem toma para si, não somente, a responsabilidade de sustentar a casa economicamente, mas também o exercício direto de atividades que envolvam o afeto e o cuidado com a criança (Sutter & Bucher-Mauschke, 2008).

Ao focarmos o discurso e o papel desse especificamente, o papel do Pai. E considerando que esta subjetividade é constituída e atravessada por esses elementos, dentre eles a linguagem, vê-se a

necessidade de explicar quais códigos de conduta estão implícitos nesses documentos e de que maneira eles afetam a conduta desses homens no exercício da paternidade.

A leitura do documento permitiu observar a importância que esse documento de domínio público exerce sobre o *modus operandi* da concepção de Pai, levando-se em consideração que, ao retomar os aspectos históricos da construção da identidade paterna, argumenta-se que esta identidade tradicional foi sendo gradativamente desconstruída e, a partir das novas circunstâncias que estavam emergindo, o fenômeno da paternidade tem sido vivenciado de maneira diferente pelos homens da atualidade (Staudt & Wagner, 2008).

Logo, através dessas novas configurações parentais, é demandada deste pai uma maior participação no cuidado e educação de seus filhos com o intento de estreitar mais a relação Pai-filho (os).

O uso da linguagem na construção da subjetividade paterna

A UNICEF disponibiliza, através de seus documentos em versão de relatórios, uma gama de orientações que estabelece um meio pelo qual os cuidadores devem interagir com seus filhos para que os mesmos possam desenvolver-se de modo "saudável", tendo em vista o processo de desenvolvimento biopsicossocial da criança e, também, os níveis educacional e cultural dos sujeitos envolvidos.

A utilização do documento como texto escrito tornado público, enquanto práticas discursivas, "por exemplo, constitui um ato de fala impresso, um elemento de comunicação verbal que provoca discussões ativas: pode ser elogiado, comentado, criticado, pode orientar trabalhos posteriores" (Spink, 2004a, p.47).

A análise das práticas discursivas como linguagem em ação pressupõe a produção de enunciados como eixo norteador da dialogia. O enunciado é uma unidade de comunicação

organizada em interação corrente com outros enunciados. Compreende-se aqui o enunciado na lógica de Mikhail Bakhtin (1992) como expressão de palavras e sentenças, articuladas por vozes, isto é, diálogos, negociações que se estruturam a partir da comunicação efetivada face a face entre falante e ouvinte disponíveis. A interlocução do enunciado direcionado por vozes também considera os conteúdos denominados de repertórios linguísticos que dependem da relação contextual em que são produzidos.

A noção de repertórios linguísticos de Mary Jane Spink (2004b) possibilita diferenciar os conteúdos e processos. Os repertórios integram as unidades elementares da linguagem e comunicação. Situam a linguagem como uma perspectiva que ultrapassa uma visão estrutural e privilegiam a singularidade e o uso distintos dos contextos na formatação de documentos escritos e formulação de textos que são impregnados por uma gama de relações dialógicas e a presença da polissemia.

Conceber a linguagem em uso, como prática social, proporciona-nos compreender a dinâmica, a produção dos sentidos e o posicionamento assumidos pelas pessoas no contexto social e interacional.

Historicamente, a produção discursiva da inserção e diferenciação do homem e da mulher na sociedade sempre despertou questionamentos sobre a subjetivação e a hierarquização de papéis instituídos socialmente por relações de poder. As posições de sujeito são sempre intercambiáveis. Não existe um lugar fixo de quem "tem o poder". O poder, entendido como ação sobre ação (Dryfus & Rabinow, 2005), permite problematizar esse outro que é sempre alheio a qualquer interesse próprio.

Segundo Coelho e Carloto (2007), a participação do movimento feminista nesse processo tornou-se um fecundo expoente para se discutir as formas de relações de poder entre homens e mulheres e contribuiu para o surgimento de várias formas de questionamentos sobre a masculinidade. A naturalização do que deveriam ser os homens

e as mulheres despertou reflexões no campo de estudo de gênero no que concerne à problematização dos saberes médicos, jurídicos, religiosos, etc., divulgados para explicar a diferença entre os sexos. Promoveu maior amplitude para compreender as dinâmicas culturais, biológicas, psíquicas e políticas que envolvem a masculinidade. Em cada situação, há integração e articulação contínua entre pessoas que produzem, reproduzem e negociam relativamente posições de poder, enquanto indivíduos e como representantes de categorias sociais, tais como gênero, idade, classe ou raça, sendo que as relações de poder não estão apenas nos corpos, mas em sua forma de governo de si e do outro e na produção de outros modos de subjetivação.

A emergência de novas organizações e reorganizações dos papéis sociais entre homens e mulheres construídos socialmente, no limiar da realidade atual, produziu novas reflexões sobre o exercício de ser pai e ser mãe, que não atende mais apenas à constituição de uma família tradicional na qual o homem é provedor da família, estruturado no modelo tríade pai-mãe-filho, ou seja, "a família nuclear proposta pelo ideal burguês", na ótica de Philippe Ariés (1981). A pós-modernidade e a aquisição das inovações tecnológicas, as mudanças de reestruturação produtiva no mercado de trabalho, via globalização, possibilitaram o surgimento de novas configurações familiares como "novos casais, tais como: homossexuais, recasados, sem filhos, com filhos" de acordo com (Beltrame & Bottoli, 2010, p. 206).

A ênfase na produção dessas subjetividades potencializou a análise reflexiva sobre as diferenças, as ambiguidades, as incertezas, tensões, complexidades e exigências que se estendem em volta da família e, principalmente, do exercício da paternidade na contemporaneidade. Assim destacamos os seguintes trechos do documento da UNICEF que explicitam nosso posicionamento:

A participação dos pais no pré-natal deve ser estimulada. Eles podem ir às consultas, participar das orientações sobre o parto e o nascimento. Mesmo quando são pais adolescentes, eles podem ser envolvidos desde o processo da gestação, para que se reforce sua ligação com a criança desde o princípio. E os pais podem e devem participar na hora do parto [...] Quando está envolvido com o desenvolvimento da criança, o pai passa a ser mais cuidadoso consigo mesmo, cuida mais de sua própria saúde (pp.9-10).

Nessa tarefa de brincar, o envolvimento do pai é fundamental, uma vez que as pesquisas apontam para a diferença dos estímulos que homens e mulheres despertam nas crianças. Parece haver uma tendência universal para que as mulheres sejam mais protetoras e os homens, mais fisicamente ativos com as crianças. As mulheres tendem a deixar as crianças liderarem a interação, enquanto os homens lideram mais suas atividades com as crianças (p.15).

Ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Criança promove ações de melhoria da saúde das crianças e suas mães, orienta os homens sobre o papel do pai no desenvolvimento da criança, distribui a multimistura (uma opção barata e eficaz de combate à desnutrição), alfabetiza homens e mulheres, mantém brinquedotecas e apóia ações de geração de renda para famílias pobres (p.31).

É possível verificar a inserção e formatação de práticas de individualização que compõem a constituição da subjetividade paterna e que são dirimidas para afetar a maneira como "homem-pai" deve agir para que as crianças tenham um bom "desenvolvimento".

Para Molon (2011), a subjetividade é compreendida das mais diversas maneiras, ora relativa ao mundo privado como uma instância intrapsíquica, formada por estruturas fixas ou dinâmicas, ora constituída direta ou indiretamente pelas influências do espaço público, através das interações entre sujeito e o meio no qual está inserido - sendo

este meio atravessado por cruzamentos de fluxos linguísticos e agenciamentos sociais - por conseguinte, está subordinado às condições sociais, históricas, linguísticas e psicológicas.

A subjetividade está em constante mobilidade, sendo transpassada por diversos fatores internos e/ou externos, que a modificam e a reconstróem a todo o momento. Assim, notamos um processo múltiplo e contínuo de reconfigurações que contribuem para a criação, a todo o momento, na produção de sentidos que serão atribuídos à realidade.

De acordo com Rosa et al. (2006), os sentidos não somente são descobertos inseridos nas palavras como mensagens a serem codificadas, mas apresentam uma estreita relação com o contexto ao seu redor, com as condições nas quais são produzidos e, mais ainda, refletem algo que não foi explicitamente dito ou que se encontra na "periferia" do conteúdo central.

Os autores acima supracitados, com base nos argumentos de Spink e Medrado (2004a) apontam que o sentido pode ser compreendido como uma construção social, com a participação coletiva, quando seus membros interatuam dinamicamente através de relações sócias, historicamente datadas e culturalmente localizadas; elaborando um conjunto de conteúdos com base na compreensão e ações envolvidas em situações e fenômenos adjacentes.

Sobre o sentido, Molon (2011) argumenta que necessitam ser construídos, arraigados, desenvolvidos, incorporados e associados ao contexto no qual se dão essas relações e práticas sociais; onde elas são tecidas e entrelaçadas, pois o sentido das palavras se modifica em determinados contextos; porém, os sentidos são materializados e visualizados à medida que a comunicação se estabelece entre os sujeitos envolvidos. O autor ainda discute sobre o sentido da palavra, relacionando-o à:

riqueza das experiências sociais e
históricas que conformam as

consciências e aquilo que pode ser expresso por uma determinada palavra. O significado de uma palavra é mais estável e preciso, enquanto o sentido é inesgotável. A palavra é polissêmica e fonte inesgotável de novos sentidos. A modificação do sentido de uma palavra depende tanto das situações quanto dos sujeitos que o atribuem, por isso ele é considerado quase ilimitado; porém os processos de significação são produzidos e apropriados nas relações sociais, em determinadas condições históricas (p. 618).

Ao considerarmos esse processo de produção de sentidos que envolvem e condensam todas as suas manifestações, expressões, sentimentos e emoções; portanto, todo um conjunto de ideias que influenciará o modo de agir e comportar-se desse sujeito (nesse caso, em particular, o pai), podemos avaliar com maior acuidade o material fornecido pela UNICEF, utilizando a linguagem como ferramenta para ampliar nossos olhares sobre esses documentos e retirar deles os seus mais diversos entendimentos.

A participação do pai no desenvolvimento da criança definida pelo documento da UNICEF (2001) sugere modificações nas posições dos pais e das crianças na esfera familiar, além de provocar alterações na relação de trabalho e na produção das masculinidades em movimento. O discurso do homem-pai convocado para assumir uma participação ativa junto aos filhos (as) é legitimado pelos especialistas e saberes de ordem biológica, médico, social, psicológica e educacional como medida de prevenção e manutenção do desenvolvimento infantil.

Os sujeitos passam a gerar novos regimes de personalidades para integrar práticas, instituições, dispositivos diferenciados de modos de subjetivação que gradativamente vão ocupando lugar e posicionamentos nos processos sociais instituídos.

O problema não é apenas conhecer o caminho das continuidades e sua formulação

de fundamentos, mas apreender suas transformações e renovações; considerar as descontinuidades dos discursos e avaliar o contexto histórico no qual determinado documento foi produzido e investigar o universo sócio-político da produção discursiva de enunciados e a relação de interlocutores inseridos no contexto e nas formas de subjetivação dos sujeitos.

Discutir as condições de emergência e desdobramentos da constituição da subjetividade paterna nos remete a questionamentos, desnaturalização de significados e a posições engendradas de forma hegemônica na regulamentação do corpo social.

O discurso potencializa a formação de identidades no âmbito dos agrupamentos coletivos e da experiência e vivência subjetiva do homem. A compreensão da paternidade priorizada na contemporaneidade nas atividades sociais serve como parâmetro para se analisar o papel de pai em diferentes organizações familiares e como experiência humana consolidada a partir de uma construção histórica e cultural, que se transforma no universo distinto das temporalidades.

Pensar os modelos preexistentes de pai e suas configurações simbólicas, no contexto interacional, também pode levar ao redimensionamento e valorização da afetividade como aspecto significativo na construção da paternidade e na formação da individualidade masculina.

Considerações Finais

A utilização de documentos como fontes de pesquisa é relevante expoente para compreender, em termos teóricos e interacionais, a produção de subjetividades endereçadas a determinados ordenamentos e regulação social dos sujeitos nas atividades sociais, uma vez que o agenciamento dos atores sociais não se dá de forma isolada, mas integra a multiplicidade de interesses, responsabilidades, categorias, estratégias,

saberes e fazeres presentes na dinâmica política da sociedade.

Interessou-nos, sobretudo, a partir da ótica de diversos autores, em especial Foucault e Mary Jane Spink, avaliar os relatórios da UNICEF para compreender as percepções do cuidado masculino com seus filhos, considerando as transformações ocorridas por este Homem/pai no decorrer da história.

Portanto, observamos, por meio da literatura consultada, que este papel exercido pelo masculino veio aos poucos sendo modificado devido às mudanças sócio-históricas que influenciaram, tanto o papel do masculino, quanto do feminino, contribuindo, assim, para um novo olhar sobre gênero; e, desse modo, para atribuir novas funções que "deverão" ser desempenhadas por esses sujeitos.

Por fim, a partir do entendimento sobre masculinidade, subjetividade, linguagem e outros tópicos explorados por nós, pudemos apreender de modo mais profícuo como se dão as relações existentes entre o papel desse homem, como pai, e as instituições envolvidas, abrindo espaço para novos estudos que envolvam pesquisas acuradas sobre os temas estudados, além da criação de políticas voltadas para uma maior compreensão dos sujeitos, os quais são foco de proteção, atenção e cuidado de algumas instituições governamentais.

Referências

- Ariés, P. (1981). *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Bakhtin, M. (1992). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (6- ed.). São Paulo: Hucitec.
- Beltrame, G. R., & Bottoli, C. (2010). *Retratos do envolvimento paterno na atualidade*. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010.
- Coelho, S. M. PF & Carloto, C. M. (2000). *Violência doméstica, homens e masculinidades* (Domestic Violence, men and

masculinities). *Revista Textos & Contextos, Porto Alegre v. 6 n. 2 pp. 395-409. jul./dez.*

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 03 de novembro de 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Costa, J.F. (1989). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal 13ª edição.

Donzelot, J.(1986). *A Polícia das Famílias*. (2ªed.) Rio de Janeiro: Edições Graal.

Ferreri, M.A. (2011). *Psicologia e direitos da infância: esboço para uma história recente da profissão no Brasil*. 1- ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H., & Rabinow, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.* (1995. pp 231-249.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1997). *Arqueologia do Saber*. (Trad.: Roberto Machado. 10ª. Ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2007). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 18ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1979). O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*; (Organização e tradução de Roberto Machado, pp 79-98). Rio de Janeiro: Edições Graal,

Fundo das Nações Unidas para Infância [UNICEF]. (2001). *Situação da Infância Brasileira. Desenvolvimento Infantil. Os seis primeiros anos de vida*. Brasília: UNICEF.

Lei nº 1164, de 2007. (2007). Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de

nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública. Recuperado em 03 de novembro de 2012, de <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/0c0a86cde8740c6a832573ae00560d61?OpenDocument&Start=1&Count=200&Collapse=1.1.1>

Molon, S. I. (2011). Notas sobre constituição do Sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 4, pp. 613-622, out./dez.*

Rosa. A.R. , Tureta, C., & Mozar, J. B. (2006). Práticas Discursivas e Produção de Sentido nos Estudos Organizacionais: A contribuição do Construcionismo Social. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol.4 -mi-jan/jun/(41-52).*

Silva, LC. (2003). Psicologia no Brasil. In: Boarani, M.L. (Org.) (2003). *Higiene e Raça como Projetos: Higienismo e Eugénismo no Brasil*. (pp.131-164). Maringá: Eduem.

Spink, M.J. (Org.). (2010) Álbums de bebê: reflexões sobre tecnologias que performam personalidades. In: Jobim, S., Souza, X, & Moraes, M. (Orgs.) (2010). *Tecnologias e modo de ser contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RIO/7 Letras.

_____. (2004a). Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. *Coleção Debates Contemporâneos em Psicologia Social, Vol. 1*. Porto Alegre: EDPUCRS.

_____. (2004b). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (3-ed).Sao Paulo: Cortez.

Spink, M. J., & Frezza, R. M. (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, Cortez.

Staudt, A.C.P., & Wagner, A. (2008).
Paternidade em tempos de mudança.
Psicologia: Teoria e Prática, 10(1):174-185.

Sutter, C., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F.
(2008). Pais que cuidam dos filhos: a vivência
masculina na paternidade participativa.
PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 1, pp.
74-82, jan./mar.

Recebidoem: 14/06/2012
Aceito em: 24/11/2012

GRUPO TERAPÊUTICO NO CAPS: CUIDADO A HOMENS COM SOFRIMENTO MENTAL E HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA

THERAPEUTIC GROUP AT CAPS: CARE TO MEN WITH MENTAL SUFFERING AND HISTORY OF VIOLENCE

Dorotéia Albuquerque de Cristo
Universidade Federal do Pará

Resumo

O presente relato aborda uma experiência do trabalho psicológico de grupo com 10 homens apresentando sofrimento mental e comportamento violento. Foi realizada num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da região metropolitana de Belém e teve duração de seis anos (2005 a 2011). Esse grupo teve como objetivo o cuidado a homens com o histórico de violência sexual e física, em diferentes contextos (de rua, doméstica, trabalho, etc.) e que foram diagnosticados como portadores de algum sofrimento mental grave. O trabalho objetivou uma abordagem compreensiva de tratamento ao usuário e modos de prevenir futuros atos de violência. Nesse sentido é importante destacar que não é um olhar só para o aspecto patológico da violência, mas também um olhar para a pessoa que a utiliza como forma de relação com o mundo e as possibilidades de ressignificação dessas relações.

Palavras-chave: violência; homens; saúde mental; grupos.

Abstract

The present report discusses an experiment of group psychological work with 10 men showing mental suffering and violent behavior. Was held in a Center for psychosocial care (CAPS) in the metropolitan region of Belém and lasted six years (2005 to 2011). This group aimed to care to men with sexual and physical violence, in different contexts (home, work, etc.) and that have been diagnosed as suffering from some serious mental suffering. The work aimed a comprehensive treatment approach the user and ways to prevent future acts of violence. In this sense it is important to highlight that it is not a look just for the pathological aspect of violence, but also a look at the person who uses it as a form of relationship with the world and the possibilities of ressignification of these relationships.

Keywords: violence; men; mental health; groups

Resumen

Este informe analiza una experiencia de grupo de trabajo psicológico con 10 hombres con enfermedad mental y el comportamiento violento. Fue realizada en el Centro de Atención Psicossocial (CAPS) del la región de Belém y duró seis años (2005 a 2011). Lo mismo grupo tuvo como objetivo el

cuidado a los hombres con histórico de violencia sexual y física, en contextos distintos (calle, doméstica, trabajo, etc) y que fueran diagnosticados con algun sufrimiento mental grave. El trabajo tuvo un enfoque comprensivo de lo tratamiento al usuario y formas de prevenir futuros actos de violencia. Así, es importante despegar que la mirada no es solamente para el aspecto de la enfermedad, sino también una mirada para la persona que la utiliza como forma de relación con el mundo y las posibilidades de reinterpretación de estas relaciones.

Palabras clave: violencia; hombres; salud mental; grupos.

Introdução

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) caracteriza-se por ser um serviço de atenção diária, que surgiu como substituto do manicômio após a Reforma Psiquiátrica, que redefiniu a assistência à Saúde Mental no Brasil e o fim do modelo manicomial. Tem como objetivo promover a reabilitação psicossocial de pessoas com sofrimento mental, tomando para si a responsabilidade do cuidado em espaço aberto, não hospitalar:

Os serviços de atenção psicossocial devem ter uma estrutura bastante flexível para que não se tornem espaços burocratizados, repetitivos, pois tais atitudes representam que estariam deixando de lidar com as pessoas e sim com as doenças. (Amarante, 2007, p.83)

No âmbito da saúde mental, a demanda de casos envolvendo algum tipo de violência é muito grande, tanto de pessoas que sofreram algum tipo de violência, como de pessoas que praticaram atos de violência. A minha experiência profissional num CAPS I¹ da periferia de Belém revelou a ligação do sofrimento daquelas pessoas com as questões sociais vividas na comunidade. No período do trabalho o CAPS estava superlotado de pessoas com sofrimento psíquico, na maioria das vezes, relacionados às condições

Os CAPS podem ser de tipo I, II, III, Álcool e Drogas (CAPS AD) e Infante-juvenil (CAPSi). Para populações entre 20 a 70.000 habitantes - CAPS I. Populações com 70.000 a 200.000 - CAPS II e populações com mais de 200.000 - CAPS III. (Portal da Saúde, www.saude.gov.br, acessado em 17/11/2012).

precárias de vida a que estavam submetidas. A grande maioria, em busca de remédios para aliviar sintomas e laudos psiquiátricos semestrais, que garantissem um benefício mensal.

No entorno desse CAPS, a população convive com uma área carente de políticas públicas que visem à qualidade de vida dos seus moradores. Distante do centro da cidade, nesse espaço predomina a escassez e a pobreza, a violência urbana e a doméstica, desordens econômicas e sociais, que contribuem para o agravamento de problemas de saúde, incluindo os mentais.

O CAPS surgiu, nesse contexto, com uma proposta de se constituir em único espaço de acolhimento e atenção ao portador de sofrimento mental, além de participar da comunidade, estendendo sua atuação, num trabalho de articulação e prevenção, que envolvesse toda a comunidade.

A necessidade de criar um grupo que atendesse o número crescente de homens com comportamentos violentos que chegavam ao CAPS, nasceu da dificuldade da equipe em acompanhar individualmente sujeitos que não tinham aceitação nos demais grupos, seja pela dificuldade da maioria da população em compreender o ato violento, seja pela criminalização do usuário por parte de outros, que sofreram algum tipo de agressão.

Os usuários com esse histórico que chegam ao CAPS muitas vezes não revelam seu comportamento violento no momento do acolhimento, apenas os demais sintomas que lhe provocam sofrimento mental. Essa atitude

pode ser entendida como defesa contra possíveis rejeições por parte de outros usuários ou contra a negligência por parte dos profissionais de saúde, que podem ter dificuldade em aceita-los. Geralmente na avaliação psicológica, esse fato é desvelado, assim como a possibilidade de se repetir, o que provoca medo e insegurança no usuário, motivo primeiro que o faz procurar ajuda profissional.

O relacionamento interpessoal entre o usuário e o profissional, e os cuidados prestados por este, têm ligação direta com as concepções que esse profissional tem dos homens e da violência.

Masculinidades, violência e sofrimento mental

Para a sociedade brasileira, o homem é representado como invulnerável a qualquer dano, seja de ordem física, mental ou social, não necessitando de programas de prevenção ou assistência, justamente por ser o principal autor de atos violentos em diversos contextos. De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, implantada pelo Ministério da Saúde em 2008, os homens não adentram ao sistema de saúde pela Atenção Primária, recorrem somente aos serviços de média e alta complexidade, quando as doenças e agravos já estão instalados e só resta o tratamento ou a reabilitação.

Para a Política, de acordo com as últimas pesquisas, o homem é mais vulnerável à violência, já que é percebida socialmente como estratégia de empoderamento masculino. Com esse fator relevante, acaba sofrendo com os graves danos físicos, psíquicos e sociais provocados pelos atos violentos, tanto sendo a vítima, como sendo o autor. Pelos dados da Epidemiologia, morrem mais cedo e possuem uma expectativa de vida menor que das mulheres. (Brasil/MS, 2008)

Para Souza (2004), apesar desse modelo hegemônico de masculinidade, associando virilidade à competição e violência, oriundo de valores patriarcais ter sido amplamente

criticado e discutido, ainda é predominante no país. Para a autora, os indicadores no Brasil alertam para o crescente envolvimento de rapazes jovens em situações de violência, destacando o quanto a associação entre a identidade viril e essas características de competição e violência, vêm contribuindo para o aumento da criminalidade e da vitimização da população masculina mais jovem, uma fase da vida onde tensões e ansiedades estão presentes, geradas por uma identidade ameaçada e precisando ser reafirmada constantemente com comportamentos violentos.

Ainda de acordo com a autora, essa realidade tem um impacto no perfil epidemiológico da população masculina do país:

No Brasil, de 1991 a 2000, ocorreram 1.118.651 mortes por causas externas, das quais 926.616 ou 82,8% eram homens. Nesse período, a taxa média de mortalidade masculina por essas causas na década foi de 119,6/100.000 habitantes, sendo cinco vezes maior do que a taxa média observada para as mulheres (24/100.000 habitantes). (Souza, 2004, p. 62).

A maioria das pesquisas realizadas no Brasil aponta a relação da violência contra a mulher e o sofrimento mental das vítimas, ou mesmo da violência contra crianças e adolescentes e as sequelas psíquicas. É inegável afirmar as consequências dos atos violentos para a saúde psíquica das pessoas que sofreram qualquer tipo de violência. Por outro lado, o usuário, autor da violência, também pode apresentar sofrimento mental, e passa dentro de serviços de saúde por situações que muitas vezes configuram outra violência, a institucional.

O Ministério da Saúde (Brasil/MS, 2003) define violência institucional nos espaços de saúde como:

Aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à saúde, até a

má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. (p 21.)

Granja e Medrado (2009), fazendo uma análise da violência de gênero, afirmam que a sociedade tem um olhar intencional para os acontecimentos sociais. Partindo do pressuposto que as relações de gênero são pautadas na desigualdade e organizam essa sociedade, tornou-se natural pensar no homem, autor da violência de gênero, como agressor e merecedor de punição.

Relatando uma vivência num CAPS álcool e drogas (CAPS ad), serviço especializado em saúde mental que atende pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de álcool e outras drogas, os autores relatam que, a partir do diálogo com profissionais de saúde do espaço, soube-se que o serviço recebe usuários encaminhados pela Vara Especial de Penas Alternativas, homens que chegam com encaminhamento já direcionado para atendimento psicológico com tempo determinado (um ou dois anos), com queixa de agressão a mulheres, geralmente suas companheiras. Esse tratamento, para os autores, parece ser entendido como uma pena, e geralmente, apesar de seu encaminhamento ao serviço ser devido a situações de violência, o tratamento focaliza apenas o uso abusivo de drogas.

Parece estar implícita a simples relação entre o uso de drogas e a violência, desconsiderando aspectos culturais que orientam a construção dos lugares de homens e mulheres na sociedade brasileira. Os autores reconhecem que o uso de drogas e álcool faz parte dessa socialização masculina, mas não é o único fator, e direcionam seu estudo para a violência em sua complexidade, não só como um caso de justiça e segurança pública, mas também como um caso de saúde.

O mapeamento do estudo, que foi realizado na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, confirma uma

centralização do enfrentamento da violência de gênero no setor de Justiça e Segurança Pública. Ratificou, ainda, que, tanto as políticas quanto os serviços são voltados para mulheres, em detrimento das necessidades de cuidado aos homens. Em relação à saúde mental, destacam o tratamento nos CAPS ad, sempre associando violência e uso abusivo de álcool e outras drogas:

As falas dos profissionais atribuem um lugar secundário aos CAPS. Parece que os consideram como mais adequados para transtornos mentais graves, o que dificulta o acesso a eles, em casos de homens e mulheres envolvidos em situações de violência. (Granja & Medrado, 2009, p.30)

Cabe-nos refletir a situação dos homens como autores da violência e portadores de sofrimento mental, não no sentido de fazer afirmações, mas indagações. A relação entre loucura e violência sempre esteve presente, não só a violência como causa da loucura, mas também a loucura como fator que potencializa a disposição para o ato violento.

Até os dias de hoje o chamado louco é considerado inimputável, por estar desprovido de razão, e conseqüentemente não ter condições de assumir responsabilidade por seus atos. Por séculos, o tratamento a que eram submetidos nos manicômios, tinham como objetivo punir para reeducar. Em sua obra "Vigiar e Punir", Foucault (citado por Lobosque, 1997), descreve a prisão e o asilo como aparelhos para transformar em dóceis os sujeitos violentos. Não sendo livre para fazer escolhas, o psicótico não seria culpado de seus atos, mas paradoxalmente o tratamento visaria restabelecer essa consciência que foi perdida com a loucura e tal restabelecimento só poderia ser feito através de castigos.

Outro ponto questionável era a internação compulsória, que partia da noção de periculosidade presumida. Na obra de Pedro Gabriel Delgado (citado por Lobosque, 1997) "As Razões da Tutela", a loucura, por ser imprevisível, passa a ser um campo

privilegiado para tal noção. Muitos profissionais da saúde atribuíam a algumas patologias uma conexão direta com a criminalidade: "A todos os alienados, em período de crise ou estáveis, infratores ou não, adequar-se-ia o princípio de irresponsabilidade absoluta, justificando assim seu perpétuo isolamento" (Lobosque, 1997, pg. 92).

Atualmente, após a Reforma Psiquiátrica, em que instituições manicomiais foram denunciadas por atrocidades e assassinatos em nome do tratamento, e após o advento do Sistema Único de Saúde (SUS), o sujeito passa a ter direitos e o tratamento privilegia o espaço aberto, não manicomial.

A violência passaria a ser própria da condição humana e não da loucura. Por outro lado, o sujeito com transtorno mental que comete violência grave, como assassinato ou outro crime considerado hediondo, vai para o manicômio judiciário (uma espécie de hospital presídio), justamente por ser inimputável, só tendo direito a liberdade após alta da psiquiatria. Essa alta pode não acontecer, e acaba sendo a única pena perpétua no país, já que para os demais a pena máxima é de trinta anos. E aí já é outra discussão, que envolve a área da saúde e a judiciária.

Apesar dos avanços da Reforma, um dos desafios dos serviços é buscar o compromisso desse usuário com seu tratamento. Em anos de experiência, posso afirmar que esse usuário tem potencial para responder ativamente às nossas indagações e interpelações. Desse modo, todo o projeto terapêutico desse usuário pode fundamentar-se na capacidade de responsabilidade dele, logicamente considerando episódios de crises agudas, quando não possui condições de responder por si. Então temos aqui uma responsabilidade que vai depender do estado em que se encontra o sujeito, mas que pode ser acessível em vários momentos.

Muitos usuários participantes do grupo no CAPS em Belém vinham de um histórico de atos violentos antes do surgimento dos sintomas psicóticos, ou seja, não era a Lei

instituída que os pressionava de fora, mas seus delírios de perseguição e alucinações auditivas, que os acusavam, através de vozes, imagens e pesadelos, por seus atos, que invadiam sua existência e que não o livravam facilmente de suas culpas e medos. Essa invasão era tão desesperadora, que o tornava vulnerável a cometer novos atos violentos contra si mesmo e contra outros.

No tratamento ele pode ser corresponsável, juntamente com a equipe, por sua recuperação e mudança em momentos de estabilidade, não em episódio de crise aguda. Entende-se que em momentos de estabilidade, o usuário ainda pode estar sujeito a delírios e alucinações, tendo outra relação com os mesmos, não mais de dependência. Porém, para restabelecer totalmente a estabilidade mental, e alcançar a cura, precisa readquirir sua responsabilidade e poder de escolha, sem estar sujeito à linguagem psicótica.

Nessa ambiguidade o pensamento do tratamento moral foi se construindo e, até hoje, muitos profissionais da saúde, questionam a ausência de razão do usuário que age com violência, já que é considerado corresponsável por seu atendimento, e acabam agindo também com violência através da punição velada em sua relação com esse usuário. Para os profissionais haverá sempre a dúvida se o usuário não está usando o recurso da loucura para se livrar de penalidades do sistema e não ser responsabilizado diretamente por seus atos.

Considerando que a maioria dos usuários do grupo do CAPS vinham de um histórico de comportamentos violentos antes dos sintomas psicóticos, muitos deles em profissões que legitimam a violência, como policiais e vigilantes, ou em casos de violência doméstica, e só uma minoria apresentaram o comportamento violento após o surgimento dos sintomas ou em estado de crise psicótica, podemos articular os campos da masculinidade, da violência e do sofrimento mental nessa experiência.

É bom destacar que nenhum desses usuários passou por qualquer punição da Lei

instituída, uns por se encontrarem em situações aparentemente legítimas ligadas a profissão, outros por agirem em situações privadas, que não eram denunciadas por seus familiares e outros por estarem em episódios de crises agudas de psicose, ou seja, necessitados de tratamento. Quando o caso estava ligado a uso e abuso de álcool e outras drogas era imediatamente encaminhado para oCAPSad.

Cabe aqui outro ponto que merece destaque, nesse grupo, apesar de várias falas de desejo de morrer ou matar o outro, não havia nenhum caso com histórico de assassinato, mas de tentativas.

Como já foi exposto, estudos apontam a vulnerabilidade de homens a situações de violência em nossa cultura. A questão que nos mobiliza nessa reflexão e na estratégia de criar um grupo com o perfil de comportamento violento e sofrimento mental, diz respeito a outras vulnerabilidades apontadas nessa experiência. Numa região tão carente de políticas de promoção e prevenção de saúde e que expõe sua população a uma série de outras necessidades econômicas e sociais, como nesse contexto em Belém, favorece o uso da violência como forma de empoderamento. Não temos mais como desvincular as doenças e agravos da população com as questões sociais e com a sociedade e a cultura em que estão inseridos. O trabalho terapêutico envolveu também questões da sua realidade social e familiar.

A experiência com um grupo de homens no CAPS contribuiu para que toda uma equipe refletisse suas práticas e modos de percepção e relação com esses sujeitos geralmente sem escuta, e que cometem os atos que tanto nos causam incômodo e repugnância.

Homens que agem com violência e os chamados loucos em nossa sociedade ainda assustam e causam estranheza, como se não fossem humanos e sem direito a tratamentos. Basta pensar nos espaços de isolamento a que são submetidos, nas prisões e manicômios judiciais. A sociedade demonstra seu poder de opressão nesses

espaços, ao isolar esses sujeitos dos demais. A violência institucional acontece justamente em espaços onde os vulneráveis deveriam ser cuidados e acolhidos em seus conflitos.

Abordagem Fenomenológica

Partindo de uma compreensão fenomenológica, o conceito de saúde mental e doença estão integrados na mesma definição, ambos são processos de construção e reconstrução constantes do mundo. Para Augras (1998), o saudável seria aquele que supera os conflitos, o patológico estaria estagnado, sem mudança. A terapia, nesse caso, objetivaria a percepção desse processo, suas paradas e suas possibilidades de crescimento.

Hoje o paradigma sistêmico da saúde, onde todos os fatores (o meio ambiente, a genética, o social, o individual) estão inter-relacionados na construção do sofrimento mental; dá um enfoque mais humanista aos atendimentos, distinguindo a doença tal como é definida nos manuais e a doença tal como é percebida pelo indivíduo.

Na prática cotidiana dos serviços não hospitalares, como os Centros de Atenção Psicossocial, residências terapêuticas e outros, percebe-se que o sofrimento de uma pessoa com quadro clínico semelhante ao de outra, a afeta de forma distinta, nem sempre correspondendo à concepção da doença que orienta os manuais médicos.

Esse novo paradigma já não reduz as necessidades de saúde a fatores fisiológicos, mas busca também a totalidade do ser, resgatando a subjetividade, não só do usuário do serviço, mas também a dos trabalhadores da saúde, como parte do processo de tratamento.

No modelo biomédico, esse sujeito é um paciente, está em sofrimento, recebe um diagnóstico baseado num manual, toma conhecimento de que tem uma doença e que esta precisa ser controlada a base de remédios, que eliminarão os sintomas; além de outros procedimentos, como, por exemplo, a internação para tratamento

intensivo, até que sua doença seja controlada, ou seja, até que o conteúdo psicótico seja totalmente suprimido. Esse tratamento visa, inclusive, a total supressão dos delírios, sem a compreensão do sentido deles, pois são considerados pensamentos confusos que nada tem a ver com o sujeito, só com a doença.

Dentro de uma relação de facilitação, o poder flui da pessoa com sofrimento mental e de suas necessidades para a equipe que a acompanha, ou seja, o poder, a responsabilidade e as tomadas de decisão são compartilhados por todos. (Rogers, 2001).

Construir relações de ajuda com os chamados psicóticos é também responsabilizá-los por parte desse processo. Hoje esse usuário participa da elaboração do seu projeto terapêutico e reflete juntamente com a equipe suas questões, numa relação que extrapola o atendimento clínico, onde todos estão envolvidos numa construção coletiva, transdisciplinar: usuário, equipe, família, comunidade e outros. As classificações (CID 10 e DSM IV), dentro de uma orientação humanista-existencial, ignoram a singularidade da pessoa. Para uma abordagem fenomenológica, a relação é sempre mais importante que os sintomas. Por trás dos delírios está a dor, o medo, a raiva, a culpa, a solidão, o desespero, e são essas experiências que o facilitador escuta e busca compreender.

Experiência

Dentro de uma visão fenomenológica, o sintoma é visto como linguagem, como forma do sujeito expressar seu mundo. As tentativas de realização pessoal desses homens com sofrimento mental foram tão frustradas e traumatizadas, que eles, geralmente, tentam um afastamento total de sua vivência para libertar-se desse contato com o mundo externo, com os outros. Porém, em suas falas, o "outro ameaçador" parece persegui-lo, invadindo seu ser, através dos pesadelos, delírios e alucinações. É como se ficasse a serviço desse outro, com experiências de muita dor e medo, um sofrimento intenso.

Muitas vezes, para se livrar desse desespero, o indivíduo reage de forma violenta.

O grupo terapêutico no CAPS tinha, no máximo, 10 usuários. Com o tempo esse número foi alterado, em alguns momentos com mais de 10 participantes e outros, com menos, devido à alta dos usuários ou mudança de projeto terapêutico. Apenas 05 usuários permaneceram durante todo o tempo de funcionamento. Os membros do grupo apresentavam diversos diagnósticos, que iam da depressão à esquizofrenia, favorecendo a relação entre diferentes. O grupo abrangia situações inter-relacionais, além de questões de ordem social e comunitária.

Em seis anos, constituiu-se como lugar privilegiado de experiências, onde os participantes auxiliaram-se mutuamente na compreensão do sofrimento um do outro e em sua superação. O processo grupal permitiu o envolvimento dos participantes por meio de um elo que se estabeleceu nas interações, no espaço intersubjetivo.

Enquanto facilitadora do grupo, procurei confiar no processo do mesmo e por isso não orientei ou dei dicas, as soluções surgiram no processo. Procurei acompanhar e facilitar a compreensão dos sentidos que o grupo expressava. Ali as pessoas não estavam submetidas ao processo, elas instauraram o processo, a partir delas e dos outros:

Quando nos deparamos com um grupo, podemos adotar a postura de resolver seus problemas através de dicas orientadoras. Não estamos, então, confiando no próprio processo grupal. Se, ao invés disso, propusermos uma abertura de todos a todos, a partir de seus centros pessoais (a partir do coração), então as soluções ocorrerão mas não como coisas prontas, e sim como um novo rumo mais criativo que o próprio grupo acaba assumindo. (Amatuzzi, 2001, p.124)

Destaca-se nessa experiência de seis anos as manifestações mais expressivas encontradas nas reuniões, como a solidariedade entre os participantes e as

iniciativas espontâneas dos membros, como levar canções conhecidas, para facilitar a compreensão do seu sofrimento pelos demais. Uma das canções que mais chamou atenção e mobilizou o grupo, que a elegeu como favorita, foi a música do compositor Lobão (1989) "*Essa noite não*", levada por um membro do grupo. O sentido da canção dizia respeito ao medo que a noite trazia, dos pesadelos e alucinações, do desespero da insônia e da vontade de morrer. No refrão a canção diz "*mas não tente se matar pelo menos essa noite não*". Traz também um sentido de não desejar morrer antes de tentar, buscar outro caminho, não desistir.

A equipe de profissionais do CAPS, também participou desse acompanhamento, que não ficou restrito à Psicologia, já que a prática se insere dentro da proposta da clínica ampliada, onde a atenção ao usuário é diferente da clínica tradicional, nessa proposta o tratamento é pensado de acordo com as necessidades do usuário, por uma equipe de profissionais:

A Clínica Ampliada, no entanto, não desvaloriza nenhuma abordagem disciplinar. Ao contrário, busca integrar várias abordagens para possibilitar um manejo eficaz da complexidade do trabalho em saúde, que é necessariamente transdisciplinar e, portanto, multiprofissional. (Brasil. MS, 2009, p.14)

Havia a necessidade de compartilhamento com os demais profissionais, até pela importância da inserção desse usuário em outros recursos do CAPS, e não só do serviço de Psicologia e Psiquiatria. Logo, muitos usuários desse grupo passaram a usufruir de outros atendimentos e atividades do CAPS, como atividade física, grupo cultural, oficinas terapêuticas e outros.

Outro destaque foi a necessidade de participação e adesão do usuário no seu projeto terapêutico, buscando sua participação e autonomia nas decisões sobre sua saúde. Essa participação foi importante, pois o usuário passou a compreender que

possuía uma responsabilidade na sua recuperação. É preciso compreender o sentido da doença para cada sujeito e, assim, juntamente com ele e com o grupo, ajudá-lo na reconstrução do sentido de sua existência e de suas relações com o mundo.

Todos os usuários, mesmo os com diagnóstico de psicose, estavam em condições de compreender, no estudo do seu caso, seus limites e possibilidades. Não havia nesse grupo pessoas desconectadas da realidade, sem possibilidade de reflexão e ação. Faziam uso de medicação controlada e alguns já haviam passado por internações, em período de crise, no Hospital de Clínicas Gaspar Viana, mas estavam com pensamento coerente, com capacidade de auto-compreensão e memória preservada. Para Stockinger (2007) esse foi o objetivo do movimento da Reforma Psiquiátrica: "Talvez esteja aí o principal valor em jogo na reforma. A liberdade e a responsabilidade eminentemente afirmadas como condições humanas básicas já afirmadas nas psicologias existencialistas e humanistas". (p.97)

O tempo de duração de seis anos se deve ao fato da minha mudança do serviço, já que passei a fazer parte da equipe de outro serviço de saúde, porém o grupo teve continuidade com outra profissional da Psicologia, com outro referencial.

Resultados

No período de atendimento, detectaram-se resultados favoráveis. O resultado foi bastante positivo e avaliado constantemente. Esse trabalho da Psicologia, em um CAPS, com um enfoque fenomenológico, favoreceu a corresponsabilidade do usuário por seu atendimento e sua evolução, contribuindo para que outros profissionais que ali atuavam fizessem, a partir dessa experiência, uma redefinição de funções, além de propostas para implementação de novas práticas que contemplassem as necessidades desse segmento de usuários.

Em seis anos, os participantes do grupo não voltaram a ter reações violentas e se mostraram muito mais dispostos a se inserir em outros espaços do CAPS e da comunidade, em busca de seu crescimento pessoal.

Apesar de avanços e sucessos na experiência, tivemos algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito às regras da instituição, que se impõem sobre os grupos do CAPS, ou seja, predominam as regras institucionais, não do grupo. Uma é a valorização do uso da medicação, quase uma obrigatoriedade para quem faz acompanhamento no CAPS. Em várias ocasiões esse fator provocou divergência de opinião entre a equipe quanto à sua necessidade em determinados casos, e o efeito no organismo do usuário, que faltava muitas vezes às sessões do grupo por estar sobre forte efeito de medicação psicotrópica.

Outro dos grandes obstáculos foi o entrar e sair de participantes. Quando o usuário chegava a uma estabilidade no seu quadro, com redução nos sintomas ou ausência deles, recebia alta melhorada da equipe do CAPS que o atendia, mesmo que ainda sentisse necessidade de permanecer no grupo terapêutico. Essa prática levou alguns casos a uma regressão no quadro sintomático do usuário, que ainda sentia necessidade de assistência, fazendo com que retornasse ao atendimento em pouco tempo.

Esses são verdadeiros dilemas para uma abordagem fenomenológica, já que se tenta preservar a autonomia do sujeito, porém esbarra-se em outros fatores. Sabe-se que a instituição regula os grupos para poder contemplar, dentro de suas possibilidades, as necessidades da comunidade e do próprio serviço. A demanda dos CAPS com esse perfil é muito grande, assim como existe limitação de espaço e de profissionais para atender as reais necessidades da área de abrangência do serviço.

Não quero justificar aqui as limitações da instituição como inevitáveis, mas como um problema que tem solução, que nem sempre vai depender da vontade do servidor da saúde, mas de várias outras estratégias, como

o adequado funcionamento do atendimento em rede ou aumento de CAPS III, que funcionam 24h, com um número maior de profissionais. Enfim, ampliação de recursos que possam realmente fazer avançar os projetos da Reforma Psiquiátrica e do SUS.

Outra limitação que merece uma discussão mais ampla nos espaços de capacitação e supervisão nos CAPS é a relação entre os profissionais e os usuários que possuem histórico de violência, e diz respeito à cultura em que estamos inseridos. Essa relação muitas vezes se configura numa violência institucional, como a resistência em atender essa demanda de homens, que pode afastar esse usuário do serviço e agravar seu quadro, já tão comprometido pelo sofrimento mental.

Acredito que essa experiência pode contribuir para discussões e reflexões a respeito das temáticas do sofrimento mental, das masculinidades, da violência e do trabalho de grupo. Embora existissem, e ainda existam, obstáculos institucionais, pode-se afirmar que foi uma experiência exitosa, que atendeu ao que se propôs.

Após minha saída do CAPS, outra psicóloga assumiu o serviço de Psicologia, mas de maneira diferenciada, já que cada profissional tem estilo e referenciais próprios de trabalho.

Referências

- Amatuzzi, M. M. (2001) *Por uma psicologia humana*. Campinas, SP: Alínea.
- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Augras, M.(1998). *O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico*. 8- Ed. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. MS. (2003) *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Cadernos de Atenção Básica n- 8, 2- ed. Brasília: MS.
- Brasil. MS. (2008). *Política Nacional de Atenção integral à saúde do homem*.

Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Brasília: MS.

Brasil. MS. (2009). Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. *Clínica ampliada e compartilhada*. Brasília: MS.

Granja, E. & Medrado, B. (2009). *Homens, violência de gênero e atenção integral à saúde*. *Psicologia & Sociedade*; 21 (1): pp. 25-34.

Lobão. (1989). *Essa noite não*. Em *Sob o Sol de Parador* [CD]. Rio de Janeiro: BMG.

Lobosque, A. M. (1997). *Princípios para uma clínica antimanicomial e outros escritos*. São Paulo: Hucitec.

Rogers, C. R. (2001). *Sobre o poder pessoal*. 4-Ed. São Paulo: Martins Fontes.

Souza, E. R. (2004). *Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde*.

Stockinger, R. C. (2007). *Reforma psiquiátrica brasileira: perspectivas humanistas e existenciais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Recebido em: 20/03/2012

Aceito em: 25/08/2012

INTERFACE DO PLANTÃO PSICOLÓGICO E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INTERFACE BETWEEN PSYCHOLOGICAL DUTY AND A SOCIAL WELFARE POLICIES

*Edvalda Ludmilla Cunha de Souza
Fernanda Teixeira de Barros Neta
Emanuel Meireles Vieira*
Universidade Federal do Pará

Resumo

Este ensaio busca fazer um breve retrospecto da construção da psicologia no panorama brasileiro, em especial da psicologia clínica, até o presente momento, lançando luz sobre as novas práxis "psis" no contexto da clínica contemporânea. Busca-se também discutir como se constituíram e como se constituem as relações dessa prática com as políticas públicas brasileiras, especificamente, as políticas de assistência social, a partir da experiência de atendimentos clínicos, possibilitados pelo serviço de plantão psicológico, como o ofertado pela Clínica-Escola da Universidade Federal do Pará, mais implicados com a realidade social e histórica do público atendido, de modo a não psicologizar a demanda, dialogando com outras ciências e profissões que perpassam esses cenários.

Palavras-chave: plantão psicológico; políticas públicas; psicologia clínica.

Abstract

This essay seeks to make a brief review of the construction of the panorama Brazilian psychology, particularly clinical psychology, to date, shedding light on new praxis "psis" in the context of contemporary clinic. Search also discuss how they are formed and how the relationship of this practice with the Brazilian public policy, specifically, the social welfare policies, from the experience of clinical care, made possible by psychological duty service, as offered by the **Clinic** School of the Federal University of Pará, more concerned with the social and historical reality of the public served, so as not psychologize demand, dialoguing with other sciences and professions that go through these scenarios.

Keywords: psychological duty; public policy; clinical psychology.

Resumen

Los cambios en el modelo y el concepto de salud brasileño de los últimos años, cambios se han producido en el paradigma que exige una reestructuración en el contexto teórico/práctico y en el concepto de hombre y de salud/enfermedad de los profesionales de la salud. En este estudio teórico tiene por objetivo presentar los supuestos teóricos del

Enfoque Centrado en la Persona y demonstra que se trata de una propuesta psicologica que se acerca teóricamente de las orientaciones propuestas para las políticas relativas a los servicios de salud en Brasil. Se observa que la eficacia del modelo de salud actual implica una actitud de cuidado que valora el potencial de la persona y rescata su autonomia. Así, las actitudes de consideración positiva incondicional, empatia y autenticidad sugeridas por el Enfoque Centrado en la Persona han que ser desarrollados entre los profesionales de la salud. Tales actitudes también contribuyen con el desarrollo de la interdisciplinariedad y la humanización, todavia lejos de la efectivación en la práctica.

Palabras clave: salud publica; enfoque centrado en la persona; humanización; interdisciplinariedad.

Mudanças no cenário da Psicologia no Brasil

O estudo da psicologia no Brasil trouxe consigo influencias muito fortes do saber europeu - haja vista que no início da colonização, para se estudar com mais propriedade determinados assuntos, os colonos precisavam ir à metrópole - e do próprio catolicismo, sobretudo no que se refere às obras jesuítas entre os séculos XVII e XVIII, onde

uma forma de conhecimento psicológico foi elaborada no bojo da tradição teológica e catequética, no sentido de fornecer educação religiosa a um público amplo e diferenciado, desde a Corte Régia até a população mais humilde de uma cidade (Massimi, 1999, p. 18, como citado em Firmino, 2011, p. 35).

Desde esse tempo mais remoto, o fazer da psicologia tem influencias de saberes e práticas externos aos da região na qual são aplicados. Havendo, às vezes, certo distanciamento entre o que aplicado pela Psicologia e as reais necessidades do público ao qual tais práticas são destinadas. Modificações no cenário político brasileiro também repercutiram (e repercutem) no modo de produção de conhecimento da psicologia. Como exemplo, pode-se citar a época do governo populista de Getúlio

Vargas, no qual se buscavam modos de "solucionar" os problemas da "delinquência" e do fracasso escolar das crianças em fase de alfabetização. Naquele período, a Psicologia, gradativamente, passou a orientar suas pesquisas, até então de estudos mentalistas e experimentais, a questões adaptativas e situacionais, contribuindo ao surgimento de práticas psicológicas nesse campo.

Quanto às práticas clínicas no Brasil, Firmino (2011, p. 24) afirma que estas tiveram início com os atendimentos à infância em 1843 no Rio de Janeiro, na tentativa de estruturar o primeiro laboratório de Psicologia aplicada à educação. Este funcionava também como divulgador de estudos de problemas psicológicos no meio acadêmico pedagógico, crescendo depois no cenário hospitalar quanto ao convívio entre psicólogos e psiquiatras. A psicologia vinha sendo gerada no interior de outras áreas de conhecimento, como a medicina e a pedagogia.

A partir do reconhecimento da psicologia enquanto ciência experimental estreitaram-se mais ainda os diálogos desta com a Medicina. Médicos brasileiros estagiavam em serviços psiquiátricos europeus nos quais entravam em contato com laboratórios de Psicologia. Além disto, o intercâmbio com a Pedagogia se fortaleceu a partir do incentivo à criação de laboratórios em escolas normais e de estudos de medidas

e habilidades intelectuais.

Mas a Psicologia enquanto profissão no Brasil só foi regulamentada em 1962. A ditadura militar se instalou neste país no ano de 1964, o que reverberou muito nessa formação e exercício profissional. Tal reverberação pode ser identificada, por exemplo, através da exclusão de temáticas atreladas a questões sociais da constituição do currículo das graduações. "A despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o(a) psicólogo(a) só faz Psicoterapia" (Conselho Federal de Serviço Social & Conselho Federal de Psicologia, 2007, p. 20).

Segundo Souza (2006), a história da Psicologia como profissão se confunde com a inserção do psicólogo no campo de atenção à saúde pública e suas vicissitudes. Porém, ainda prevalece o distanciamento entre a formação na Universidade deste tipo de profissional e a realidade da rede pública de saúde. Na Universidade Federal do Pará, por exemplo, a realidade não é diferente. Até pouco tempo, o próprio projeto pedagógico do curso não atendia às necessidades de conhecimento a esta área tão vasta em trabalhos para a psicologia.

A própria Psicologia clínica foi e é muitas vezes promotora de desigualdades, haja vista ter adentrado espaços públicos sem levar em consideração as vicissitudes políticas e sociais como vetores no processo de subjetivação.

De acordo com Dutra (2008) teria ocorrido uma transposição do modelo clínico tradicional para outros setores. Esta entrada no âmbito das políticas públicas se deu no período da redemocratização brasileira, também reconhecida como terceira república, a partir de movimentos sociais, movimento da reforma psiquiátrica e sanitária, juntamente com a promulgação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Constituição Brasileira (1988).

Segundo Feres-Carneiro e Lo Bianco (2003), citado por Rebouças & Dutra (2010), a psicologia clínica ficou tradicionalmente

conhecida pela prática do psicodiagnóstico. Não era raro ver tal prática como produtora e reguladora de subjetividades acusada de reforçar a exclusão social e promover um modo individualista de ser (Kolker, 2002; Coimbra e outros, 2002; Mourão; Cerezzo, 2002; citado por Pombo-de-Barros & Marsden, 2008).

Esse histórico do surgimento e das práticas cabidas ao espaço da psicologia nos remete ao fato de que ela, por muito tempo, atuou produzindo desigualdades, proferindo e rotulando os desadaptados, doentes mentais, delinquentes, anormais, aqueles com dificuldades de aprendizado, entre outras denominações. E sempre em busca de um componente intrapsíquico, individual, deslocado de toda uma conjuntura política, histórica, social, econômica a qual engendra subjetividades.

Cenci (2006) e Praca e Novaes (2004) ressaltam que a ideia da psicologia como ciência da adequação ainda é muito prevalente, e acrescentam que há necessidade de proposta de um novo paradigma para a prática do psicólogo para contrapor essa corrente que dominou a psicologia no início do século XX e ainda influencia fortemente a ideologia construída socialmente em torno da representação do papel deste profissional na sociedade.

Praca e Novaes (2004) salientam que a Psicologia e os psicólogos, ao representarem um status de adequação e integração social, não abrem espaço para a ética, haja vista que o sujeito se torna objeto. Cabe ao psicólogo (e também aos estudantes de psicologia) interrogar-se constantemente sobre seu saber-fazer de forma crítica. "Seria o psicólogo agente de transformação ou agente de adequação?" (Praca & Novaes, 2004, p. 44).

É relevante, também, questionar e identificar quais são os gargalos que permanecem acompanhando as práticas psicológicas. E, no referente à clínica, desmitificar a ideia de que seu espaço é restrito ao consultório e sim que pode e deve ultrapassar limites físicos, bem como de que

sua clientela não é restrita a pessoas de classes mais abastadas, mas a todo e qualquer um que dela necessitar.

Sobre isso, Rebouças & Dutra (2010), trazem que

a clínica não está fixada a um local ou campo de atuação, ela pode estar em diversos lugares, tendo em vista que a peculiaridade do profissional psicólogo é a escuta e, esta pode ser oferecida onde quer que o psicólogo esteja; Nesse processo de ampliação para os mais diversos campos da prática profissional, insere-se a atuação nas políticas públicas (Núcleo de Assistência à Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Referência de Assistência Social, Programa Saúde da Família).

Deve-se, com isso, tomar o devido cuidado para não se limitar a realizar apenas uma psicoterapia. A escuta também deve ser politizada, tomando como base os contextos sociais, livre de preconceitos e que não busque enquadres.

Ainda sobre esse novo fazer clínico, Levy, (2001, p. 20) citado em Aun, Morato, Noguchi e Nunes (2006) nos fala que a

Abordagem (clínica) supõe, da parte do clínico, que ele se desloque, não apenas fisicamente no "espaço" do outro, mas, sobretudo mentalmente; em outras palavras, ela supõe uma *démarche*, da parte do terapeuta, interventor ou pesquisador, caminhando às cegas, nesse "espaço" que lhe conhece pouco ou nada, e esforçando-se para escutar aqueles que tenta compreender, especialmente em seus esforços, para dar sentido a suas condutas e aos acontecimentos que tecem sua história. O lugar do trabalho clínico corresponde a uma situação concreta e a tempos vividos - e não uma utopia, como desejariam as ciências positivas.

Essas novas configurações de fazer clínica devem estar atinentes ao que se espera do compromisso social propagado de modo mais recente pela profissão do psicólogo e pela ciência psicológica. Isto implica em considerar o psicólogo não

exclusivamente um profissional liberal, mas sim, um profissional/pesquisador implicado com a "coisa pública".

A psicologia clínica passa agora a ser tratada não unicamente como área de atuação, mas como atitude, como *ethos*, de acordo com o pensamento de alguns autores, como Dutra (2004), Figueiredo (1996), Coelho Júnior (2007), Safra (2004) e Sá (2007). Há, neste contexto, a construção de uma morada para a relação com a alteridade do Outro, de modo que cada um dos saberes psicológicos acaba refletindo esta lida em suas construções teóricas. Deste modo, uma questão pertinente colocada ao saber psicológico é: de que modo cada um destes saberes acolhe aquilo que aos olhos de um corpo social mais amplo parece estranho, anormal ou doentio?

Torna-se necessário saber como as condições econômicas, históricas, sociais e culturais engendram e participam do processo de construção das subjetividades e, conseqüentemente, das formas de expressão de sofrimento. Tal necessidade se dá pelo intuito de melhor conhecer o público, a sociedade, o contexto no qual essa população está inserida e a partir daí desenvolver práticas conectadas a este conhecimento.

Deve-se, portanto, pensar politicamente o sentido da atuação psicológica, buscando a "construção de uma ciência e uma profissão comprometida com as massas" (Guzzo, 2008, p.56).

É neste cenário que se discute e se pretende articular uma nova forma de fazer clínica, sobretudo na modalidade de atendimento clínico Plantão Psicológico, conforme veremos adiante. Como esse *ethos*, juntamente com a entrada da psicologia nas políticas públicas de assistência social, haja vista a recente atuação da Psicologia nesse espaço. Pode-se citar como exemplo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a qual regula e orienta ações no âmbito dos centros de referências de assistência social básica, média e alta complexidade.

Conceituando/Definindo o Plantão

Psicológico

Dentre as novas formas do fazer clínico da Psicologia está o Plantão Psicológico (PP), que consiste numa modalidade de atendimento do tipo emergencial aberto à comunidade (Cury, 1999) buscando privilegiar a demanda emocional imediata do cliente.

A esse respeito, Tassinari (2009) diz que é

um tipo de atendimento psicológico que se completa em si mesmo, realizado em uma ou mais consultas sem duração predeterminada, objetivando receber qualquer pessoa no momento exato (ou quase exato) de sua necessidade e, se necessário, encaminhá-la a outros serviços. Tanto o tempo da consulta quanto os retornos dependem de decisões conjuntas do plantonista e do cliente, tomadas no decorrer da consulta (p. 176).

Geralmente, tem-se a ideia de atendimento clínico como sinônimo de psicoterapia individual, com longo períodos de duração, realizados em consultórios particulares, sem muita abertura, inclusive econômica.

Porém, com as mudanças e maior abertura da prática clínica psicológica, com as novas formas de lidar com essa prática, enfatizando mais a escuta do que a classificação de psicopatologias, tem-se colocado em xeque a noção de que quanto mais longo o processo, mais eficaz é a terapia. O objetivo pretendido por esta escuta atenciosa passa a ser o crescimento da pessoa, tomando a si mesma como referência para avaliação deste crescimento. Não se pode fazer uma relação direta entre eficácia e grau de resolubilidade do problema de um ponto de vista externo.

Ferreira (2006) também diz que "o Plantão Psicológico delinea-se como um serviço a serviço de quem solicita atenção psicológica, extrapolando a concepção de clínica enquanto dimensão física ou prática de consultório, expandindo-se e legitimando-se em diferentes contextos (...)" (p. 20).

O Plantão Psicológico é um tipo de intervenção que acolhe a pessoa no exato momento de suas necessidades, ajudando-a a clarificar suas experiências, assim como ajudá-la a lidar e a identificar melhor seus próprios recursos e limites. Vai, portanto, além de um modelo tradicional de fazer a escuta clínica.

Mahfoud (1987) diz que o PP surgiu da importância de se ter um espaço para acolher pessoas, muito mais que dos seus problemas. Deseja-se, assim, promover a consciência de si e da realidade, levando a pessoa a discriminar os diferentes recursos de que dispõe para lidar com as situações que a levam à procura de ajuda.

Originalmente, a primeira experiência brasileira de PP (Rosenthal, 1999) foi feita a partir dos pressupostos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e, de acordo com Tassinari (2010) ele foi

Utilizado inicialmente como um serviço diferenciado para lidar com a imensa fila de espera no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da USP no final dos anos 60, criando desdobramentos na década de 80 e se expandindo desde os anos 90, podemos dizer que o plantão ocupa hoje um lugar especial na atenção psicológica, inserido na concepção de clínica ampliada, confirmando a previsão e Wood (1999, p. 8) de nesse tipo de encontro de pessoa a pessoa, "[...] a essência da psicoterapia está de fato sendo redefinida." (p. 186).

Atualmente, outros modelos teórico-metodológicos também fazem uso dessa modalidade de atendimento segundo pressupostos teóricos próprios.

A ACP apresenta uma visão de pessoa capaz de se autorrealizar e autoatualizar, pois pensa o humano como uma totalidade complexa, em processo de devir, um ser implicado e configurado em seu contexto existencial. Dá-se maior ênfase à consciência, à subjetividade e à saúde psicológica, por compreender a consciência - uma vivência ativa, intencional, criadora de sentidos -

desenvolvida a partir das relações estabelecidas com os outros e com o mundo, influenciando na saúde psicológica do indivíduo.

Percebe-se, ainda, na ACP, uma perspectiva positiva quanto às potencialidades e possibilidades, por confirmar a vida e as inúmeras possibilidades que o ser humano tem de operar mudanças em seu autoconceito, comportamento e em suas atitudes diante de situações vividas, quando forem oferecidas condições necessárias para tal.

A partir dessa perspectiva é possível pensar no homem enquanto um ser em processo, em movimento dinâmico, não passível de esquematizações redutivas, pois é único em sua concretude existencial. Pensa-se nele (homem) também enquanto possuidor, originalmente, de recursos próprios que lhe permitem superar as condições existenciais adversas.

Há, portanto, uma busca pelo resgate ao respeito e a ênfase no ser humano, valorizando o papel dos sentimentos e da experiência como fator de crescimento.

Pensado a partir do modelo de atendimento da ACP, o PP tem como foco a relação entre os atores desse processo (plantonista/terapeuta e "cliente" / comunidade), ou seja, não se tem uma figura central; nem o cliente, nem o plantonista, mas o que ocorre entre ambos. O terapeuta está em uma relação com o cliente, na qual age de forma autêntica, genuína, a fim de criar um ambiente facilitador do processo do cliente. Também não exerce papel apenas de técnico, mas de facilitador, estabelecendo vínculos empáticos com o cliente advindos de atitudes (Amatuzzi, 2010).

Deste modo, o plantonista contribui enormemente para que o cliente, por meio de sua tendência à atualização, experiencie seu vivido e cresça ao seu modo. O trabalho do plantonista é o de ajudar o cliente a ter uma visão mais ampliada de si e do mundo. Para tanto, deve-se estar disponível para compreender e acolher a experiência deste, no momento de sua expressão, isto é, frente

àquela problemática que gerou o pedido de ajuda. (Mahfoud, 1987).

Isso possibilita à pessoa o "encontro responsável" com suas próprias questões, sejam elas de quais naturezas forem e o reconhecimento por parte desta de sua responsabilidade quanto a suas ações no (seu) mundo. Destarte, contribui ao desenvolvimento salutar dessa subjetividade individual no que tange à autonomia deste "sujeito de direitos" (Gonçalves, 2010) em diversas áreas da vida.

A pessoa não é vista deslocada do seu contexto histórico-político-social, mas atuante em seu processo. O plantonista, concomitantemente, está aberto à experiência junto com o outro, faz parte do mundo do outro, caminha ao seu lado, está com ele de forma verdadeira e intensa, sendo capaz de proporcionar, na relação estabelecida, mudanças significativas no processo de responsabilização do cliente com o que é dele, inclusive no que diz respeito ao ambiente no qual está inserido.

Constitui-se, assim, uma relação entre esse eu (terapeuta/plantonista) e o outro (cliente/comunidade) pautada na relação descrita por Buber como Eu-Tu, onde o outro é entendido como semelhante, como pessoa. Deste modo, concebe-se o outro como um Eu, não de forma naturalizada, estática, como coisa.

Gonçalves (2010) alerta que a psicologia orientada por uma perspectiva naturalizadora entende o indivíduo de forma descontextualizada, como se houvesse processos universais prontos a serem desenvolvidos, demandando intervenções padrões. Ainda segundo a autora, para não se cair nessa naturalização, se faz necessária a investigação/visão sobre a historicidade dos fenômenos, permitindo a construção de "práticas voltadas à emancipação dos indivíduos, para que se reconheçam como sujeitos de direito e conquistem autonomia, podendo se engajar na luta por uma vida melhor" (Gonçalves, 2010, p. 22-23).

É neste sentido que nos propomos a pensar um diálogo maior entre a Psicologia e

suas práticas, sobretudo a clínica a partir do Plantão Psicológico, com as políticas públicas. De acordo com Tassinari (2010)

Vários profissionais têm desenvolvido experiência de Plantão Psicológico em diversas instituições (escolas públicas e particulares, hospitais gerais, hospitais psiquiátricos, Tribunais Regionais do Trabalho, Varas de Família, consultórios particulares, Polícia Militar, Complexo do FEBEM etc.), demonstrando sua aplicabilidade em diferentes contextos (p.191).

A diversidade que nos aponta Tassinari na passagem acima nos permite pensar em possibilidades mais diversas de diálogos entre o PP e as políticas públicas brasileiras, especificamente, as políticas de assistência social.

Psicologia e políticas de proteção social

A figura do psicólogo adentra, de maneira mais efetiva, o cenário das políticas públicas de assistência social ao ser instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, o qual operacionaliza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada em 2004 que, por sua vez, foi elaborada a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social. A partir desta demarcação histórica e estatutária a práxis *psi* se faz presente nos Centros de Referência de Assistência.

Essa política de assistência subdivide-se em níveis de complexidade. São eles: proteção básica, proteção de média e alta complexidade.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2004) a proteção social básica tem por objetivos

Prevenir situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços

públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiência, entre outras).(p. 24).

Enquanto que a proteção social especial (média)

destina-se a famílias ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da proteção especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas (p. 28).

Neste sentido, o psicólogo pode atuar nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - os quais se configuram como a porta de entrada dos benefícios, projetos e programas do governo federal. Estes estabelecimentos têm como foco a prevenção e a promoção de vida. Além disso, pode-se atuar nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Em ambos os estabelecimentos, umas das premissas de atuação do profissional de Psicologia, tal como é preconizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é desenvolver ações de acolhida, valorização do outro, escuta comprometida com o processo de superação e de promoção da pessoa. É um trabalho psicossocial que abrange as esferas individual, grupal, comunitária, institucional e organizacional.

Com a finalidade de fortalecer a política pública e os usuários como sujeitos de direitos "as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem" (Conselho Federal de Psicologia, 2007, p. 17).

É indispensável salientar que ainda há

certa ausência de uma prática ético-política da psicologia no campo das políticas públicas. E que estas devem responder, com a atuação de profissionais de diferentes áreas, às demandas sociais decorrentes do desenvolvimento econômico e das articulações políticas, "o que inclui determinados contornos para o papel do Estado" (Gonçalves, 2010, p. 82).

No entanto, para se chegar a essa situação ótima, é necessária a promoção de diálogos entre as diversas áreas que atravessam tais políticas. Além de se delinear como se estrutura essa política de assistência, para melhor conhecer o papel que é atribuído a cada profissão, não se fechando apenas no da Psicologia.

Sabe-se também que a área de assistência social, apesar de ter sido instituído um marco legal que regulamenta a política e sinalizam os modos de atuações, foi estruturada sob o ranço assistencialista, moralista, clientelista, tutelar, que traz heranças da transição do regime político ditatorial para a redemocratização. Tais elementos são componentes históricos sobre os quais se erigiu a democracia manca brasileira e que ainda permanecem como obstáculos para o pleno desenvolvimento da política. A conquista normativa não implica em mudança das/nas práticas magicamente por força da lei.

É necessário implicações desses diversos tipos de saberes, na construção sócia histórica deles mesmo.

No tocante à Psicologia, de acordo com Gonçalves (2010), é a partir de compreensões como a da construção histórica da Psicologia como ciência e profissão no Brasil que podemos apontar a necessidade de pensar seu lugar e seu papel em relação a políticas públicas. Podem-se, também, identificar propostas de rupturas com modelos de atuação tradicionais, buscando alternativas que coloquem a Psicologia a serviço da maioria das pessoas, em atuações que permitam o engajamento destas em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população e, quem sabe,

á construção de uma nova sociedade.

Deste modo, propomo-nos a pensar, ainda pautados na produção histórica da subjetividade, que ao buscar por indivíduos saudáveis, integrados e que interferem de maneira transformadora em sua realidade, "conscientes de si", precisa-se reconhecer de antemão o "que produz esses indivíduos apáticos, incapazes de interferir na realidade que os determina, incapazes de se apropriarem das condições objetivas de sua vida para transformá-las" (Gonçalves, 2010, p 22).

Como forma de possibilitar essa escuta atenta, não apenas às necessidades e suas causas, mas também às potencialidades de que comunica, temos o espaços que envolvem trabalhos/discussões em grupo e o plantão psicológico.

Plantão Psicológico e Políticas Públicas

Segundo Rebouças (2010), o homem contemporâneo tem demandado um novo olhar sobre si, pautado pela escuta e pelo acolhimento onde quer que ele esteja. Isso traz um olhar clínico do homem, que não mais faz referência a uma determinada prática aplicada em consultório baseada num referencial teórico e que visa ao diagnóstico, mas à compreensão da experiência subjetiva de cada pessoa, ou seja, visa a uma ética e a um posicionamento político.

Neste ponto, é importante deflagrar a interface que as políticas de assistência social apresentam, enquanto potência de tomada de consciência, pelo que é próprio da pessoa. Para tanto, parte-se da afirmação desta como atuante em seu mundo, protagonista ativo de sua vida.

É nesse contexto que se pode pensar no Plantão Psicológico como uma prática que se adapta às demandas da contemporaneidade. Quem procura ajuda psicológica não quer necessariamente fazer parte ou não necessita de uma psicoterapia; muitas vezes a demanda trazida é a de escuta e acolhimento, de compreensão do seu sofrimento. Sem com isso desmerecer o papel

da psicoterapia e sim de apontar alternativas flexíveis às práxis psicológica.

O PP tem gerado um amplo alcance nas mais diversas políticas públicas e estabelecimentos - experiências de plantão: clínicas-escolas (Cury, 1999; Vieira & Boris, no prelo); em escolas (Mahfoud, 1999); em hospitais (Souza & Souza, 2011); hospital psiquiátrico (Cautella Júnior, 1999), em CRAS (Mota & Goto, 2009); em delegacias de polícia (Melo, Dutra, 2007, citado em Dutra, 2008), em unidades de internação socioeducativas (Aun & outros, 2006); assistência judiciária (Mozena & Cury, 2012).

Estas experiências de Plantão Psicológico demonstram as possibilidades de implantação do serviço na área de assistência social, além de sinalizar as possibilidades de articulação entre plantão e políticas de assistência, a exemplo temos o Projeto de Plantão Psicológico ofertado pela Clínica-Escola de Psicologia na Universidade Federal do Pará, no qual, segundo Vieira (2012)

é exigido do plantonista um conhecimento sobre políticas públicas no sentido de um bom encaminhamento para a questão colocada pelo cliente (VIEIRA e BORIS, 2011), o que os aponta uma compreensão da clínica para além do espaço físico e da clínica privada (DUTRA, 2004). Isto significa que um dos aspectos mais relevantes na experiência de plantão que estamos desenvolvendo se vincula a questão da formação, pois coloca-se o plantonista em contato imediato com questões a que, caso estivesse restrito ao atendimento clínico tradicional e continuado dificilmente teria acesso (VIEIRA, 2012, p. 445).

Deste modo podemos visualizar a importância que este tipo de prática apresenta não apenas a critério de comunicação com outras áreas de serviços e atendimento ao público, ou ainda à comunicação com as políticas de assistência, mas também como um espaço de discussão acerca do fazer clínico e dos espaços que esse fazer tem ocupado.

O PP caminha e acompanha o

momento de transformações e modificações de conceitos e significados da psicologia clínica - vem se delineando a noção de que "fazer clínica" não é "fazer psicoterapia". E nas novas demandas das "tendências emergentes" há uma maior preocupação com o contexto social, salientando para o fato de a profissão estar, paulatinamente, sob a égide de compromisso e postura éticos, bem como o entendimento da subjetividade como uma construção social e histórica.

A escuta do plantonista, portanto, não deve visar à psicologização da demanda, mas estar atenta aos vários direcionamentos apontados pelos clientes, os quais podem abranger os âmbitos pessoais, políticos, sociais. Tal escuta deve também atentar a que outras estratégias podem ser viáveis para a pessoa. Para tanto, se faz necessário ter boa comunicação com outras praticas profissionais, viabilizando e agilizando o processo de encaminhamento aos devidos locais, por meio de redes de assistência, que possam acolher a demanda.

Percebemos, cotidianamente, em nossa prática, a necessidade de acionar as redes das políticas públicas, de fazer funcionar a intersectorialidade, pois estamos lidando não com sujeitos do psiquismo, mas com sujeitos sociais. Deste modo, sai-se do lugar de Psicologia enquanto entidade detentora de um saber intocado e isolado e evita-se a psicologização das demandas descritas acima e a cristalização do nosso fazer.

Como exemplo deste trabalho, voltamos a citar o Projeto de Extensão Universitária na clínica escola da Universidade Federal do Pará, na qual o serviço de PP interage bastante com os da Assistência Social e da Psiquiatria da própria clínica. Além disto, dialoga-se também com outros serviços ofertados pela Universidade à comunidade, como o Ambulatório de Ansiedade e Depressão (AMBAD), do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS), bem como com serviços externos a esse espaço, como os Centros de Apoio Psicossocial em suas diversas modalidades e os Centros de

Referencia de Assistência Social (CRAS).

Neste Projeto alunos da graduação, juntamente com o coordenador do projeto atendem à comunidade de forma geral, tecem discussões acerca do papel da Psicologia frente às demandas trazidas e dialogam com muitos outros tipos de fazeres, visando a aprendizagem das práticas "psi" de um modo mais significativo, com mais propriedade, possibilitando ao plantonista aprender na prática tal prática, deste modo se reconhece, de acordo com Vieira (2012, p.449) "o estagiário como um produtor de conhecimento que dialoga com sua experiência viva, imediata e legítima como psicólogo em formação.

Assim, respeita-se não apenas o cliente e as demandas/necessidades encontradas no diálogo com ele, mas também a formação desses profissionais, os quais possivelmente atuarão ou precisarão maior comunicação com essa rede de assistência social.

Com base nas informações e exemplos trazidos neste ensaio, atenta-se ao fato de que o fazer da Psicologia não resolve tudo e nem devemos acreditar que daremos conta de todos os problemas enclausurados em nossas pequenas certezas teóricas. Além disto, é ilusório imaginar que a problemática trazida pelo cliente resume-se a um atendimento psicológico pontual, a uma queixa "psi" que está desvinculada de todo um contexto social.

Neste sentido, houve atendimentos pelo PP da UFPA que necessitaram, além de uma escuta atenta e acolhida ao sofrimento sentido e à pessoa, de articulações com a rede de assistência social, como, por exemplo, pessoas em situações de drogadição, de abuso sexual, ou ainda vítimas de preconceitos.

Tais queixas precisam de cuidados que não ficam restritos às áreas de atuação da psicologia, citando a Medicina, o Serviço Social, a Ciência Social, a Farmácia, a Biologia, entre tantos outros que perpassam tais casos.

Deste modo, o plantão psicológico busca dialogar com as mais diferentes áreas

de conhecimento vinculadas ao cuidado com o Homem, a fim de acolher a pessoa em toda sua "inteireza" e, junto a ela pensar em possibilidades para melhor lidar com as necessidades apresentadas.

Considerações finais

Pensando em como a Psicologia vem se construindo ao longo do tempo, como área de estudo e/ou campo prático, notam-se alterações nos modos de pensar, discutir e praticar determinados temas, inclusive no que se refere à própria Psicologia.

Também nesse cenário de mudanças encontramos a prática clínica da Psicologia, a qual tinha era atrelada ao espaço físico do consultório, buscando adequar, classificar, tratar, "sanar" a psicopatologia, os desajustamentos mentais e os pacientes acometidos. Tal prática vinha ocorrendo de modo deslocado de toda uma conjuntura política, histórica, social, econômica a qual engendra subjetividades, não levando em consideração fatores de crucial importância ao desenvolvimento humano, tendo seu foco no que é patológico, no tratamento da doença e não na da saúde mental. Porém com discussões acerca desse tipo de prática, tal cenário vem apresentado mudanças salutares à lida com o fazer clínico que busca ultrapassar as fronteiras do consultório, implicar-se no contexto sócio-histórico-econômico que perpassam não apenas a vida do cliente (pessoa/comunidade), mas também a formação do profissional psicólogo.

Mesmo com essas mudanças, muitas vicissitudes são trazidas junto a esse fazer. Por isso se faz importante possibilitar a discussões acerca de novas formas de praticar clínica, como o serviço do Plantão Psicológico, fomentando críticas sobre a profissão e seus fazeres, o que vem sendo realizado nesse cenário, quais necessidades existentes e como se pode lidar com elas.

É necessário lembrar, ou melhor, não esquecer, a noção trazida pela Psicologia Sócio-Histórica de que toda psicologia é social, isto é, está inserida na sociedade e a

influencia e é influenciada por esta. E o homem ("objeto" da ciência psicológica) é um ser social e histórico, portanto, é preciso trabalhar suas questões entendendo-as na multiplicidade, na inventividade de um sujeito atravessado pelos mais distintos vetores de subjetivação.

Deste modo, apontar limites e possibilidades do serviço de plantão psicológico e a articulação salutar e pulsátil dele com as políticas de assistência possibilitam-nos incitar e problematizar a psicologia que estamos realizando, qual almejamos e como queremos construí-la. Isto significa contextualizá-la e implicá-la nos espaços que lhe cabem na sociedade e subjetividade, a fim de promover o desenvolvimento da saúde mental e social humana de forma integrada.

Referências

- Amatuzzi, M. M. (2010). *Rogers: Ética Humanista e Psicoterapia*. Campinas: Alínea.
- Amatuzzi, M. M. (1989). *O resgate da fala autêntica: filosofia da psicoterapia e da educação*. Campinas: Papirus.
- Amatuzzi, M. M. (2001). *Por uma psicologia Humana*. Campinas: Alínea.
- Aun, H. A; Morato, H. T. P; Noguchi, N. F. C & Nunes, A. P. (2006). Transgressão e Juventude Encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. *Revista Imaginário (on line)*, 12. Retirado em 20/10/2012 de http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Assistência Social*. Recuperado em 03/12/12 <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica> e <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAoespecial>.
- Cautella Junior, W. (1999). Plantão Psicológico em Hospital Psiquiátrico: Novas Considerações e Desenvolvimento. Em M. Mahfoud (org). *Plantão Psicológico: novos horizontes*. (pp. 97-114). São Paulo: Companhia Ilimitada.
- Cenci, C. M. B. (2006). Representação social da psicologia em um bairro periférico de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. *Aletheia*, 23, 43-53.
- Conselho Federal de Psicologia (2007). *Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Psicologia em Instituições Escolares e Educativas: Apontamentos para um Debate. Ano da Psicologia na Educação*. (Agosto). Guzzo: Autor.
- Conselho Federal de Serviço Social & Conselho Federal de Psicologia (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Brasília.
- Coelho Júnior, N. (2007). Ética & Técnica em Psicologia: Narciso e o avesso do espelho. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(2), 487-493. Recuperado em 18/06/2012 de: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200018.
- Cury, V. (1999). Plantão Psicológico em Clínica-Escola. Em M. Mahfoud, (org). *Plantão Psicológico: novos horizontes*. (pp. 115-133) São Paulo: Companhia Ilimitada.
- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 9 (2), 381-387.
- Dutra, E. (2008). Afinal, o que significa o social nas práticas clínicas fenomenológico-existenciais? *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Rio de Janeiro)*. 8, 224,237.
- Ferreira, R. S (2006). *Possíveis implicações da experiência com plantão psicológico para a ação do psicólogo clínico*. Pernambuco (PE).

Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco.

Firmino, S. P. de M (2011). *Clínica-escola: um percurso na história e na formação em psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola.

Gonçalves, M. das G. M (2012). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.

Mahfoud, M (1987). A vivência de um desafio: plantão psicológico. Em R. Rosenberg (org.). *Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa*. (pp. 75-85). ..São Paulo: EPU.

Mahfoud, M. (1999) (org.). *Plantão Psicológico:: novos horizontes::*. São Paulo: Companhia Ilimitada.

Mota, S. T & Goto, T. A. (2009). Plantão Psicológico no CRAS em Poços de Caldas. *Revista de Psicologia*. Vol. 21, n.3, p. 521-530.

Mozena, H & Cury, V. E. Plantão Psicológico em um serviço de assistência judiciária. *Revista Memorandum*. Vol. 19, p. 65-78, 2010.

Pombo-de-barros, C. F. & Marsden, M (2008). Reflexões sobre a prática do psicólogo nos serviços de saúde pública. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Vol. 60, n.1.

Praca, K. B. D. e Novaes, H. G. V (2004). A representação social do trabalho do psicólogo. *Psicologia, Ciência e Profissão*. vol.24, no.2, p.32-47, jun.

Rebouças, M. L. S & Dutra, E (2010). Plantão Psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. *Revista Abordagem Gestalt (Goiânia)*. Vol. 16, n.1, junho.

Rosenthal, R. W (1999). Plantão de Psicólogos no Instituto Sedes Sapientiae: uma proposta de atendimento aberto à comunidade. Em M. Mahfoud (org.). *Plantão Psicológico: novos horizontes*. (pp. 15-28). ..São Paulo: Companhia Ilimitada.

Souza, V. D de (2006). *O psicólogo e a saúde pública: uma leitura fenomenológica das vivências cotidianas de estagiários na atenção básica*. Campinas, SP. Tese de Doutorado.

Programa de Pós Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Tassinari, M. A. (2009). Plantão Psicológico como promoção de saúde. Em A, Bacelar, (org.) *A psicologia humanista na prática: reflexões sobre a Abordagem Centrada na Pessoa*. (p. 185-201). Palhoça, Ed. UNISUL.

Tassinari, M. A. (2010). Abordagem Centrada na Pessoa e suas Dimensões: psicoterapia breve e/ou plantão psicológico. Em E. Carrenho et al. *Praticando a Abordagem Centrada na Pessoa: dúvidas e perguntas mais frequentes*. (p. 95-105). São Paulo: Carrenho Editorial.

Vieira, E. M.; Boris, G. D. J. B.. O Plantão Psicológico como Possibilidade de Interlocução da Psicologia Clínica com as Políticas Públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online)(No prelo).

Sobre os autores

Edvalda Ludmilla Cunha de Souza: Graduanda do 10- semestre de Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista do projeto de extensão "Plantão Psicológico na Clínica-Escola da UFPA". ludmilla_cunha@hotmail.com

Fernanda Teixeira de Barros Neta: Graduanda do 9- semestre do curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Plantonista do Projeto de Extensão "Plantão Psicológico na Clínica-Escola da UFPA". fernandatbn@gmail.com.

Emanuel Meireles Vieira: Psicólogo e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do projeto de extensão "Plantão Psicológico na Clínica-Escola da UFPA". emeireles@ufpa.br

Recebido em: 12/08/2012

Aceito em: 20/11/2012

REVISÃO DOS ASPECTOS MONADOLÓGICOS DA TEORIA DE CARL ROGERS À LUZ DA FENOMENOLOGIA SOCIAL

REVIEW THE MONADODOLOGY ASPECTS IN CARL ROGERS' THEORY IN THE LIGHT OF A SOCIAL PHENOMENOLOGY

Paulo Coelho Castelo Branco
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

Revisam-se os aspectos monadológicos da teoria de Carl Rogers, com base em uma leitura crítica inspirada pela fenomenologia social de Alfred Schutz. O termo mônada alude à existência de uma subjetividade encerrada em si mesma, distinta do mundo e capaz de representar a realidade em suas convicções. O diálogo entre Rogers e Schutz ocorre pelo fato de ambos abordarem, com desdobramentos provenientes do pragmatismo, os assuntos da consciência, da realidade e do acesso delas via compreensão empática. Evidenciam-se: (1) distintas concepções de consciência, funcional em Rogers e intencional em Schutz; (2) diferentes entendimentos de realidade, constituída de modo intrasubjetivo em Rogers e intersubjetivo em Schutz; (3) díspares modelos de empatia, em Rogers, orientada para a compreensão dos conteúdos da personalidade, em Schutz, direcionada para as estruturas da consciência em interação com o mundo-da-vida. O estudo, finalmente, aponta para o desenvolvimento de uma perspectiva pós-rogeriana de abordagem descentrada da pessoa.

Palavras-chave: fenomenologia; Rogers; Schutz; terapia centrada no cliente.

Abstract

This article reviews monadology aspects in Carl Rogers's theory, based on a critical reading about phenomenological sociology by Alfred Schutz. The term monad alludes to the existence of a closed subjectivity itself, distinct from world and able to represent reality in their own convictions. The dialogue between Rogers and Schutz is because both address the issues of consciousness, reality and access them via empathic understanding, with developments from the pragmatism. This study evidences: (1) different conceptions of consciousness, functional in Rogers and intentional in Schutz, (2) different understandings of reality, intra-subjective in Rogers and inter-subjective in Schutz, (3) dissimilar models of empathy, in Rogers focused on understanding the contents of personality, in Schutz directed to the structures of the consciousness in interaction with the lifeworld. The study finally points to develop a post-rogerian perspective of person decentered approach.

Keywords: phenomenology; Rogers; Schutz,; client-centered-therapy.

Resumen

Revisar los aspectos monadológicos de la teoría de Carl Rogers, basada en una lectura crítica inspirada en la fenomenología social de Alfred Schutz. La denominación *mônada* alude a la existencia de una subjetividad cerrada en sí, distinta del mundo y capaz de representar la realidad en sus convicciones. El diálogo entre Rogers y Schutz ocurre porque los dos hablan, con la dirección de la evolución del pragmatismo, las cuestiones de conciencia, de la realidad y acceder a ellos a través de la comprensión empática. Es evidente: (1) distintos conceptos de conciencia, funcional en Rogers y intencional en Schutz; (2) diferentes comprensiones de realidad; En Rogers ella es intrasubjetiva, mientras en Schutz es intersubjetiva; (3) distintos modelos de empatía, en Rogers es la comprensión de los contenidos de la personalidad; en Schutz, dirigida a las estructuras de interacción de la conciencia con el mundo de la vida. El estudio, finalmente, apunta para el desarrollo de una perspectiva pos-rogeriana de enfoque descentrado en la persona.

Palabras clave: fenomenología; Rogers; Schutz; terapia centrado en el cliente.

Introdução

Este trabalho recapitula os principais conceitos da teoria de Carl Rogers, de modo a verificar como ocorre a relação entre consciência e realidade, assim como acontece o acesso dessas instâncias via compreensão empática. Tal relação é analisada mediante a querela de que o pensamento rogeriano é monadológico e que a fenomenologia social de Alfred Schutz proporciona alguns argumentos que permitem repensar isso.

O termo *mônada* se refere ao pensamento de Gottfried Leibniz e denota a existência de uma substância enclausurada em si própria, distinta do mundo, mas constituidora dele. Nesse pensamento, tal substância é a consciência, a qual possui idiosincrasias próprias que lhe permitem se diferenciar de outras consciências e reduzir as influências exteriores ao seu modo de perceber o mundo. Cada *mônada* é capaz de representar a realidade nas próprias convicções (Japiassu & Marcondes, 2001). Logo,

As *mônadas* são fechadas 'sem portas nem janelas', mas podem coexistir segundo uma 'harmonia preestabelecida':

(...) cada *mônada* é um universo do qual está parcialmente consciente, todas sendo como pontos de vista sobre a mesma paisagem. A combinação de ideias que dá origem ao universo é uma combinação entre uma infinidade de possíveis (p. 116).

Acessar uma consciência (*mônada*) é adentrar o elemento de todas as coisas, de modo que o universo é constituído por uma conjunção de *mônadas* distintas umas das outras, cada qual representativa dele (Japiassu & Marcondes, 2001).

No Brasil, Virgínia Moreira (2007), pioneiramente, mencionou o caráter monadológico de Rogers, com suporte em uma revisão das noções de *pessoa* e *indivíduo* na cultura ocidental. A autora sublinha a discussão segundo a qual a teoria rogeriana é limitada por ser individualizante e dicotômica, por questões históricas ao capitalismo. Com a finalidade de superar essa limitação, a autora recorre à Fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty para propor uma perspectiva de psicoterapia humanista descentrada da pessoa.

Concorda-se com o pensamento de Moreira (2007), no entanto, propõe-se outra pauta de debate sobre o caráter monadológico de Rogers, com o apoio da fenomenologia social de Schutz e do pragmatismo de William James.

Infere-se a noção de que, por uma questão epistemológica de vinculação ao pragmatismo, vernáculos ao *Zeitgeist* psicológico estadunidense (Castelo Branco, 2011), a elaboração teórica de Rogers é monadológica, pois entende a consciência como uma função do organismo, que alude a uma subjetividade encarcerada. Disso, repercute a concepção de uma realidade igualmente monadológica, que implica uma abordagem a acessar empaticamente os conteúdos da experiência de um indivíduo¹, de modo a compreender sua percepção de si (*self*) e de realidade, para intervir com o intento de modificá-las (Rogers, 1954/1969).

O intuito de utilizar um pensador vinculado à fenomenologia social é aliviar uma nova pauta de entendimento para a teoria de Rogers quanto à relação da consciência com a realidade. Isso ocorre pelos seguintes motivos.

(1) A discussão epistemológica e ontológica sobre o acesso da consciência e da realidade é de ampla produção na Filosofia. Especificamente, a Fenomenologia entende que o conhecimento de mundo acontece por meios perceptivos, os quais admitem a existência simultânea dos mundos privados e do mundo social, que se comunicam e interconstituem. Há uma vida intersubjetiva em que os fenômenos emergem como experiências possíveis e introduzem uma percepção de realidade compartilhada e vivida na pluralidade de mundos privados, onde o uno e o múltiplo coabitam (Ales Bello, 2006).

Neste artigo, utiliza-se o termo indivíduo de forma abundante e indiscriminada aos termos pessoa, cliente e sujeito. Consideram-se todos esses termos sob a denominação comum da existência de um humano dotado de subjetividade (consciência).

(2) Fundamentados e inspirados por esse legado, alguns pensadores entenderam que o método fenomenológico constitui rigor de acesso às vivências mencionadas, e que cada tipo de redução fenomenológica adentra um polo de conhecimento do mundo. Por exemplo, Edith Stein e Merleau-Ponty (Ales Bello, 2006), filósofos de formação, acessam fenomenologicamente a relação sujeito-mundo com base no polo da subjetividade. Por outra via, Schutz (1970/2012), Peter Berger e Thomas Luckmann (1966/2004), sociólogos de formação, buscam compreender a aludida relação com esteio em descrições fenomenológicas do que acontece no polo do mundo social em seu cotidiano. Tais aportes servem para tornar mais complexo o entendimento das psicologias e psicoterapias e possibilitam novas pautas de entendimento sobre o legado de Rogers.

(3) Filiadas a uma leitura fenomenológica de Rogers, apontam-se diversas produções nacionais (Moreira, 2007, 2009; Bezerra, 2007; Vieira & Freire, 2006; Amatuzzi & Carpes, 2011; Miranda & Freire, 2012) que utilizaram os referenciais de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty, Martin Heidegger, Emanuel Lévinas e Hans-Georg Gadamer. Todos esses trabalhos repensaram alguns aspectos teóricos e práticos de Rogers, com base em aportes advindos de fundamentações externas ao psicólogo. Entende-se que essas produções configuram-se como vertentes epistemológicas *metacientíficas* ao pensamento de Rogers, pois elas identificam problemas de ordem teórica ao psicólogo e buscam uma resolução disso fora das cercanias do conhecimento dele (Castelo Branco & Barrocas, 2012).

(4) No Brasil, as citadas produções culminam numa abordagem centrada na pessoa pós-rogeriana, enquadrada numa linha fenomenológica e existencial (Moreira, 2010). Trabalhos que se utilizam do referencial sociológico da Fenomenologia para repensar Rogers continuam, no entanto, inéditos. Infere-se que isso ocorra em

decorrência da escassez de traduções e comentários da obra de Schutz no Brasil, bem como da pouca divulgação dessa perspectiva nos cursos de Psicologia.

Apresentados os motivos para a elaboração deste estudo, frisa-se que ele aborda uma investigação *metacientífica* sobre a questão da consciência, da realidade e da empatia no pensamento de Rogers, dado que esse autor não menciona em nenhuma de suas obras qualquer incursão ao pensamento sociofenomenológico. Ambos os pensamentos, contudo, possuem em comum uma fonte de inspiração no entendimento que James teceu sobre a questão da consciência e do estabelecimento da realidade. O pragmatismo jamesiano é, então, um ponto de mediação fundamental para o diálogo entre Rogers e Schutz.

Destarte, procede-se da seguinte lógica. Recapitula-se a teoria de Rogers com o apoio da leitura direta das principais obras que abordaram os assuntos da consciência, da realidade e do acesso dessas instâncias pelo alicerce da empatia. Tal leitura demonstra, também, os aspectos monadológicos da referida teoria. Em seguida, mostra-se sucintamente a fenomenologia social de Schutz. Finalmente, confrontam-se, por intermédio de James, os argumentos rogerianos com os Schutzianos, para indicar alguns pontos de entendimento além do que o humanista situou como consciência, realidade e empatia.

Recapitulação da teoria de Rogers: aspectos monadológicos

Os fundamentos rogerianos se encontram em quatro teorias compreendidas na *terapia centrada no cliente* (TCC). São elas as teorias da personalidade e do comportamento, da psicoterapia, do funcionamento pleno e das relações humanas (Rogers, 1951/1992, 1959/1977a, 1961/1997). Após a elaboração desses fundamentos, na *abordagem centrada na pessoa* (ACP), Rogers (1977b, 1977/2001,

1983) realizou algumas atualizações teóricas. A teoria da personalidade e do comportamento, a teoria da psicoterapia e as mencionadas atualizações constituem o foco de reflexão deste artigo.

No período de desenvolvimento das teorias aludidas, que compreende os anos de 1945 a 1964, Rogers exerceu atividades acadêmicas na Universidade de Chicago, uma importante instituição estadunidense cujo *Zeitgeist* era funcionalista e pragmatista, em razão das fundações de John Dewey, James Angell e Harvey Carr (Castelo Branco, 2011). Foi no período aludido que Rogers desenvolveu a TCC e chancelou, acadêmica e politicamente, perante a Associação Americana de Psicologia, a possibilidade do exercício da psicoterapia ao psicólogo. Em razão de tais circunstâncias apresenta-se a teoria de Rogers.

A noção basilar da teoria rogeriana é a de *organismo* (Rogers, 1951/1992). Por este o indivíduo relaciona-se com o mundo e elabora uma experiência. O organismo é a totalidade de vivências (movimentos viscerais, sensações, emoções e percepções) relacionadas a um determinado ambiente. Nessa interação, existem impulsos básicos e inerentes ao organismo. Eis a *tendência à realização*, uma força vital que impulsiona o organismo a realizar suas potencialidades, mantê-las em homeostasia e ampliá-las (Rogers, 1951/1992).

Denota a ideia de que o organismo possui alento próprio para se estabelecer e desenvolver-se em relação ao ambiente em que está inserido. Nessa autorrealização, ele pode atingir um estado de equilíbrio consigo e com o ambiente, de modo a manter um funcionamento que lhe é satisfatório. Tão logo, entretanto, atinge esse estado homeostático de preservação, o organismo busca mais tensão, de maneira que ele pode transcender a si em suas limitações e acomodações, bem como pode fazer o mesmo com o ambiente.

Nesse aspecto, Rogers (1951/1992) concebe que a noção de que o organismo não é uma entidade submissa às determinações

ambientais e intrínsecas a ele próprio, pois tende à autonomia e à unidade em relação a si e ao ambiente. Eis que o organismo pode ser entendido como uma *Gestalt* manifesta em uma totalidade.

No organismo reina a *experiência*, que é

(...) tudo que se passa no organismo em qualquer momento e que está potencialmente disponível à consciência; em outras palavras, tudo o que é suscetível de ser apreendido pela consciência. A noção de experiência engloba, pois, tanto os acontecimentos de que o indivíduo é consciente quanto os fenômenos de que é inconsciente (Rogers, 1959/1977a, p. 161).

Quando o organismo vivencia seus estímulos internos (sensoriais e viscerais), ocorre um ato de *experimentar*, todavia esses não são, só eles, acontecimentos passíveis de se sentir, pois emoções ou memórias também acometem o organismo. Quando esses eventos aparecem como dados imediatos da vivência do organismo, surge a *consciência* como função simbolizadora do que é vivenciado (Rogers, 1951/1992).

Conforme ensina Rogers (1959/1977a), a simbolização do vivido varia em intensidade, desde a percepção mais vaga de um objeto até a mais concentrada e atenta. As formas vagas de acontecimentos que perpassam as vivências do organismo são entendidas, gestalticamente, como fundo (inconsciente), enquanto as formas perceptíveis são figuras (conscientes). O que está submetido ao fundo potencialmente pode se tornar figura.

Rogers (1959/1977a) entende, ainda, o termo *percepção* como sinônimo de *consciência*. Esta aparece em detrimento da relação do organismo com objetos (excitantes) internos e externos.

Experiência e consciência relacionam-se e interagem com o ambiente, que inclui outras experiências e a tendência à realização. Nessa totalidade, o organismo reage as suas vivências e ao ambiente, de acordo com o que ele experimenta e percebe. Segundo Rogers (1951/1992, 1959/1977a),

essa reação ao que é experimentado e percebido constitui o *campo fenomenológico* do indivíduo. Assim, a *realidade* é constituída com base no que o indivíduo experimenta, percebe e reage conforme o seu campo fenomenológico.

Essa concepção teórica demarca uma posição característica do pensamento de Rogers: o personalismo centrado explicitado a seguir.

Rogers (1951/1992) demarca a ideiação de que: "*Todo indivíduo existe num mundo de experiências em constante mutação, do qual ele é o centro*" (p. 549, grifos do autor). Esse indivíduo "(...) *reage ao campo da maneira como este é experimentado e percebido. O campo perceptivo é, para o indivíduo, 'realidade'*" (p. 551, grifos do autor), de modo que essa reação ao campo fenomenológico funciona como um todo organizado. Nesses pressupostos, assume-se uma posição centralizada no indivíduo em relação ao mundo.

Ora, os aportes teóricos apresentados culminam numa posição monadológica. A realidade é uma reação do indivíduo ao que é percebido e vivido do mundo, de acordo com as experiências, experimentos, consciência, percepção e campo fenomenológico. O *comportamento* do indivíduo consiste, pois, numa reação ao que é percebido como realidade. Embora Rogers (1951/1992) assuma explicitamente que, por uma questão científica, evita adentrar discussões filosóficas como "O que é realidade?", pondera-se, numa vertente metacientífica a esse autor, que ele recaiu em uma posição monadológica.

A TCC vinculou-se à Psicologia personalista estadunidense, a qual postula a personalidade como o elemento organizador do comportamento e da experiência do indivíduo (Castelo Branco, 2011). Por isso, Rogers (1954/1969) define a mudança da personalidade como objeto de estudo e fator definidor do sucesso psicoterapêutico.

Continuando as definições teóricas expostas, Rogers (1951/1992) entende o *eu* (*self*) como um campo fenomenológico em

que o indivíduo organiza uma percepção e conceito de si mesmo. O eu (*self*) constitui encontro entre as demandas internas do organismo e as demandas externas (valores sociais etc.) a ele. Ainda que seja um setor funcional da experiência, o eu (*self*) não é sinônimo de organismo, pois possui organizações autoconceituais que podem restringir o funcionamento do organismo e deste se diferenciar.

A seguinte citação, embora extensa, faz-se necessária para aprofundar a relação do eu (*self*) com o organismo e, por conseguinte, com a tendência à realização.

(...) a noção do 'eu' - elemento importante a nossa teoria - não é um 'agente especializado' que funcionaria em conjunção com a tendência atualizante [à realização]. O 'eu' nada faz; representa simplesmente uma expressão de tendência geral do organismo para funcionar de maneira a se preservar e se valorizar (p. 160).

Considerando-se que a tendência atualizante [à realização] rege todo o organismo, ela se exprime igualmente no setor da experiência que corresponde à estrutura do 'eu' - estrutura que se desenvolve à medida que o organismo se diferencia. Quando há acordo entre o 'eu' e o 'organismo', isto é, entre a experiência do 'eu' e a experiência do organismo', na sua totalidade, a tendência atualizante [à realização] funciona de maneira relativamente unificada. Ao contrário, se existe conflito entre os dados experienciais relativos ao 'eu' e os relativos ao 'organismo', a tendência à atualização [realização] do organismo pode ser contrária à tendência á atualização do 'eu' (Rogers, 1951/1992, p.161).

Tanto em condições favoráveis quanto inóspitas, o organismo se orienta por buscas autorrealizadoras de metas e reações totais, tanto no contexto fisiológico quanto psicológico (Rogers, 1951/1992). A dimensão do eu (*self*), contudo, também influi nessa busca.

Quando ocorre uma simbolização coerente da experiência do organismo com o

conceito organizado que se tem de si mesmo, o eu (*self*) torna-se organizado com base na consciência da vivência da experiência organísmica direta. Não obstante existam valores e percepções, introjetados cultural e socialmente, o organismo, com apoio da consciência, consegue simbolizar essas experiências conforme efetivamente experimenta em suas vivências. Essa simbolização acontece no organismo de forma coerente ao eu (*self*), e, *congruentemente*, permite uma regulação amparada por essa organização (Rogers, 1951/1992).

Esse tipo de funcionamento implica que organismo e o eu (*self*) se tornam mais coerentes e espontâneos, favorecendo ao indivíduo aceitar suas atitudes e comportamentos como partes de si, desencadeado, portanto, uma mudança (reorganização) de personalidade e do comportamento (Rogers, 1954/1969).

Quando ocorre, porém, uma tensão entre o que se experimenta e o que o eu (*self*) elabora em termos de autoconceito, percepção e campo fenomenológico, podem ocorrer simbolizações distorcidas, intercepções ou negações do vivido. Advém, pois, uma autorregulação *incongruente* com a experiência organísmica direta. Nela não sucede uma simbolização adequada da experiência, pois o eu (*self*) se baseia em avaliações provenientes de experiências alheias ao organismo (Rogers, 1951/1992).

Rogers (1959/1977a) considera, ainda, que o eu (*self*) é um estado de fluxo contínuo disponível para a consciência. O eu (*self*) pode ser *ideal* (quando o indivíduo tem uma percepção e conceito do que ele gostaria de ser) ou *real* (quando de fato ele vivencia um estado de acordo interno entre o sentido e o simbolizado).

Destarte, quando as simbolizações - mediadas pela consciência - entre a experiência e o eu (*self*) estão consoantes, de modo que o indivíduo é capaz de examinar e reagir à realidade numa atitude mais apropriada e condizente com os seus

atributos pessoais², incorre-se em um estado de *congruência*. Quando, todavia, as relações entre experiência e eu (*self*) são destoantes, incide-se em um estado de *incongruência*. Esta pode, ainda, acontecer quando o indivíduo funciona mediante outras experiências e constitui um eu (*self*) não condizente com as próprias percepções e simbolizações.

Rogers (1957/2008, 1959/1977a), em sua teoria da psicoterapia, entende que existem seis condições necessárias e suficientes para desencadear a mudança de personalidade.

(1) Que o psicoterapeuta e cliente estejam em *contato*. Esta é uma condição mínima de relação em que um indivíduo percebe ou sente a presença do outro.

(2) Que o cliente esteja vivenciando um estado de *incongruência*, de modo que, de modo perceptível ou subperceptivo, ele sinta que está vulnerável a algo que possa desorganizá-lo psicologicamente. Por exemplo, um estado de angústia em que se sente um mal-estar, mas não se tem a consciência de qual é o objeto disso.

(3) Que o psicoterapeuta esteja *congruente*, presente e disponível para se relacionar com o cliente.

(4) Que o psicoterapeuta permaneça aberto à experiência de *consideração positiva incondicional*, que significa uma atitude de apreciação da experiência do outro conforme ela se manifesta no momento clínico. Apreciar é um ato de evitar impor preço (julgamentos) ao que o cliente traz na relação.

(5) Que o psicoterapeuta se esforce para compreender empaticamente o campo fenomenológico do cliente, pois isso constitui a forma como ele vivencia, percebe e reage a uma realidade. A *empatia* trata-se de "Sentir o mundo privado do cliente como se ele fosse o seu, mas sem perder a qualidade 'como se'" (Rogers, 1957/2008, p. 151).

Os desdobramentos dessa premissa podem ser aprofundados na teoria da pessoa em funcionamento pleno (Rogers, 1961/1997) e na teoria das relações humanas (Rogers, 1959/1977a).

(6) Que o cliente sinta e/ou perceba minimamente que o psicoterapeuta esteja sustentando as condições 3, 4 e 5. Se estas não forem efetivadas, poderá haver falhas no processo psicoterapêutico.

A sistematização teórica de Rogers (1951/1992) objetiva entender como a personalidade se organiza, desorganiza e reorganiza. A teoria da psicoterapia é, portanto, uma operacionalização de como procede à reorganização da personalidade, objetivo da TCC (Rogers, 1954/1969). Assim exposto, aponta-se outra vez o aspecto monadológico do pensamento rogeriano.

Rogers não desconsidera a existência de um mundo exterior à subjetividade do indivíduo, porém deixa claro que esse não é o foco de sua teoria. Alude-se a ideia de que o cumprimento desse desígnio é necessário o psicoterapeuta ter em vista que o cliente possui uma elaboração particular de mundo, que será a sua realidade privada e exporá muito a respeito de sua personalidade e comportamento. Por causa disso, a operacionalização de atitudes que favorecem o acesso de uma subjetividade particularmente vinculada ao campo fenomenológico, à experiência, à consciência e o entendimento perceptual e conceitual que o indivíduo elabora de si.

A noção de *empatia* descrita anteriormente representa a posição monadológica rogeriana para acessar a centralidade do indivíduo. O psicoterapeuta centrado no cliente busca perceber e compreender o mundo subjetivo do outro, sem se esquecer de que essa vivência pertence ao cliente e não a ele; caso contrário, sucederia uma simpatia.

Entende-se que o vínculo relacional psicoterapeuta-cliente ocorre mediante uma comunicação intrassubjetiva de mônadas, em que se alvitra adentrar empaticamente uma subjetividade enclausurada, com uma fundamentação própria de mundo em que ela é o centro, para aderir aos seus referenciais internos, conferir se o entendimento deles foi acurado e, com suporte nisso, exercer compreensivamente uma série de

intervenções. Toda evidência clínica acontece mediante o foro interno do indivíduo, em que há o idealismo de um sujeito absoluto e autossuficiente em sua proeminência de realidade.

No período de 1964 a 1977, após se aposentar da Academia, Rogers se dedica a reflexões sobre aprendizagem, grupos, relações matrimoniais e perspectivas alternativas às ciências do comportamento. Podem ser encontradas muitas reflexões e aplicações da teoria centrada no cliente nesses contextos (Castelo Branco, 2011).

Em consequência desses trabalhos, Rogers (1977/2001) percebe que a sua teoria possui alcance maior do que o contexto clínico. Por não mais aventar um procedimento psicoterapêutico, mas refinar um jeito de abordar a pessoa em diversas situações (grupo, casamento, escola, organizações administrativas, relacionamento inter-raciais e interculturais), Rogers, em 1977, abandona a expressão *terapia centrada no cliente* (TCC) e passa a utilizar uma nomenclatura mais ampla para o seu trabalho. Eis a *abordagem centrada na pessoa* (ACP), baseada

(...) na premissa de que o ser humano é basicamente um organismo digno de confiança, capaz de avaliar a situação externa e interna, compreendendo a si mesmo no seu contexto, fazendo escolhas construtivas quanto aos próximos passos na vida e agindo a partir dessas escolhas (...) descobre-se que, com o tempo, as escolhas feitas, as direções seguidas, as ações empreendidas são pessoalmente cada vez mais construtivas e tendem para uma harmonia social mais realística com os outros (Rogers, 1977/2001, p. 16-17).

A citada harmonia social, segundo Rogers (1977/2001), implica uma democracia reconhecida como um estado de amadurecimento psíquico que atenta para os princípios autorreguladores da interioridade dos indivíduos em sua relação com a tendência à realização. Com base nisso, percebe-se o reflexo social do que acontece numa interioridade, pois qualquer ponto de

vista político sobre as relações humanas "(...) precisa apoiar-se basicamente na concepção do organismo humano e no que o faz funcionar - a natureza e a motivação desse organismo" (p. 267).

Rogers (1977/2001) postula a ideia de que o organismo é autocontrolado e tende a se desenvolver, via condições propícias à autorrealização, para uma independência em relação aos controles externos. Compreende-se, então, que a ACP inaugura uma posição menos personalista em relação à TCC, e mais radical no concernente à compreensão do funcionamento do organismo em sua relação com a sociedade. Esse posicionamento, contudo, não torna a ACP menos monadológica do que a TCC.

Observa-se, também, na ACP uma atualização sobre a gênese da consciência. Fruto da tensão entre o organismo e o ambiente, a consciência emerge como função que visa a eliminar esse estado, seja por via da modificação do ambiente ou por uma alteração do comportamento. A consciência surge como função autorreguladora do organismo para reconhecer e eliminar os fatores que a provocam (Rogers, 1977/2001). Assim, a consciência é uma função epistêmica do organismo, que é mais sábio do que o intelecto, pois boa parte de sua manifestação não é simbolizada, mas dotada de sabedoria em seu funcionamento.

Ainda sob esse ponto de vista, Rogers (1977/2001) concebe a noção de que, assim como a consciência emerge de uma tensão entre o organismo e o ambiente, o mesmo ocorre com o estado de incongruência, fonte de várias desorganizações psíquicas. Segundo o pensamento do autor, pela incongruência, a função da consciência fica impedida de examinar e avaliar as próprias experiências, distorcendo-as e se dissociando delas; esse funcionamento canaliza uma autorregulação para comportamentos não realizadores e destrutivos. Estes não fazem parte da tendência à realização e se configuram como base para diversas patologias psicológicas e sociais.

Não obstante a aludida atualização teórica sobre a consciência, Rogers (1977b) aprofunda sua concepção sobre a realidade. Em referência a James, o criador da ACP reconhece, mais uma vez, a existência de um mundo constituído por múltiplas realidades, ou seja, diferentes tipos de consciência. Esta consciência de vigília, todavia, constituidora da realidade, é apenas um tipo especial de consciência inserida numa rede maior que liga a todos. Conforme Rogers (1977b), essa rede é uma realidade cujo "(...) tempo e espaço desapareceram, um mundo em que não podemos viver mas cujas leis podemos aprender e perceber, e uma realidade que se baseia em nossas percepções internas e não em nossos sentidos, são aspectos comuns a todos eles" (p. 179).

A via de acesso ao conhecimento da mencionada realidade é tácita, pois suas faculdades simbolizadoras da consciência são insuficientes para tal propósito. Essa realidade, concebida como uma teia que liga todos os seres vivos, explica, por exemplo, fenômenos de sincronismo, clarividência, cognições prévias ou simultâneas e comunicações telepáticas (Rogers, 1977b).

Entende-se que a aludida realidade tácita que afeta os seres vivos se aproxima do que Rogers (1983) referiu como *tendência formativa*, uma orientação evolutiva e direcional presente no universo, perpassando todos os elementos orgânicos (animais), inorgânicos (pedras) e anorgânicos (magnetismo, raios solares etc.), favorecendo maior complexidade e mais inter-relação. Pela tendência formativa, a vida pode se expressar, tecer e criar formas de funcionamentos em uma rede de elementos intrincados.

Nesse raciocínio, Rogers (1983) reconhece que o organismo é guiado pelo fluxo evolutivo das tendências à realização e formativa, e que, sem dúvida, a consciência surge como uma das funções humanas mais desenvolvidas.

Ainda que Rogers (1977b) aceite as bases biológicas da tendência à realização e os baldrames cosmológicos da tendência

formativa, predomina em seu pensamento a concepção pragmatista da existência de múltiplas realidades, pois, segundo o autor,

A única realidade que me é possível conhecer é a do mundo e universo como *eu* o percebo e vivencio neste momento. A única realidade que é possível você conhecer é a do mundo e universo como *você* o percebe e vivencia deste momento. E a única certeza é a de estas realidades percebidas são diferentes uma da outra. Os '*mundos reais*' são *tantos quanto às pessoas!* (p. 189, grifos do autor).

Percebe-se, nessa citação, que a ACP possui ainda uma concepção monadológica, em que a relação entre subjetividades ocorre de forma intrassubjetiva, pois a comunicação sucede de uma interioridade (mônada) para outra.

Rogers (1977b), portanto, enfatiza uma teleologia para a ACP. Para ele a existência de uma realidade para todos é algo impossível de ser mantido. Todas as vezes que a humanidade funcionou mediante uma única realidade, a exemplo do nazismo de Adolf Hitler, incorreu em aniquilações da espécie. Conforme o autor, o reconhecimento da existência de realidades múltiplas aumenta a consideração da diversidade humana, dado que a aceitação disso incorre numa abertura maior para explorar a alteridade alheia. A base da comunidade advém, então, de um compromisso assumido de cada um para com o outro.

A fenomenologia social de Alfred Schutz

A *fenomenologia social* é uma abordagem fenomenológica da Sociologia, desenvolvida por Alfred Schutz, um pensador austríaco que utilizou a Fenomenologia como método para as Ciências Sociais. A proposta de Schutz (1970/2012) consiste em investigar a intersubjetividade como fonte das relações sociais. Segundo ele, os fundamentos da fenomenologia social residem nos pensamentos de Max Weber e Husserl.

A Sociologia weberiana, por um lado, postula a noção de que a compreensão da ação social deve considerar a existência de um componente subjetivo em sua significação, no entanto Weber não fundamenta o que significa esse componente. A Fenomenologia husserliana, por outro lado, embasa bem a dimensão da experiência subjetiva, mas tem problemas em pensar o mundo social. Weber possibilita subsídios para a Fenomenologia pensar e descrever o mundo social, enquanto Husserl oferece elementos à Sociologia para entender e descrever a dimensão subjetiva. Ambos os pensadores partem da experiência cotidiana no mundo para pensar o humano em seus atos de significação (Schutz, 1970/2012).

No ano de 1939, foragido do regime nazista, Schutz migrou para os EUA. Em Nova Iorque, ele exerceu atividades acadêmicas na *New School for Social Research*, local onde conheceu o Pragmatismo, via John Dewey, e trabalhou com Peter Berger.

Segundo Schutz (1970/2012), todas as experiências estão imersas num mundo social cujas condutas humanas o constituem e são constituídas por ele. Essas condutas são investidas de significados e possuem uma dimensão subjetiva que todo momento é posta em interação com o mundo e com os seus fenômenos (pessoas, objetos, ideias e acontecimentos). Figuram como interesses da fenomenologia social a descrição do modo como os indivíduos agem no cotidiano, a maneira como ocorre a manipulação de fenômenos compartilhados e como incide a significação dos interesses pessoais e orientações sociais.

Destarte, Schutz (1970/2012) explora as ações que acontecem no mundo-da-vida em seus aspectos dinâmicos e ativos. O *mundo-da-vida* é o lugar onde as relações sociais se sucedem. São qualidades dele já existir antes de nós e servir de cenário para todas as experiências e todos os seus objetos. Nele ocupa-se um ambiente físico e sociocultural, em que se exprime um substrato pessoal vivenciado biograficamente.

A fenomenologia social entende que primeiro é necessário conhecer e descrever os elementos *do* e *no* mundo-da-vida que compõem o cotidiano da experiência humana e das relações sociais, para em seguida adentrar a esfera subjetiva desses fenômenos.

Schutz (1970/2012) investiga basicamente a intersubjetividade presente no mundo-da-vida. O autor considera inicialmente que o mundo já é algo existente, organizado e dado para a experiência. A compreensão e a interpretação desse mundo sempre são baseadas num estoque de experiências, transmitidas socioculturalmente. Por isso, a intersubjetividade não constitui um problema, pois os indivíduos de uma sociedade já se mostram em seus corpos e percebem a existência de outros indivíduos, e ambos se relacionam por meio de fenômenos comuns (por exemplo, a linguagem ou religião). Esse quadro é a base para a compreensão das ações humanas e, fenomenologicamente, é fundamental tanto para a Psicologia quanto para a Sociologia.

O mundo-da-vida em seu cotidiano é composto por diversos reinos da experiência, que são domínios de realidade em que os indivíduos interagem com fenômenos. Embora a obra de Schutz (1970/2012) aprofunde diversos domínios, interessam aos propósitos deste artigo as dimensões da consciência, da realidade e da compreensão empática.

Ressalta-se que o legado de Schutz se concentra mais no âmbito sociológico do que psicológico. É possível encontrar aportes desse pensador na obra de Berger e Luckmann (1966/2004), os quais desenvolvem a disciplina Sociologia do Conhecimento, e na teoria dos atos significativos, de Jürgen Habermas (1997), outro docente da *New School*.

Repensamento dos aportes de Rogers à luz da fenomenologia social

Assim como Rogers, Schutz (1970/2012) considera o entendimento jamesiano da consciência como uma função epistêmica do organismo que emerge de uma tensão com o ambiente (James, 1912/1979a). Na análise do sociofenomenólogo, todavia, a consciência é composta por atos intencionais. Essa transição ocorre mediante ao seguinte argumento.

A Psicologia dos EUA, de base funcionalista, roga um rigor científico que busca fundamentações nas Ciências Biológicas e inspiração nas Ciências Sociais. Na perspectiva de Antônio Gomes Penna (2006), essa Psicologia possui a tese de "(...) que qualquer fenômeno de natureza psíquica deveria expressar a simultânea presença de determinantes biológicos e sociais" (p. 26). A Fenomenologia, entretanto, estabelece outra lógica, ao considerar que as dimensões biológicas e sociais, sob o esteio da redução fenomenológica, possuem elementos de ordem psíquica (Penna, 2006). A atitude fenomenológica retira os mencionados determinantes de uma atitude natural, a qual pondera que as coisas existem por si, independentes da consciência, e passa a concebê-las como fenômenos do mundo-da-vida. Esses fenômenos aparecem para a consciência, que é intencional em seus atos, e não é funcional a uma tensão do organismo com o ambiente.

Eis por que a fenomenologia social de Schutz (1970/2012) aborda os fenômenos biológicos e sociais sobre outro viés, que reduz fenomenologicamente essas influências, de modo a apreender suas relações essenciais com o psiquismo e com o mundo-da-vida.

James (1890/1979b) reconhece que a consciência, quando surge, parece lidar com objetos externos e independentes dela. Rogers (1977/2001) reconhece essa posição e concentra seus estudos na capacidade de o organismo relacionar-se com o mundo, pois entende que a consciência, ainda que seja uma função evoluída, advém da mesma fonte das incongruências. Schutz (1970/2012) também reconhece o pensamento jamesiano,

mas o compreende como uma atitude natural que se manifesta cotidianamente no mundo e constitui uma realidade em comum, que merece ser investigada.

Schutz (1970/2012) concorda com a noção de que a consciência serve como operação de reconhecimento e interação com o mundo. A consciência é entendida, no entanto, como ato de significação dos fenômenos do mundo-da-vida. A consciência é a manifestação própria da intersubjetividade, pois contém um polo intencional próprio do sujeito e possui outro polo intencionado adequado aos fenômenos percebidos e experienciados por esse sujeito e outros indivíduos. Ressalta-se que ambos os polos possuem elementos do mundo-da-vida e relacionam-se com ele/nele.

A consciência, portanto, não está enclausurada em um organismo, pois ela é uma conjunção entre as manifestações intencionais dos atos corpóreos (sensações, instintos e respostas motoras), psíquicos (reações sentimentais) e espirituais (faculdades de reflexões, avaliações, decisões e controle) do indivíduo (Ales Bello, 2006). Este está em constante interação com as manifestações dos fenômenos circundantes no mundo-da-vida, que igualmente são dotados de significados e percepções compartilhadas (Schutz, 1970/2012).

Em outras palavras, a consciência não pertence, exclusivamente, nem ao polo individual (subjetivo), nem ao polo do mundo (objetivo). Ela é uma conjuntura deles, e só pode ser reconhecida pelos seus atos de apropriação e doação de significados. Todos os humanos possuem estruturas de consciência (atos corpóreos, psíquicos e espirituais) que são universais, ou seja, são comuns aos indivíduos em seus modos de ativação e são compartilhados por intermédio dos elementos do mundo-da-vida. Ocorre, no entanto, um caráter singular a cada experiência, pois os conteúdos do que foi intencionado e significado pela consciência possuem componentes sócio-históricos e culturais.

Rogers e Schutz buscam reduzir as determinações biológicas e sociais ao indivíduo. Rogers (1951/1992, 1977/2001), no entanto, reduz as aludidas determinações à revelia de um organismo e de uma personalidade que é perpassada pelas esferas das tendências à realização e formativa, e por elas pode, ou não, se tornar autônoma e autorregulada ao funcionamento próprio. Adotando a lógica schutziana, entende-se que as tendências mencionadas são fenômenos do mundo-da-vida, pois, ainda que elas sejam concebidas biológica e cosmologicamente como naturais, ambas possuem componentes subjetivos ao perpassar a dimensão do humano.

Sobre a posição da realidade, Schutz e Rogers concordam com o pensamento de James sobre a existência de um mundo constituído por múltiplas realidades. James (1902/1995) concebe a realidade como um "(...) sentimento de presença objetiva, uma percepção do que podemos chamar 'alguma coisa ali', mais profunda e mais geral do que qualquer um dos 'sentidos' especiais e particulares pelos quais a psicologia atual supõe que as realidades existentes são originalmente reveladas" (p. 47).

A realidade existe como fato composto por ideias abstratas que formam um manancial de todas as possibilidades conhecidas. O Filósofo pragmatista exprime que essa realidade só pode ser apreendida como uma realidade exterior quando duas ou mais consciências expressam um pensamento sobre o mesmo objeto. Existem, então, duas ordens de realidade (James, 1890/1979b): a inferior, possuidora de múltiplas realidades que variam de acordo com a pluralidade de consciências - há uma realidade para cada consciência; e a superior, em que as diversas consciências se relacionam com um só objeto percebido e pensado - várias consciências produzem uma realidade compartilhada. Ambas as realidades coexistem e interagem numa teia complexa de relações sociais.

Schutz (1970/2012) reconhece que James foi o primeiro a descrever as várias ordens da realidade vividas pelo homem.

Conforme o sociofenomenólogo, cada experiência proporciona um horizonte de mundo, bem como o mundo-da-vida provém de uma vasta possibilidade de experiências. No alcance da consciência há objetos que podem ser manipulados e outros não manipuláveis. No mundo social, experimenta-se uma transcendência de sentidos, experienciados individual e coletivamente.

Por exemplo, o sentido de honestidade é um valor transcendente ao eu e ao outro eu (tu). Esse sentido pode não pertencer a nenhum dos dois, mas é um ponto onde cada indivíduo pode estabelecer uma relação de confiança com o outro. O sentido de honestidade transpõe a individualidade e serve como horizonte para múltiplas relações. Os conteúdos que significam a honestidade variam entre as vivências pessoais e os grupos sociais, mas há um sentido geral, disponível e circundante no mundo-da-vida, que faz os indivíduos reconhecerem e compartilharem um sentido de honestidade. O sentido social do que é honesto permite indivíduos se conectarem a esse valor, reconhecê-lo e se posicionarem diante dele. As relações sociais possibilitam a comunicação e o exercício desse valor.

Nesse aporte, Schutz (1970/2012) entende que os sentidos circulando no mundo-da-vida criam referências "apresentacionais" para ordens simbólicas de realidades. Deste modo, o tecido do mundo-da-vida serve de apoio para diversas realidades, as quais se relacionarão distintamente com o mesmo fenômeno. Os conhecimentos popular, filosófico, religioso e científico, por exemplo, são produções culturais que abordam o mesmo fenômeno em perspectivas diferentes.

Schutz concorda com o entendimento de James de que cada realidade é verdadeira conforme experienciada, e Rogers (1977b) também perfilha tal convicção. Schutz (1970/2012), no entanto, prefere dissertar sobre *províncias de significações finitas*, no lugar de realidades múltiplas ou submundos. Conforme o autor, essa mudança terminológica refere-se a uma ênfase na

experiência de relação com cada mundo vivido (por exemplo, teatro, trabalho e time de futebol), ao contrário de priorizar as estruturas ontológicas e ônticas do objeto.

O cotidiano individual e social é repleto de várias províncias de significados finitos. Nelas, sentidos são acessados e vividos pela consciência intencional, experiências são compartilhadas e, na transição de uma província para outra, a consciência tenciona agir de um modo diferente (Schutz, 1970/2012). O mundo do trabalho, por exemplo, oferece vários sentidos acessíveis à consciência intencional e que são diferentes do mundo do lazer. Evita-se cotidianamente misturá-los. Essa transição de mundos (realidades) não requer coerência, pois um cientista que segue a lógica positivista no laboratório pode em casa se debruçar sobre sua religião xamânica. No cotidiano, as províncias exemplificadas não são necessariamente compatíveis. Cada uma, porém, possui um estilo de significação e interação peculiar que podem ser vividas conforme os interesses e as condutas de cada um. Por isso as províncias são finitas e dificilmente podem ser transpostas uma para outra.

Nesse aspecto, redimensiona-se o entendimento da noção rogeriana de campo fenomenológico. Este constitui uma (re)ação a diversas províncias de significados. Por conta disso, e do mesmo modo, os eus (*selves*) reais ou ideais e os estados congruentes ou incongruentes, igualmente, estão circunscritos por essas províncias. Tal perspectiva evita que o psicoterapeuta recaia em moralismos sobre uma forma de ajustamento (funcionamento) ou personalidade exemplar. O reconhecimento e a descrição dessas províncias são úteis a uma compreensão empática mais acurada ao cliente.

Conforme exposto, o modelo de compreensão empática rogeriano foca a elucidação do referencial interno que o indivíduo tem de si e de sua situação. Esse referencial remete-se à formação de personalidade (*self*) que, juntamente com a

experiência, é foco de compreensão do psicoterapeuta. Embora não vise diretamente à mudança de personalidade, a ACP igualmente adota a mesma lógica elucidativa.

Schutz (1970/2012) oferece uma crítica ao problema da compreensão empática dos conteúdos da experiência. Em sua uma intelecção, a compreensão empática se refere aos atos de imaginar ou recordar a significação da experiência do outro, como se ela fosse a nossa. A base geral da empatia é reconhecer "(...) o Tu como 'outro Eu', aquele cujas experiências são constituídas do mesmo modo que as minhas" (p. 193). Aqui se encontra um ponto comum entre o pensamento de Schutz e o de Rogers.

Distingui-se na teoria de Schutz, entretanto, uma possível crítica ao modelo de compreensão empática rogeriano. Utilizando a perspectiva da fenomenologia social, considera-se que o limite da compreensão empática de Rogers - que, conforme o elucidado, é monadológica - consiste em tentar recriar os conteúdos (referenciais internos) da consciência do outro, de modo a reconstituir sua personalidade, sem atentar para os elementos estruturais que ligam o Eu ao outro Eu (Tu). Esse enfoque restringe a compreensão do horizonte dessas estruturas universais a Nós, o que pode incorrer em descrições que perdem o movimento da consciência em seus atos, nos quais os conteúdos são elaborações posteriores que adornam esse movimento.

Não se prender aos conteúdos da experiência alheia, mas ao seu movimento estrutural, é estabelecer a noção de que *compreender* é descobrir o Eu no Tu, pois ambos são expressões do mesmo horizonte hermenêutico, o que torna possível a expressão de um mundo. Esse é o elemento comum compreendido mediante a empatia, e permite adentrar uma unidade na diversidade.

Compreender não é descrever, traduzir ou replicar os conteúdos que o outro expressa. É, neste ponto, que uma retomada as concepções fenomenológicas de

compreensão e empatia se tornam úteis para superar o paradigma conteudista de Rogers.

Schutz (1970/2012), embasado por Wilhelm Dilthey e Edmund Husserl, entende o ato compreensivo como uma re-vivência (*Nacherlebnis*) da vivência (*Erlebnis*) alheia. Isto ocorre por meio de uma transposição empática que capta as expressões do vivido. Para que ocorra a compreensão empática, é necessário primariamente um exercício de autocompreensão em face das realizações culturais que revelam as semelhanças, distinções, variações, invariações, universalidades e particularidades das relações sociais.

A compreensão empática, portanto, contém um elemento imaginativo que permite a re-vivência da experiência alheia e transcende a individualidade para implicações que fazem o Eu se (re)descobrir no Tu numa interposição de mundos (com)partilhados.

Para isso, urge pensar como os aportes aludidos permitem adentrar esse horizonte comum em que as experiências são estruturadas e compartilhadas. Eis por que a inclusão das concepções de mundo-da-vida e cultura é importante a uma releitura fenomenológica de Rogers. Para Schutz (1970/2012), a *cultura* é um mundo-da-vida regional que produz fenômenos materiais (uma cruz), ideais (cristianismo), tipológicos (cristão) e eventuais (páscoa). Essa produção humana possui diversas províncias de significação, nas quais é possível identificar as expressões humanas.

A compreensão dessas províncias permite conhecer e examinar que manifestações subjetivas individuais interagem, por atos sociais, com outras subjetividades. Esses atos sociais tem relação com um posicionamento que a pessoa toma em sua realidade vivida.

Essa lógica considera, portanto, que os sintomas apresentados por uma pessoa não são expressões singulares de uma subjetividade enclausurada, mas sim de um dado circulante no mundo-da-vida, compartilhado intersubjetivamente. Um sintoma de anorexia, por exemplo, não existe

somente como um conteúdo interno da experiência vivida de uma pessoa, pois se trata de um fenômeno cultural que circunscreve o mundo-da-vida de muitos.

Considerações finais

Rogers foi um psicoterapeuta e pesquisador atento às querelas científicas de sua época. Longe de desmerecer a contribuição que esse Psicólogo trouxe para as esferas acadêmicas e profissionais, este artigo intencionou recapitular e repensar determinadas concepções rogerianas consideradas monadológicas, de modo a exhibir alguns pontos de entendimento que as transcendam, pelo viés sociofenomenológico de Schutz.

Embora possuam diversos elementos conexos, as noções de consciência, realidade e empatia representaram a referida concepção. Os pontos expressos entre Rogers e Schutz focaram as articulações e confrontos entre a consciência funcional-intencional, realidade intrassubjetiva-intersubjetiva e empatia conteudista-estrutural. Essas pautas de entendimento, além de problematizarem a TCC e a ACP, se propuseram implicar o pensamento rogeriano numa vertente sociofenomenológica.

Ressalta-se que o fato de apontar as limitações de Rogers, de modo a repensá-las numa epistemologia metacientífica, não o torna mais intersubjetivo e menos monadológico. Contribui, todavia, para o desenvolvimento de uma ACP pós-rogeriana atualizada à perspectiva brasileira de uma abordagem *descentrada* da pessoa (Moreira, 2010).

Para finalizar, convém destacar a ideia de que se valer do entendimento de Leibniz sobre mônada para revisitar uma abordagem psicológica, com intento de verificar o quão monadológica é sua concepção de subjetividade, trata-se de um exercício profícuo de debate teórico. Sugere-se que tal exercício possa ser empregado no entendimento de outras abordagens, como a

Gestalt-Terapia, a Logoterapia, a Dasein-análise e o Psicodrama.

Referências

- Ales Bello, A. (2006). *Introdução à fenomenologia* (J. Garcia. & M. Mahfoud, Trads.). Bauru, SP: EDUSC.
- Amatuzzi, M. & Carpes, M. (2010). Aspectos fenomenológicos do pensamento de Rogers. *Memorandum*, 19, 11-25. Recuperado em 16 de julho, 2012, de <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wpcontent/uploads/2010/12/amatuzzicarpes01.pdf>.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade* (24a ed., F. Fernandes, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes. (Original publicado em 1966).
- Bezerra, M. E. S. (2007). *Um estudo crítico das psicoterapias fenomenológico - existenciais: terapia centrada na pessoa e gestalt-terapia*. Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- Castelo Branco, P. C. (2011). A noção de organismo do fideioteórico de Carl Rogers: uma investigação epistemológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 17(1), 104-105. Recuperado em 20 de julho, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Castelo Branco, P. C. & Barrocas, R. L. L. (2012). O método histórico-crítico e a pesquisa epistemológica em psicologia: uma perspectiva de Jean Piaget. *Memorandum*, 23, 40-51. Recuperado em 20 de julho, 2012, de http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wpcontent/uploads/2012/06/castelobranco_barrocas01.pdf.
- Harbermas, J. (1997). *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos* (3a ed). Madrid: Cátedra.
- James, W. (1979a). Ensaio sobre o empirismo radical. Em W. James. *Os pensadores* (pp.171-230., J. Silva. & P. Mariconda, Trads.). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1912).
- James, W. (1979b). Princípios de psicologia. Em W. James. *Os pensadores* (pp.119-169., J. Silva. & P. Mariconda, Trads.). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1890).
- James, W. (1995). *As variedades da experiência religiosa: um estudo sobre a natureza humana* (O. Cajado, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1902).
- Japiassu, H. & Marcondes, D. (2001). *Dicionário básico de filosofia* (3a ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Miranda, C. S. & Freire, J. C. (2012). A comunicação terapêutica na abordagem centrada na pessoa. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(1), 78-94. Recuperado em 30 de julho, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672012000100007&script=sci_arttext.
- Moreira, V. (2007). *De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia*. São Paulo: Annablume
- Moreira, V. (2009). *Clínica humanista fenomenológica: estudos em psicoterapia e psicopatologia crítica*. São Paulo: Annablume.
- Moreira, V. (2010). Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(4), 537-544.
- Penna, A. G. (2006). *Os filósofos e a psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rogers, C. R. (1969). *Psychotherapy and personality change*. Chicago: University of Chicago Press. (Original publicado em 1954).
- Rogers, C. R. (1977a). Teoria e pesquisa. Em C. Rogers & M. Kinget, *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva* (Vol.1., pp. 143-282., M. Bizzotto, Trad.). Belo Horizonte: Interlivros. (Original publicado em 1959).

Rogers, C. R. (1977b). *Precisamos de "uma" realidade?*. Em C. Rogers. & R. Rosenberg. *A pessoa como centro* (pp. 185-194., R. Rosenberg, Trad.). São Paulo: EPU.

Rogers, C. R. (1983). *Um jeito de ser* (M. Kupfer, Trad.). São Paulo: EPU.

Rogers, C. (1992). *Terapia centrada no cliente* (M. Ferreira, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1951).

Rogers, C. R. (1997). *Tornar-se pessoa*. (5a ed, M Ferreira. & A. Lamparelli, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1961).

Rogers, C. R. (2001). *Sobre o poder pessoal*. (4a ed., W. Penteado, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977).

Rogers, C. R. (2008). As condições necessárias e suficientes para mudança terapêutica na personalidade. Em J. Wood. (Org.). *Abordagem centrada na pessoa*. (4a ed., pp 143-162). Vitória, ES: EDUFES. (Original publicado em 1957).

Schutz, A. (2012). *Sobre fenomenologia e relações sociais* (H. Wagner, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1970).

Vieira, E. M. & Freire, J. C. (2006). Alteridade e psicologia humanista: uma leitura ética da abordagem centrada na pessoa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 23(4), 425-432.

Sobre o autor:

Paulo Coelho Castelo Branco:

Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Psicologia, concentração em Psicanálise, Práticas Clínicas e Epistemologia das Psicologias, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).
pauloccb branco@gmail.com

Recebido em: 28/08/2012

Aceito em: 30/11/2012

CIÊNCIA E PESQUISA CENTRADAS NA PESSOA: TRÊS MODELOS E SEUS EFEITOS NA CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO ACADÊMICA

PERSON-CENTERED SCIENCE AND RESEARCH: THREE MODELS AND ITS EFFECTS ON CONDUCTING ACADEMIC INVESTIGATION

Yuri de Nóbrega Sales

Universidade Autónoma de Lisboa

André Feitosa de Sousa

Universidade Autónoma de Lisboa

Francisco Silva Cavalcante Junior

Universidade Federal do Ceará-UFCE

Resumo

Este artigo busca delinear, em uma perspectiva conceitual que se vale de aportes históricos, três modelos metafórico-imagéticos de ciência que são distintos e que podem ser derivados da teoria de Carl Rogers. Enquanto os dois primeiros foram consolidados antes de 1987, ano do seu falecimento, o terceiro, aqui apresentado apenas de forma introdutória, pode ser considerado um desafio póstumo originado do conceito de Tendência Formativa, proposto pelo autor já na década de 1970. Parte-se da compreensão que a Abordagem Centrada na Pessoa herdou uma dimensão científica e uma postura acadêmica que devem ser atualizadas na contemporaneidade ou descartadas enquanto elementos defasados. Para realizar tal julgamento, entretanto, é preciso conhecer a racionalidade imagética que embasa estes dois modelos consolidados de ciência, tarefa brevemente realizada neste artigo, e conceber as possibilidades metodológicas provindas do conceito de tendência formativa.

Palavras-chave: terapia centrada no cliente; ciência; métodos de pesquisa; construção de conhecimento;

Abstract

This article aims at discussing three distinct metaphorical-imagetic models for describing scientific activity, based in an approach which recovers historical references as to provide conceptual framework inspired on Carl Rogers' theory. While the first two were developed before his death in 1987, the third was mentioned here in an introductory view, considered a post-mortem challenge inherited by the concept of Formative Tendency as conceived during the 1970s. Understanding the Person Centered Approach as the heir of a particular scientific dimension and academic posture the authors argue how to actualize those templates for contemporary days as to avoid dismissing those elements completely. In order to apply adequate criterias, it is urgent to acknowledge the imagetic rationally supporting those two previous scientific models and imagine the methodological possibilities related with the concept of Formative Tendency.

Keywords: Client-Centered Therapy; Science; Research Methods; Knowledge Building;

Resumen

Este artículo intenta esbozar, desde una perspectiva conceptual que se nutre de aportaciones históricas, tres modelos metafóricos de la ciencia que son distintos y se pueden derivar de la teoría de Carl Rogers. Mientras que los dos primeros se consolidaron antes de 1987, año de su muerte, el tercero, que aquí se presenta sólo de manera introductoria, se puede considerar un desafío póstumo originado del concepto de tendencia formativa, ya propuesta por el autor en los años 1970. Se inicia con el entendimiento de el enfoque centrado en la persona hereda una dimensión científica y una postura académica que deben ser actualizadas en la contemporaneidad o retrasado como elementos obsoletos. Para hacer tal juicio, sin embargo, se debe conocer la racionalidad imagética que subyace de estos dos modelos consolidados de la ciencia; una tarea que se realiza brevemente en este artículo, y concebir posibilidades metodológicas del concepto de tendencia formativa.

Palabras rasrasclave:clave: terapia centrada en el cliente; ciencia; construcción de conocimiento; métodos de investigación.

Contextualizando Imagens

Para os historiadores da Psicologia no Século XX, é inegável a contribuição do pesquisador e psicoterapeuta norte-americano Carl Rogers para o desenvolvimento e difusão da Psicologia científica, tanto pelos métodos de pesquisa desenvolvidos por este pensador, como por suas descobertas no campo da psicoterapia, processos grupais, mediação de conflitos e outras atividades do campo psicológico.

Rogers está, portanto, localizado na genealogia dessa Psicologia Moderna, como um cientista de percurso acadêmico notável que fez avançar os pressupostos que herdou da ciência que lhe foi anterior, ao tempo em que contribuiu para formulações e demandas do seu tempo. Entretanto, para o próprio Rogers, como podemos constatar por meio da sua biografia, a relação com a ciência sempre foi caracterizada por certo traço de ambiguidade e tensão.

Nas décadas mais recentes, este "desconforto" originalmente herdado de Rogers, migra para uma desvinculação de

profissionais da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) aos cenários e disputas acadêmicas. No que diz respeito especificamente ao caso do Brasil, parece que esta abordagem está perdendo sua vitalidade científica e inserção nas atividades da vanguarda de pesquisa e atualização de conhecimentos.

Acreditamos que uma parcela desta "diáspora acadêmica" deve-se à incompreensão da herança científica da ACP, bem como à dificuldade de contribuir, transformar e subverter este modo histórico de relacionar-se com a ciência, quiçá empoeirado de afetos enrijecidos e ideias residuais daquela curiosidade endêmica que Rogers e seus companheiros outrora encontravam na prática da pesquisa científica.

Buscando, por conseguinte, desvendar alguns pontos conceituais dos modelos de ciência apoiados e/ou praticados por Rogers nas décadas passadas e motivados com a possibilidade de vislumbrar uma nova experiência científica e de pesquisa na contemporaneidade, pretendemos neste

artigo discorrer sobre três modos de expressões ou metáforas científico-metodológicas de pesquisa utilizadas na tradição da Psicologia Humanista, especialmente aquelas vinculadas à história da Abordagem Centrada na Pessoa.

Cada metáfora é um conjunto imagético e estruturante de pressupostos sobre o que é a natureza do ser humano e o conhecimento produzido por ele. Estas imagens formam o território implícito, numa combinação de afetos, ideias e crenças, de toda concepção metodológica. As duas primeiras referem-se às racionalidades e aos modelos já estabelecidos na tradição da Terapia Centrada no Cliente, sendo a terceira, para efeito desse trabalho, apenas indicada enquanto esboço de uma trajetória surgida a partir de desafios teóricos e metodológicos engendrados pelas experiências e conceitos presentes na última fase do pensamento de Rogers¹.

A Metáfora do Minerador

A mineração, de acordo com Bauman (2005), tornou-se o símbolo da postura humana durante a Modernidade. Nesta atividade,

O novo é criado no curso de uma metódica e impiedosa dissociação entre o produto-alvo e tudo mais que se coloque no caminho de sua chegada. Preciosos ou de pouco valor, metais puros podem ser obtidos apenas removendo-se a escória e o borralho do minério. E só se pode chegar ao minério removendo-se e depositando-se camada após camada do solo que impede o acesso ao veio - tendo-se primeiro cortado ou queimado a floresta que impedia o acesso ao solo [...]. *A mineração é um movimento de mão única, irreversível e irrevogável.* A crônica da mineração é um túmulo de veios e poços repudiados e abandonados. A

¹Aqui utilizamos uma divisão histórica e conceitual entre TCC (Terapia Centrada no Cliente) e ACP, ainda que entendamos, junto com John Wood (2008), que não se tratam de abordagens intrinsecamente distintas.

mineração é inconcebível sem o refugio (p.31, grifo nosso)

A ciência tomou uma forma particular da atividade humana ocidental, da qual até hoje somos herdeiros, em certa medida cúmplices de uma visão de Modernidade. René Descartes, eminente filósofo do pensamento Ocidental, buscou concretizar, com ímpeto e destreza conceitual, o ideal de uma verdade universal, capaz de garantir um conhecimento seguro, formulando, para tanto, um método com essa finalidade.

Esta cognição experimental, seguindo o significado etimológico da palavra (método enquanto "caminho"), visava a uma descrição dos pressupostos e dos procedimentos necessários para alcançar-se o conhecimento verdadeiro.

Para Descartes, "filosofia e pensamento metódico coincidem, o que equivale a dizer que na maioria dos casos a *verdade não se revela espontaneamente*, mas, antes, deve ser *garimpada* por toda parte pelo entendimento" (Silva, 2004, p. 12, grifo nosso). Obviamente, dado o esforço de todo trabalho de mineração, é preciso produzir o refugio (separar a impureza) para chegar-se ao objetivo almejado.

Ainda no caso de Descartes, os elementos humanos que se tornaram refugio desta empreitada em nome da verdade, no que concerne especificamente a prática científica, foram: o papel da corporalidade na produção do conhecimento, os pensamentos e sentimentos pessoais do pesquisador no processo de pesquisar, a metáfora de um objetivo científico estável a ser alcançado.

A partir deste marco de fundação da ciência moderna, deste horizonte, portanto, na produção de refugos, forjado principalmente por Descartes e, ato contínuo, aprimorado em Newton, novos desenvolvimentos científicos e metodológicos foram sendo gestados e difundidos. Um destes é o Positivismo (dito clássico), bastante conhecido na história da ciência.

Apesar das diferenças existentes entre os postulados de Descartes e do Positivismo,

o primeiro traz para si os princípios de uma verdade universal, configurada a partir de interações mecanicistas, capaz de ser apreendida em sua ordenação natural, por um conhecedor "purificado" de seus elementos subjetivos, derivando, em grande medida, estes componentes de uma Filosofia Cartesiana.

No caso do Positivismo, entretanto, o método para obter-se essas condições é científico e não propriamente filosófico-metafísico, concluindo que, através da observação e da explicação, "tudo que pudesse ser provado por meio de experiências seria científico" (Chaves Filho & Chaves, 2000, p.72).

É importante fazer esse pequeno retrospecto sobre o papel de Descartes e do Positivismo na ciência moderna, ainda que bastante sucinto e superficial, já que foi no contexto de uma ciência psicológica de orientação positivista e de cunho funcionalista, amplamente difundida nas universidades norte-americanas, que Rogers primeiramente utilizou o método científico para corroborar a sua inovadora abordagem em aconselhamento, então denominada de não-diretiva, no surgir dos anos 1940.

Discorrendo sobre a teoria da Terapia Centrada no Cliente, Messias & Cury (2006) afirmam que a racionalidade conceitual desta prática preservou "elementos de uma visão positivista sobre as relações interpessoais, compreensíveis à luz da formação acadêmica de Rogers, fortemente sustentada em pilares de uma tradição anglo-saxônica funcionalista" (p.355).

As várias descrições das pesquisas feitas por Rogers, guiadas por referenciais positivistas, estes, por sua vez, alicerçados na metáfora do minerador, demonstram que ideias como objetividade e neutralidade do pesquisador estavam presentes nas suas primeiras incursões científicas, principalmente nas investigações que concernem ao estudo da psicoterapia.

As pesquisas com a Técnica Q, adaptadas por Rogers para compreender as relações entre o *self* e a sua imagem

idealizada, possuíam uma base explicitamente positivista, semelhante às várias outras pesquisas desenvolvidas no campo da Psicologia norte-americana, o que possibilitou que a Terapia Centrada no Cliente adquirisse um status de cientificidade em seu ambiente acadêmico da época (Hall & Lindzey, 1984).

Entretanto, já em 1953, no clássico texto "Pessoa ou ciência: uma questão filosófica", posteriormente inserido no livro *Tornar-se pessoa* (Rogers, 1997), Rogers explicita o confronto que vivenciava entre uma perspectiva científica, baseada nesta metáfora do minerador, e a sua experiência direta como psicoterapeuta, sustentada em outro campo relacional.

Na verdade, este modelo de ciência aplicado por Rogers à época anula a experiência, elemento chave da sua Abordagem Centrada na Pessoa (Rogers, 1997) e da atividade do psicoterapeuta-Sherpa (Bowen, 2004), tornando-a meramente um dos refugos liberados. Não casualmente, Rogers vivia este conflito entre duas partes de si mesmo (os compromissos do terapeuta e do cientista): uma vez terapeuta, sua experiência era marcada por momentos de inteira disponibilidade para com o outro, abandono de si na relação interpessoal e o sentimento de interconexão/integração; enquanto, por outro lado, a partir de suas próprias premissas e requisitos de rigor metodológico, seu papel de cientista exigia controle, análise, repetição, observação e experimentação.

A interpretação de Rogers sobre esta dualidade é que ela apenas se torna possível quando a Ciência é grafada com letra maiúscula, como uma entidade metafísica, ou uma instituição por si, depositário abstrato de toda a verdade do mundo - que é justamente o que faz a metáfora do minerador.

A "verdadeira" ciência, entretanto, aquela com letra minúscula e de qualidades congruentes, é feita por pessoas-cientistas e, deste modo, qualquer conhecimento produzido em seu território de transparência surge a partir da própria experiência do pesquisador. Esta conclusão pode ser

observada até mesmo nas formas mais sutis de comportamentos do pesquisador, em vista, por exemplo, de optar por um método de investigação e não outro.

Dito de outra maneira, o processo de terapia e a produção de verdades científicas estão encarnados no homem através de experiências concretas e dependem da abertura/disponibilidade dele para adentrar a sua própria existência. Como afirma Rogers (2008), "ciência não é uma coisa impessoal, mas simplesmente uma pessoa vivendo uma outra face de si mesma" (p. 141). Obviamente, esta reconsideração sobre a atividade científica desloca Rogers para outro território imagético e metafórico de ciência que não aquele tradicionalmente positivista.

Simultaneamente a este desconforto em relação à "estreiteza experiencial" da ciência, novos conceitos e racionalidades foram emergindo na ACP, alterando drasticamente, no âmbito propriamente teórico, essa relação entre um positivismo científico e uma perspectiva de trabalho profundamente centrada na pessoa:

Apesar de confirmar a validade do método Positivista, Rogers iniciou gradativamente questionamentos com relação a sua utilização e às opções dentro das quais ele é praticado, tendo como referência a sua experiência como terapeuta e a dimensão múltipla, complexa e paradoxal do processo terapêutico [...] À medida que Rogers vai abrangendo toda a amplitude dos temas que vem trabalhando, vai gradativamente formulando conceitos mais amplos que, vinculados ao seu processo experiencial, vai transformando, ainda que de forma bastante inicial, segundo ele próprio, sua visão de mundo, de realidade e de ciência. Este processo vai sendo descrito através de novas formulações que demonstram uma tentativa de libertação dos postulados positivista e fundacionistas, como é o caso da formulação do conceito de Tendência Formativa (Barreto, 1999, p.35 e 38, grifo nosso)

Neste sentido, referindo-se ao surgimento de várias metodologias de

pesquisa inovadoras que então foram desenvolvidas na segunda metade do século XX e que pretendiam inserir a experiência do pesquisador e do sujeito pesquisado no cerne dos métodos vigentes, o próprio Rogers afirmou que o embate entre os positivistas e os pós-positivistas fora encerrado (O'Hara, 1985). Contudo, sem o obstáculo do positivismo e de sua correspondente metáfora do minerador, em que direção a interseção entre ciência e a Abordagem Centrada na Pessoa estava encaminhando-se à época?

A Metáfora do Agricultor

Um teórico importante nesse processo de mudança de concepções científicas e metodológicas na ACP foi Michael Polanyi (Coulson & Rogers, 1973). A partir de sua conceituação sobre a presença ubíqua de uma dimensão humana tácita em toda forma de conhecimento, ou seja, de aspectos do saber que não são passíveis de descrições ou explicações², esse filósofo do conhecimento sublinhou a importância do pesquisador, enquanto elemento ativo do processo de conhecer, inclusive, e sobretudo, no empreendimento científico.

Polanyi afirmava que também o nosso corpo exercia um papel essencial na produção do saber, atuando como elemento da dimensão tácita a partir da atividade de *indwelling*, ou seja, a atividade de subsidiariamente residir e deslocar-se, a partir de uma qualidade corporal, na experiência do outro (Cavalcante Junior, 2008).

De uma forma prática, sua teoria teve conseqüências ao defender o papel essencial do pesquisador na ciência, tanto no que concernem as escolhas referentes às etapas de pesquisa, quanto ao próprio processo de descoberta científica. Polanyi buscava construir uma teoria do conhecimento que

A filosofia do conhecimento tácito, que remonta ao diálogo entre Sócrates e Meno, escrito por Platão, afirma que nós sabemos mais do que podemos comunicar (Polanyi, 1962).

comprovasse a presença de valores pessoais na ciência, permitindo a formação de uma sociedade de exploradores seguindo tacitamente suas intuições como elementos legitimados do conhecimento, desmantelando, assim, a premissa ilusória de um conhecimento científico puramente objetivo (Gill, 2000) - leia-se, aqui, a metáfora do minerador.

A partir de uma filosofia da ciência pós-crítica elaborada por Polanyi (1962), dentre outros movimentos de contestação epistemológica daquele momento do século XX, ocorridos particularmente no bojo das ditas ciências naturais, pesquisadores humanistas puderam elaborar métodos de pesquisas qualitativos que buscassem compreender os fenômenos a partir da perspectiva pessoal dos sujeitos investigados onde a experiência do próprio pesquisador, em maior ou menor grau, também exercesse um papel ativo neste processo de investigação.

Muitos destes métodos já foram utilizados inúmeras vezes e possuem aplicações suficientemente descritas, além de pesquisas que discutem acerca da pertinência e validade, capazes de comprovar sua eficácia (Marques-Teixeira, 2004). Utilizando em grande parte as teorias e pensamentos de Michael Polanyi, juntamente com a teoria de Eugene Gendlin, um renomado psicólogo humanista, que teve participação ativa na fundação deste movimento, criou o Método Heurístico (Moustakas, 1990). Tendo como critério sua utilização pelos acadêmicos de Psicologia Humanista, podemos afirmar que o método heurístico de Clark Moustakas tornou-se um dos mais consistentes nos objetivos da Psicologia Humanista. De acordo com Douglas & Moustakas (1985),

A pesquisa heurística é uma busca pela descoberta do sentido e da essência em experiências humanas significativas. [O método] instala um processo subjetivo de reflexão, exploração, peneiramento e elucidação da natureza do fenômeno sob investigação. Seu propósito último é

clarificar um problema, questão ou tema escolhido (p.40, tradução nossa).

Apesar de Moustakas (1990) referir-se ao Método Heurístico mais como uma atitude do que um método, basicamente o caminho heurístico oferece um trajeto sistematizado para o engajamento num processo de auto-descoberta que possibilita descrição e análise dos dados produzidos: toda pesquisa heurística parte de uma pergunta ou dilema existencial, apreendido e delineado por meio dos difusos elementos da experiência presentes na consciência, para, então, alcançar a resolução ou a compreensão dessa questão.

Por ser um método baseado em princípios autobiográficos que buscam delinear os significados de determinada experiência humana pessoal, a prioridade de sua epistemologia está em permitir, em termos metodológicos, a liberdade do pesquisador, ao invés de impor regras ou mecanismos que impediriam o fluxo de auto-descoberta.

O método heurístico não busca um fim específico ou *a priori* considerado como universalmente válido, na medida em que se apresenta como um guia técnico para potencializar a emergência da auto-compreensão de um fenômeno. Ainda para o Método Heurístico, é nas imediações do *self*, enquanto espaço de mobilização afetiva e intuitiva, que irão ser desenvolvidas as atitudes de auto-exploração e auto-diálogo, buscando compreender camadas pessoais significativas de determinado fenômeno pesquisado.

É necessário para isso um movimento constante de apreensão do fenômeno e de retorno ao (auto-)diálogo - seja este feito pelo pesquisador consigo mesmo ou deste com os co-pesquisadores³ - para verificar os

Co-pesquisador é um nome utilizado por Moustakas (1990) para substituir antigas denominações, como sujeito pesquisado. A premissa que perpassa esta mudança de vocabulário é de que existe uma ambientação relacional entre os atores da pesquisa heurística.

novos elementos que emergiriam durante o encontro com o fenômeno pesquisado. Nessa circularidade, busca-se descrever novos sentimentos, pensamentos e sensações que foram registrados no decorrer do processo de pesquisa.

Para Sela-Smith (2002), o objetivo do método heurístico é uma espécie de jornada interior (*self-search*) com finalidade metodológica, produzindo um mapeamento fluído dos sentimentos e processos experienciais do próprio pesquisador. Holanda (2006) parece concordar com este entendimento, quando afirma que a principal característica do referido Método é o seu foco na auto-descoberta, ou seja, no papel do *self* do pesquisador no decorrer de todo o processo científico⁴.

O método heurístico é, portanto, uma plataforma atitudinal que visa ao aprofundamento da relação de si (*self* do pesquisador) consigo mesmo e de si com os outros, sempre partindo do ponto de referência interno do pesquisador. Trata-se de um processo primordialmente de crescimento, a partir de uma jornada por excelência para descoberta de novos significados, que, por sua vez, possibilitariam a emergência de significados adicionais no futuro.

Há uma premissa implícita, neste método, de um processo de crescimento progressivo em que, paulatinamente,

É importante apenas salientar que Sela Smith (2002) acredita que há uma ambigüidade no método heurístico que provoca rupturas internas. De acordo com ela, muitas vezes Moustakas parece afirmar que o objetivo do método não é a auto-descoberta dos sentidos de uma determinada experiência para o pesquisador, mas a busca por uma essência desta experiência, potencialmente desconectada do seu *self*. Esta última postura ela entende como sendo representativa do método fenomenológico. Neste sentido, existem muitos pontos obscuros relacionados as diferenças e similaridades entre dois métodos - fenomenológico e heurístico. Apesar disso, Douglas & Moustakas (1985) afirmam categoricamente serem métodos distintos. Pesquisas nessa área, ainda que incipientes, já foram iniciadas (Castelo Branco et al., 2009).

ocorreria maior apreensão dos significados da experiência do pesquisador e dos co-pesquisadores. Toda mudança, ou *insight*, é abalizada, avaliada e integrada a partir de elementos do próprio *self* que servem como demarcadores processuais.

Em termos imagéticos, poderíamos comparar este processo a um alpinista subindo uma montanha: cada nova descoberta é um calço encravado na fenda da rocha, dificultando uma queda brusca, ou não programada, e auxiliando o escalador a seguir seu caminho mais ou menos planejado.

Ainda que mudanças de percurso possam ocorrer - e elas realmente ocorrem, muitas vezes produzindo espanto, medo e insegurança - estas sempre serão delimitadas e referenciadas pelos aspectos significativos (calços) fixados e estabelecidos anteriormente pelo *self* (do alpinista); ou seja, trata-se de um movimento orgânico em que o processo anterior, se não determina, pelo menos conduz fortemente o movimento posterior, a partir da exigência de integração num todo inter-relacionado.

Neste sentido, o *self* do pesquisador é o ator, diretor, palco e o próprio cenário de atuação neste que é um processo de auto-construção, como identifica o próprio criador do Método Heurístico:

Como pesquisador, eu sou a pessoa que é desafiada a apreender o significado das coisas e a dar a estes significados um movimento vital. Eu ofereço a luz que guia a explicação de algo e o conhecimento deste algo. Quando entendo seus elementos constituintes algo emerge como sólido e real (Moustakas, 1990, p.12, tradução nossa)

Em termos metafóricos, esta expressão heurística poderia, em muitos pontos, aproximar-se da postura do agricultor sedentário, no exercício de cultivar a terra, em um processo sempre conectado e crescente de integração com a natureza. Nessa atividade de cultivo, pode haver mudanças no plantio, como pressupõe o modelo de rotatividade, porém de forma

integrada e de acordo com a situação do solo e necessidades do agricultor.

Se o modelo de mineração é caracterizado por uma unidirecionalidade, o modelo de agricultura apoia-se na perspectiva de um movimento integrado e orgânico. Bauman (2005), discorrendo sobre a postura do agricultor, afirma que a agricultura:

Devolve deliberadamente o que extrai da terra [...] *representa a continuidade*: um grão é substituído por outros grãos, uma ovelha dá luz a mais ovelhas. O crescimento como ratificação e reafirmação do ser... um crescimento sem perdas ... nada se perde no caminho. À morte segue-se o renascimento. Não admira que as sociedades de agricultores tivessem como certa a eterna continuidade dos seres (p. 30-31, grifos nossos).

No método heurístico, o trânsito de mudanças, reguladas por abalizadores do *self*, numa apropriação crescente da vida a partir dos significados atribuídos pelo pesquisador, fomenta um crescimento e continuidade que se assemelha a do agricultor, em eterno processo de integração: significados dão origem a novos significados, que alteram os antigos, que criam novos significados e assim sucessivamente, seguindo um caminho de atualização dos potenciais.

Trata-se de um circuito de movimento onde não há propriamente perdas ou mortes, já que o organismo exerce sua capacidade de produzir sentido, este sendo nada mais que um vínculo que ata elementos díspares, de forma contextualizada e integrada, a partir de uma auto-referência (organísmica, no caso).

De fato, o método heurístico, por meio da fundação de uma metáfora da agricultura como processo de conhecimento, possibilitou a criação de etapas metodológicas e conceitos para o andamento de uma pesquisa que se interesse pelos significados sempre moventes (atualizantes) de caminhos experienciais no *self*. Essa perspectiva parece estar intimamente relacionada, conforme

denominações da ACP, aos aspectos da personalidade⁵.

Entretanto, desde o final da década de 1970, Rogers já havia formulado o conceito de tendência formativa, ampliando e modificando uma premissa de alteridades geológicas que já estava implícita no conceito de tendência atualizante, embora muitas vezes esquecida: a experiência não está circunscrita a personalidade, possuindo, na verdade, laços de co-constituição com outros arranjos vitais dentro e fora do organismo, processos com expressões mais amplas e seus modos complexos de constituir relações. Como afirma Sousa (2008),

Muito embora conteúdos, demandas, dificuldades e bloqueios da personalidade estejam inseridos nos processos de atualização pessoal e de auto-realização, a expressão total (ou funcionamento pleno) da natureza humana e seu potencial de Vida não estão restritos as configurações, às motivações e às exigências dessa personalidade (p.97)

É preciso, então, contextualizar a importância do conceito de tendência formativa e os desafios e possibilidades que ele apresenta às questões metodológicas em pesquisa na ACP, já que Rogers afirmou explicitamente que a tendência formativa e a tendência atualizante eram as pedras basilares da Abordagem Centrada na Pessoa (Rogers, 1983).

Para o criador da ACP (Rogers, 1983),

Historicamente podemos definir que a Terapia Centrada no Cliente (TCC) possuía seu foco na personalidade enquanto a Abordagem Centrada na Pessoa ultrapassa esse escopo ao levar a radicalidade o conceito de tendência atualizante e formular o conceito de tendência formativa (Sales, 2010). Na concepção de Castelo Branco (2010), a Abordagem Centrada na Pessoa se caracteriza pela transição de uma perspectiva funcionalista para uma perspectiva sistêmica. Uma demonstração da conexão e equivalência entre TCC e Método heurístico foi a utilização deste método em algumas pesquisas relacionadas a este modelo de terapia (Moustakas, 1990), mas isto não inclui exatamente pesquisas envolvendo a ACP

Quando criamos um clima psicológico que permite que as pessoas sejam - sejam elas clientes, estudantes, trabalhadores ou membros de um grupo - não estamos participando de um evento casual. Estamos tateando uma tendência que permeia toda a vida orgânica - uma tendência para se tornar toda a complexidade que um organismo é capaz. Em uma escala ainda maior, creio que estamos sintonizando uma tendência criativa poderosa, que deu origem ao nosso universo, desde o menor floco de neve até a maior galáxia, da modesta ameba até a mais sensível e talentosa das pessoas [...] Este tipo de formulação é, para mim, uma base filosófica para a Abordagem centrada na Pessoa. Ela justifica meu engajamento com um jeito de ser que é afirmativo da vida (p.134).

A partir da elaboração deste conceito, Rogers (1983) menciona: "nossas experiências na terapia e nos grupos, está claro, lidam com o transcendente, o indescritível, o espiritual" (p. 131). Fala-se, então, de posturas mais abertas ao desconhecido, ao mistério, à ambiguidade, às incertezas (Wood, 2008); de abertura ao fluxo vital da Vida e intumescência (Sousa, 2008); de presença, silêncio e flexibilidade para novas criações da vida (Sales, 2008); de aspectos orgânicos/humanos e inorgânicos/não-humanos previstos no conceito de tendência formativa, refletindo sobre como ultrapassar a percepção da personalidade e das fronteiras do corpo programado (Neville, 1999); de múltiplos sistemas e sua complexidade (Kriz, 2006); fala-se sobre interdependência (Cornelius-Whyte, 2007); enfatiza-se, enfim, sobre o humano como resultado de interações e processos vitais amplos e constantes (Ellingham, 2006).

Richard Bryant-Jefferies (2005) interpela-nos com a experiência concreta, sob um prisma eminentemente da Tendência Formativa:

O quão amplo podemos conduzir a abordagem centrada na pessoa em suas aplicações? (...) O que significa ter uma sensibilidade empática em relação às árvores e os pássaros, os oceanos, as

montanhas? O que mudaria se os seres humanos em um grande número sentissem, genuinamente, um apreço positivo incondicional de coração inteiro a respeito do reino animal? O que aconteceria se permitíssemos a nós mesmos, em massa, experienciar abertamente o que está presente dentro de nós quando enxergamos uma floresta ser derrubada, ou um vazamento químico lançado em nossos rios e oceanos, permitir a nós mesmos sentir a solidariedade intrínseca que temos porquanto, nós, também, somos produtos da natureza e dirigidos a frente pelo aspecto humano de tendência formativa universal? (...) Esse é, para mim, o coração do centramento na pessoa (p. 8, tradução nossa).

Essas qualidades da experiência formativa acima descritas trazem-nos um sentido de multi-direcionalidade da experiência, reconhecendo que essas inúmeras direções não apenas partem do *self*, como uma tentativa de apreender as marcas feitas em si (simbolizadas) a partir do mundo, mas da própria vida que marca e diretamente estabelece trocas com o organismo.

Na verdade, o organismo pode ser compreendido como a vida em uma configuração singular e específica de múltiplas interações passíveis de mudanças. Daí as descrições que versam sobre incerteza e amplitude como elementos constituintes da ACP, pois as experiências formativas não restringem seu escopo aos limites da personalidade e sua estrutura (personalidade): novas formas e movimentos são criados a cada momento relacional-experiencial, trazendo novas formatividades, novas expressões de configurações diferentes da anteriormente apresentada; enfim, novos tablados experienciais que arregimentam condições distintas para a atualização de potenciais totalmente imprevisíveis.

Portanto, de acordo com os conceitos e objetivos do Método Heurístico, anteriormente apresentados, pode-se afirmar que as experiências formativas não podem ser investigadas por este método, já que seu escopo é a dinâmica muito específica da

personalidade, dentro de uma matriz metafórica do orgânico e da agricultura.

É preciso, então, outra postura que não seja exclusivamente a do agricultor. Propomos, então, uma terceira metáfora/imagem para pensarmos um modelo de ciência que leve em consideração o conceito de tendência formativa: uma postura de "jardineiro que contempla a harmonia preconcebida para além da barreira do seu jardim privado" (Bauman, 2009, p.2).

Em busca da metáfora das jardinagens formativas na ciência

A partir das noções metodológicas já consolidadas na ACP, e diante dos desafios apresentados pelo conceito de Tendência Formativa, faz-se mister discorrer sobre uma potencial nova concepção de ciência pautada por uma lógica investigativa particular às demandas epistemológicas desse pensamento transversal de Carl Rogers.

Um primeiro desafio desta perspectiva, que aqui denominamos de "jardinagens formativas", pois o jardineiro é aquele "situado num ponto intermediário entre o mundo dos humanos e o mundo dos vegetais" (Bastos, 2007, p. 81), é delinear o conceito de experiência no interior do complexo estrutural e teórico que surge junto com a noção de tendência formativa; ou seja, se a experiência não é mais aquela localizada ou identificada no *self* do cliente, ou do colaborador da pesquisa, cabe agora apontar quais as características e modos de funcionamento desta experiência formativa, para assim ser possível vislumbrar a criação de um plano metodológico de pesquisa capaz de "apreender" este fenômeno.

Isso significa, na prática, a criação de racionalidades metodológicas novas, mas também a inovação de procedimentos de coletas e análises de dados que, até o presente momento, não foram desenvolvidos com essa intencionalidade. Esta tarefa mostra-se urgente, haja vista que, no âmbito da ciência, é a capacidade metodológica de investigação que possibilita o

desenvolvimento de teorias e o avanço de práticas, provendo novas constatações férteis à produção de conhecimento.

Não há dúvida de que o conceito de tendência formativa provoca abalos profundos nos pressupostos que alicerçavam os modelos científicos das duas metáforas anteriores. O sentido, este umbigo antropocêntrico, é radicalmente questionado na metáfora do jardineiro, já que a ligação entre organismo e "ambiente" torna-se muito mais complexa do que um vínculo significativo e de sentido pode permitir.

Este laço pressupõe a capacidade humana de derivar de uma relação apenas aquilo que é significativo, qualidade atribuída pelo próprio organismo no campo do valor, enquanto uma experiência formativa é uma pluralidade de feixes vitais constitutivos que ultrapassam a capacidade humana de fornecer uma ordem ou funcionalidade a partir das necessidades particulares do organismo.

Isto significa que a noção básica que perpassa os métodos de pesquisa utilizados na ACP, qual seja, a da representação, é dramaticamente insuficiente para esta metáfora metodológica, já que o que se representa é sempre um duplo do sentido. O pressuposto de que marcas, pontes ou resquícios dos sentidos estão presentes no *self* do entrevistado e que podem ser captados pela sua fala infere antecipadamente que sendo o sentido uma produção do organismo, este pode também dizer ou exteriorizá-lo, explicá-lo ou apontá-lo.

Na experiência formativa, porém, a linguagem não é um referente para dado sentido experiencial gestado no organismo, mas o veículo para expressar as colisões múltiplas do homem com a vida. Não há direção e não há sentido que possa ser organizado pelo homem num fluxo formativo onde as esferas orgânicas e inorgânicas entrelaçam-se em modos de expressão singular.

Da mesma forma ocorre com outro pressuposto básico das metodologias de

pesquisa centrada na pessoa: a concepção de que a experiência pertence ao indivíduo pesquisado e cabe ao pesquisador coletá-la, com o máximo de neutralidade possível. Está implícito nesta lógica de pesquisa que, antes mesmo da experiência, já há um indivíduo que possa ser detentor ou responsável pelo movimento experiencial.

Em uma concepção formativa, todavia, o que se denomina "indivíduo" (um fenômeno emergente da personalidade e seus laços) passa ser apenas uma conjunção de fluxos vitais móveis que não se constituem, necessariamente, como facetas privilegiadas da experiência. Só há individualidade e organicidade no campo dos processos formativos e estes são uma composição plural de temporalidades e fatores. Na prática, isso significa que no processo de pesquisa não há uma experiência a ser relatada *para* o pesquisador, mas apenas uma experiência a ser forma(tiviza)da *com* o pesquisador.

Estas e outras revisões teóricas realizadas através do conceito de tendência formativa exigem, também, uma série de adequações metodológicas para os procedimentos de pesquisa em Abordagem Centrada na Pessoa.

Ainda que não possamos apresentar, neste artigo, metodologias práticas de pesquisa advindas da metáfora do jardineiro, desafio que já iniciamos em outros trabalhos (Sales, 2010; Sales & Cavalcante Junior, no prelo), pretendemos elencar quatro teses, ainda de cunho mais imagético do que lógico, que possam esculpir, pelo prisma da metáfora das jardinagens formativas, um primeiro esboço desse rosto epistemológico-metodológico ao fazer que caracteriza uma Abordagem Centrada na Pessoa.

Antes de ser um programa de consolidação desta metáfora, as quatro teses a seguir formulam uma tentativa de suscitar indagações, experiências e colisões especulares capazes de dinamizar a discussão sobre a investigação no campo da ACP. Neste prisma, não será priorizado o rigor das afirmações, este que sempre gera a solidez a partir do passado, mas sim o vigor semiótico

nas proposições, ou seja, a capacidade de projetar um mundo novo, ainda que fluido, a partir das palavras. Trata-se muito mais de um manifesto sonhado, ou de um sonho manifestado, compartilhado em voz alta na busca de uma ciência formativa.

Manifesto para uma Ciência Centrada nos Jardins: quatro teses em movimento

Primeira tese: abdicar da estratégia metodológica usual que busca representar, através de gravação de entrevistas ou outra forma de suporte de captação da fala, o fluxo da experiência. Partimos da ideia de que toda representação é apenas uma imagem da experiência, já que representar é desacelerar o presente tornando-o passado imobilizado, fato que sugere a preocupação das metodologias representativas em apenas investigar os fantasmas pálidos que caricaturam a experiência no seu processo mesmo, isso que, afinal, realmente importa à ACP. Ao invés de focar a representação, então, a pesquisa neste modelo de ciência aponta como diretriz uma qualidade de presentificação (Heron, 1996), conduzida por corpos situados na presença (Cavalcante Junior, no prelo).

Segunda tese: Conceber como "objeto" de investigação um panorama de experiência que não esteja restrita à personalidade humana, legitimando elementos constituintes da experiência que estejam localizados muito mais em um campo formativo circundante do que em qualquer esfera personalizada de um processo de atualização individual. Neste sentido, o interesse de uma pesquisa centrada na pessoa, gestada no interior da metáfora do jardineiro e da experiência formativa, não deveria apreender os significados ou sentidos da experiência, estes sempre metabolizados no *self*, segundo o enfoque centrado na pessoa, mas localizar arquiteturas experienciais capazes de dinamizar a própria experiência do pesquisador, dos co-pesquisadores e dos potenciais leitores da pesquisa; fazê-las, por

assim dizer, colidir em Instalações Experienciais (Sales, 2010).

Terceira tese: Abdicar das tentativas de compreender e de interpretar a experiência, posturas ainda contaminadas pela perspectiva cognitivista e pela postura dominante do *logos* tipificado na ciência moderna. Neste sentido, enfatiza-se que, na metáfora do jardineiro, os verbos que regem a atividade científica são "intumescer" e "implicar", designações compatíveis à atividade de um jardineiro, afinal, este não compreende a vida vegetal. Embora se relacionando com esta sabedoria orgânica e inorgânica, em termos simbólicos e míticos, o jardineiro é por ela tomado e acalentado. Nesta perspectiva, pode-se dizer que toda pesquisa que tenha como foco determinada experiência formativa, no sentido atribuído pela ACP, está destinada a produzir uma nova experiência que não se dirige à atualização de conteúdos imediatos da personalidade. O que significa que uma pesquisa centrada na pessoa é sempre uma pesquisa "experienci-ação"⁶.

Quarta tese: Sendo, então, toda pesquisa centrada na pessoa uma espécie de enzima experiencial, na medida em que potencializa novas experiências e forma novos tablados experienciais, o critério principal de validade de uma pesquisa, vista pelo olhar do jardineiro-pesquisador, é a criatividade que esta engendra e a capacidade de transformar uma experiência-objeto, um movimento que circunscrito a uma hipótese racional elaborada pelo pesquisador, numa experiência-sujeito, categoria que pode ser avaliada através da complexidade que reside nesta nova experiência - complexidade entendida aqui no seu sentido etimológico de "tecer juntos". Se na experiência-objeto o *self* delimita seus contornos, na experiência-sujeito todos os participantes da pesquisa são tomados e conduzidos por processos

"Experienci-ação" aqui não faz alusão ao conceito de Eugene Gendlin, mas brinca com a palavra "experiência" para demonstrar a aproximação desta proposta com a da pesquisa-ação, no sentido de que ambas buscam modificar o seu próprio objeto de pesquisa.

formativos experienciais que os perpassam, mas são mais amplos do que a personalidade e até mesmo a organicidade dos envolvidos. Portanto, mais do que confirmar ou invalidar hipóteses, esta forma de pesquisa pretende confundi-las e, assim, permitir a emergência de um frescor estésico capaz de envolver os "sujeitos" e os "objetos" da pesquisa num mesmo vórtice de formatividade, onde o imprevisível, tantas vezes abordado por John Wood (Rogers, Wood, O'Hara & Fonseca, 1983), possa fazer-se presente.

Referências

Barreto, C. (1999). A compreensão e o lugar da Abordagem Centrada na Pessoa no espaço científico-sociocultural contemporâneo. *Revista Symposium*, 3. Recuperado em 15 de agosto, 2009, de www.unicap.br/Arte/ler.php?art_cod=682.

Bastos, G. (2007). Monteiro Lobato: Perfis e versões. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras, PUC - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Bauman, Z. (2009). A Utopia Possível na Sociedade Líquida. *Revista Cult*, 138. Recuperado em 10 de agosto, 2009, de http://www.opee.com.br/Arquivos/Clipping/a_rq_20100407112000445A%20utopia%20poss%C3%ADvel%20na%20sociedade%20l%C3%AAdquida%20%20Revista%20Cult%20%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20138%20Ano%202012.pdf.

Bowen, M. (2004). Psicoterapia: o processo, o terapeuta, a aprendizagem. Em A. Santos, C. Rogers & M. Bowen (Orgs.). *Quando fala o coração: a essência da psicoterapia centrada na pessoa* (pp. 69-83). São Paulo: Vetor

Bryant-Jefferies, R. (2005). Person-Centredness: A heartening experience. *Person-Centred Quarterly - The magazine of the British Association for the Person-Centred Approach*. Recuperado em 10 de dezembro, 2008, de

<http://www.bapca.co.uk/uploads/files/PCQ%20August%202005.pdf>.

Castelo Branco, P. et al. (2009). *A Pesquisa Humanista em Ação: O Método Fenomenológico e o Método Heurístico*. Trabalho Apresentado no I Congresso Sul Brasileiro de Fenomenologia, Curitiba, Paraná.

Castelo Branco, P. (2010). *A noção de organismo no feiri teórico de Carl Rogers: uma investigação epistemológica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Ceará, Fortaleza, Ceará.

Cavalcante Junior, F. (2008). Psicologia Humanista Experiencial. Em F. Cavalcante Junior & A. de Sousa (Orgs.). *Humanismo de Funcionamento Pleno: Tendência Formativa na Abordagem Centrada na Pessoa - ACP* (pp. 21-43). Campinas, SP: Alínea.

Cavalcante Junior, F. (no prelo). A presença encorpada em Carl Rogers & Hans Gumbrecht. Em F. Cavalcante Junior, A. de Sousa & Y. Sales (Orgs.). *Humanismo nos tempos de hoje*. Fortaleza: Expressão Gráfica.

Chaves Filho, M. & Chaves, S. (2000). A Ciência Positivista: O Mundo Ordenado. *Iniciação Científica - Cesumar*, 2(2), 69-75. Recuperado em 20 de outubro, 2009, em <http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/iccesumar/article/viewFile/28/274>.

Coulson, W. & Rogers, C. (1973). *O homem e a ciência do homem*. Belo Horizonte: Interlivros.

Cornelius-Whyte, J. (2007). The Actualizing and formative tendencies: prioritizing the motivacional constructs of the person-centered approach. *Person-Centered and Experiential Psychotherapies*, 6(2), 129-140.

Douglas, B. & Moustakas, C. (1985). Heuristic Inquiry: the internal search to know. *Journal of Humanistic Psychology*, 25(3), 39-55.

Ellingham, I. (2006). Towards a Rogerian theory of mysticism. Em J. Moore & C. Purton (Orgs.). *Spirituality and Counselling*. Ross-on-Wye: PCCS Books.

Gill, J. (2000). *The Tacit Mode: Michael Polanyi's Postmodern Philosophy*. NY: State University of New York Press.

Hall, C. & Lindzey, G. (1984). *Teorias da Personalidade- Vol2*. São Paulo: EPU.

Heron, J. (1996). *Co-operative inquiry: research into the human condition*. London: Sage.

Holanda, A. (2006). Questões sobre Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Fenomenológica. *Análise Psicológica*, 24(3), 363-372.

Kriz, J. (2008). *Self-actualization: Person-Centered Approach and Systems Theory*. Ross-on-Wye: PCCS Books.

Maciel, J. (2004). *A ciência psicológica em primeira pessoa: o sentido do Método Heurístico de Clark Moustakas para a Pesquisa em Psicologia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo.

Marques-Teixeira, J. (2004). Investigação em Psicoterapia: O Exemplo da Terapia Centrada no Cliente. *Saúde Mental*, 6(1), 26-35.

Messias, J. & Cury, V. (2006). Psicoterapia Centrada na Pessoa e o Impacto do Conceito de Experienciação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 355-361.

Moustakas, C. (1990). *Heuristic research: design, methodology and applications*. London: Sage.

Neville, B. (1999). The Client-Centered Ecopsychologist. *The Person-Centered Journal*, 6(1), 59-74.

O'Hara, M.M. (1985). Coment on Carl's Rogers "Toward a More Human Science of The Person". *Journal of Humanistic Psychology*, 25(4), 25-30.

Polanyi, M. (1962). *Personal Knowledge: towards a post-critical philosophy*. Chicago: The University of Chicago Press.

Rogers, C. (1983). *Um jeito de ser*. São Paulo: EPU.

Rogers, C.; Wood, J.; O'Hara, M. & Fonseca, A. (1983). *Em busca de vida: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa*. São Paulo: Summus.

Rogers, C. (1997). *Tornar-se Pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.

Rogers, C. (2008). Pessoa ou Ciência: uma questão filosófica. Em J. Wood et al. (Orgs.). *Abordagem Centrada na Pessoa* (pp. 117-142). Vitória; EDUFES.

Sales, Y. (2008). Uma Jornada ao que se É: contornos experienciais de tendência formativa. Em F. Cavalcante Junior & A. de Sousa (Orgs.). *Humanismo de Funcionamento Pleno: Tendência Formativa na Abordagem Centrada na Pessoa - ACP* (pp.345-375). Campinas, SP: Alínea.

Sales, Y. (2010). *Incursões metodológicas em pesquisa de tendência formativa na experiência de psicoterapeutas centrados na pessoa: na vanguarda do que Carl Rogers concebeu*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará.

Sales, Y. Em busca de um mosaico metodológico para pesquisa com matriz formativa: novos desafios para uma ciência da vida. Em F. Cavalcante Junior, A. de Sousa & Y. Sales (Orgs.). *Humanismo nos tempos de hoje*. Fortaleza: Expressão Gráfica.

Sela-Smith, S. (2002). Heuristic Research: A Review and Critique of Moustakas Method. *Journal of Humanistic Psychology*, 42(3), 53-87.

Silva, J. (2004). *As provas da existência de Deus nas meditações metafísicas de René Descartes*. Dissertação de Mestrado, PUC - RJ, Rio de Janeiro, RJ.

Sousa, A. (2008). Auto-regulação, tendência atualizante e tendência formativa. Em F. Cavalcante Junior & A de Sousa (Orgs.). *Humanismo de Funcionamento Pleno: Tendência Formativa na Abordagem Centrada na Pessoa -ACP* (pp. 97-116). Campinas, SP: Alínea.

Wood, J. (2008). *Carl's Rogers Person-Centered Approach: toward an understanding of implications*. Ross-on-Wye: PCCS Books.

Sobre os autores:

Yuri de Nóbrega Sales: Doutorando em Psicologia pela Universidade Autónoma de Lisboa, Psicólogo e Mestre em Psicologia (UNIFOR), Psicoterapeuta, Professor de Psicologia das Faculdades Nordeste e de Psicologia Jurídica da UniChristus. yurisnobrega@yahoo.com.br.

André Feitosa de Sousa: Doutorando em Psicologia pela Universidade Autónoma de Lisboa, Psicólogo e Psicoterapeuta (La Vie Studio, Fortaleza), Mestre em Relação de Ajuda e Intervenção Terapêutica. andre_feitosa@msn.com

Francisco Silva Cavalcante Junior: Mestre e Doutor pela Universidade de New Hampshire (Estados Unidos), Professor de Psicologia na Universidade Federal do Ceará. fscavalcantejunior@gmail.com

Recebido em: 22/09/2012

Aceito em: 01/12/2012